



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Acácio Garcez Carneiro

**MADEIRA, TRABALHO E HISTÓRIA:**

memórias de uma época de crescimento e destruição (Lagoa Vermelha/RS - 1940–1980)

FLORIANÓPOLIS  
2023

ACÁCIO GARCEZ CARNEIRO

**MADEIRA, TRABALHO E HISTÓRIA:**

memórias de uma época de crescimento e destruição (Lagoa Vermelha/RS - 1940–1980)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

FLORIANÓPOLIS  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carneiro, Acácio Garcez

Madeira, Trabalho e História : memórias de uma época de crescimento e destruição (Lagoa Vermelha/RS, 1940-1980) / Acácio Garcez Carneiro ; orientadora, Eunice Sueli Nodari, 2023.

136 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. ambiental. 3. madeireira. 4. trabalho. 5. desmatamento. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas na sala trezentos e onze Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Eunice Sueli Nodari, Orientadora e Presidente, pelo Professor Tiago Kramer de Oliveira, Titular da Banca, e pela Professora Esther Zamboni Rossi, Suplente, designados pela Portaria nº 23/2023/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Acácio Garcez Carneiro**, subordinado ao título: **“Madeira, Trabalho e História: memórias de uma época de crescimento e destruição (Lagoa Vermelha/RS, 1940-1980)”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Eunice Sueli Nodari a nota final 10,0, do Professor Tiago Kramer de Oliveira a nota final 10,0 e da Professora Esther Zamboni Rossi a nota final 10,0; sendo aprovado com a nota final 10,0... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia sete de julho de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 30 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.a Eunice Sueli Nodari *Eunice Sueli Nodari*

Prof. Tiago Kramer de Oliveira *Tiago Kramer de Oliveira*

Prof.a Esther Zamboni Rossi *Esther Rossi*

Candidato Acácio Garcez Carneiro *Acácio Garcez Carneiro*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Acácio Garcez Carneiro, matrícula n.º 19250289, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Madeira, Trabalho e História: memórias de uma época de crescimento e destruição (Lagoa Vermelha/RS, 1940-1980)**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 07 de julho de 2023.



Documento assinado digitalmente

Eunice Sueli Nodari

Data: 06/07/2023 10:42:16-0300

CPF: \*\*\*.495.240-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientadora

*Payada à Princesa do Pinho*

*Amado pago d'onde vim,  
Como sinto tua ausência,  
Quando sorvo com paciência  
Este mate, que não tem fim.  
Quisera que não fosse assim,  
A forma pela qual te trata.  
Teu chão, este povo mata,  
Teu céu, ninguém mais quer ver.  
Afinal, não existe um só ser  
Como quer que o coração não parta?*

*Tuas árvores caem vencidas.  
Tua terra adocece envenenada.  
Nos campos, não há mais nada.  
Tudo isso, resultado de lidas,  
Dos que se importam com as próprias vidas,  
Sem nenhum amor a este pago.  
Um pedaço de Deus nos foi dado  
E o que fizemos? Foi lhe matar.  
É uma dor ver este lugar,  
Estar já assim, sepultado...*

## AGRADECIMENTOS

Apesar de o Trabalho de Conclusão de Curso ser, na teoria, feito em um semestre, este texto que vos chega é fruto de quase dois anos de pesquisa. Agradeço a todas e todos os colegas do PET História que auxiliaram o desenvolvimento da pesquisa, em especial ao tutor Tiago Kramer de Oliveira, auxiliando na metodologia de trabalho com as entrevistas e quais deveriam ser os objetivos do trabalho. Agradeço também a minha orientadora deste TCC, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari, pela ajuda com a pesquisa em História Ambiental e pelas revisões e sugestões de melhoria no texto.

Um agradecimento especial vai para a Mari e a Jaque da Casa da Cultura Athos Branco de Lagoa Vermelha, que desde que lhes apresentei o projeto de pesquisa, mostraram-se empolgadas e animadas com os frutos que poderiam ser colhidos. Sem dúvidas a nossa cidade precisa de cultura e educação, e não há espaço melhor para isso que a nossa casa de cultura. Da mesma forma, agradeço ao prefeito Gustavo Bonotto pelo seu interesse na cultura, na história e no patrimônio, sendo sempre atencioso e contribuindo imensamente para a extensão que será realizada a partir deste TCC, visando trazer os resultados da pesquisa para a população lagoense.

Agradeço também a todas as amigas que se mostraram interessadas de alguma forma nessa pesquisa. Marina, Klaus, Léo, Maysa, Alice, João Pedro, João Gabriel, José, Nadin, Bilhar, Tomás, Carol e Amália, além de todas as pessoas do Einstein Floripa, pela companhia durante esses últimos anos. Também ao meu pai, Alexandre, que apesar de no começo não ter gostado da minha ideia de cursar história, acabou me incentivando e apoiando em pesquisar a história de Lagoa Vermelha.

Um obrigado do fundo do coração a todas as pessoas que cederam seu tempo e confiaram neste autor para compartilhar suas memórias nas entrevistas. A história de vocês é a história de Lagoa Vermelha. Esperamos que por meio deste trabalho, as suas lembranças fiquem vivas e se tornem parte da memória de nossa cidade, ajudando-nos a construir uma Lagoa cada vez melhor e que se lembra de sua História.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo sobre o período da indústria madeireira no município de Lagoa Vermelha nos anos 1940 - 1980, época em que se tornou a principal cidade do setor no Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como objetivos, compreender como eram as dinâmicas do setor e o quão impactante a indústria madeireira foi para Lagoa Vermelha, através do olhar da História Ambiental. Com o uso principal de fotografias e entrevistas - além de eventuais documentos - buscou-se observar como o período está marcado na memória das pessoas e reconstruir algumas das relações econômicas, ambientais e de trabalho. Foi possível ver que o período marcou de maneiras diferentes os grupos presentes no município, com visões que variam entre gratidão ao patrão por oferecer emprego, à insatisfação com o desmatamento promovido pela indústria.

**Palavras-chave:** madeiras; história ambiental; araucárias; campos de cima da serra; memória; paisagem.

## ABSTRACT

This work consists of a study about the lumber industry in the municipality of Lagoa Vermelha in the years 1940-1980, period where the city became the prominent producer of lumber and woods in all the state of Rio Grande do Sul. It had as goals, to understand the dynamics of this industry and how much impact the lumber yards had in the city, throughout an Environmental History lens. Using mainly interviews and photographs - with some eventual use of written documents - it looked at how the period marked the memory of the people and tried to rebuild some of this relations, be it economical, environmental, and of work. It was possible to perceive that the period had different impacts in the groups of the city, with perceptions that vary from thankfulness to the boss for giving a job, to unhappiness with the deforestation caused by the lumber industry.

**Keywords:** wood; lumber; environmental history; araucaria; brazilian highlands; memory; landscape.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Lagoa Vermelha no Rio Grande do Sul -----	16
Figura 2 - Mapa das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul -----	17
Figura 3 - Mapa da região da Grande Lagoa Vermelha em 1966 -----	31
Figura 4 - Extremo norte do Rio Grande do Sul -----	33
Figura 5 - Distrito do Barracão em relação a Lagoa Vermelha -----	37
Figura 6 - Antiga locomóvel dentro da serraria -----	43
Figura 7 - Trabalhadores e crianças dentro da serraria -----	43
Figura 8 - Família Boldori na serraria -----	47
Figura 9 - Margarida Scheidt sentada nas tábuas -----	51
Figura 10 - Araucária recém derrubada sendo preparada para o transporte -----	60
Figura 11 - Homens na caçamba de um caminhão carregado de toras -----	61
Figura 12 - Araucária de 600 anos derrubada em Lages -----	62
Figura 13 - Trabalhadores derrubando uma araucária -----	64
Figura 14 - Casa tradicional dos Campos de Cima da Serra -----	70
Figura 15 - Bois carreiros indo fazer o transporte de toras -----	75
Figura 16 - Bois carreiros na madeireira -----	76
Figura 17 - Muares fazendo o transporte de uma tora de araucária -----	76
Figura 18 - Antônio Boldori no reboque de um caminhão -----	82
Figura 19 - Ford F7000 carregado com toras de diferentes tamanhos -----	83
Figura 20 - Homens tomando banho no Lajeado dos Ivos -----	85
Figura 21 - Terreno para plantio de pinos em Lagoa Vermelha -----	94
Figura 22 - Estrada RS-126 -----	94
Figura 23 - Plantação de pinos em Telêmaco Borba/PR -----	100
Figura 24 - Mato nativo em Lagoa Vermelha -----	101

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Populações municipais do Rio Grande do Sul -----	18
Tabela 2 - População rural e urbana de Lagoa Vermelha nas décadas de 1940 e 1950 -----	19
Tabela 3 - Quantidade de serrarias por empresa em Lagoa Vermelha no ano de 1952 -----	30
Tabela 4 - Evolução Financeira de Lagoa Vermelha -----	80
Tabela 5 - Quantidade de madeireiras e serrarias nos estados do Sul -----	90

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2.</b>	<b>SE AQUERENCIANDO: CONHECENDO LAGOA VERMELHA/RS</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Evolução demográfica</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Estrutura de desmatamento</b>	<b>20</b>
<b>2.3</b>	<b>Grupos da Grande Lagoa Vermelha</b>	<b>24</b>
<b>3.</b>	<b>LIDANDO NO MATO: AS MADEIREIRAS E O TRABALHO</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>O funcionamento das serrarias</b>	<b>41</b>
<b>3.2</b>	<b>Dentro da floresta</b>	<b>56</b>
<b>3.3</b>	<b>Transportes</b>	<b>74</b>
<b>3.4</b>	<b>Órgãos oficiais e reflorestamento</b>	<b>89</b>
<b>4.</b>	<b>PRINCESA DO PINHO: A MEMÓRIA E A PAISAGEM</b>	<b>102</b>
<b>4.1</b>	<b>Memórias da madeira</b>	<b>104</b>
<b>4.2</b>	<b>Desenvolvimento ou desmatamento?</b>	<b>120</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Lagoa Vermelha, cidade do Sul/Princesa do Pinho sob o céu azul” (MENDES, 1967). Esses versos fazem parte da canção *Saudade de Lagoa Vermelha*, do músico gaúcho José Mendes. Nascido no que então era o município de Lagoa Vermelha, o artista compôs a letra como uma homenagem a seu pago<sup>1</sup>, algo frequente na cultura gaúcha. Observamos, porém, o uso de uma expressão para se referir à cidade: *Princesa do Pinho*.

De acordo com Fidélis Dalcin Barbosa<sup>2</sup> (1981, p.207), “nas décadas de 1930 a 1950, Lagoa Vermelha tornou-se a Capital do Pinho, chegando a possuir 353 indústrias madeireiras”. Seja capital, seja princesa, ambas as expressões se referem à mesma coisa: o município de Lagoa Vermelha destacava-se no cenário estadual e nacional por sua intensa produção industrial de madeiras, em especial a madeira de araucária.

Tal indústria não é exclusiva de Lagoa Vermelha. Municípios vizinhos também passaram por um período em que o extrativismo foi o motor da economia local. No caso de Passo Fundo, por exemplo, os anos de 1930 a meados de 1940 veem o crescimento econômico fomentado pela madeira, principalmente em virtude do mercado internacional pós-guerra (WENTZ, 2004, p.24). Já Vacaria, por diferentes motivos, associados principalmente com a chegada de mão de obra da Serra Gaúcha, terá seu auge industrial nos anos de 1960 (ROSSI, 2015, p.112). Apesar de a araucária ser a madeira mais cobiçada, outras espécies também eram derrubadas e exploradas, a exemplo do cedro e da canela. Todavia, no caso de Lagoa Vermelha, a araucária – chamada também de *pinheiro* – ficou na memória municipal com maior presença.

Percebe-se que há uma certa linearidade. Passo Fundo, a *Capital do Norte* (por ser a maior cidade da região Norte do Rio Grande do Sul) tem sua industrialização primeiro, ao passo que Lagoa Vermelha e Vacaria, mais afastadas desse centro, terão esse processo um pouco mais tarde. Assim, se observa que para a presente pesquisa, o recorte temporal vai da década de 1940 até a década de 1980. Além de envolver o auge das madeireiras em Lagoa Vermelha nos anos 1950 – 1970, também será possível trabalhar a sua chegada e o eventual decréscimo de matéria-

---

<sup>1</sup> No decorrer deste trabalho, várias expressões e termos regionais do Rio Grande do Sul serão utilizados, tanto para dinamizar as entrevistas, aproximando-as da maneira pela qual a fala foi gravada, quanto para fins estéticos na redação e na escrita do trabalho.

Pago: lar, local de nascimento da pessoa.

<sup>2</sup> Fidélis Dalcin Barbosa é um memorialista e historiador lagoense. Apesar de sua obra ser antiga e bastante datada – sendo mais próximo de uma fonte do que de uma referência, é a obra historiográfica mais completa sobre Lagoa Vermelha, razão pela qual ele será citado diversas vezes no decorrer deste texto, tanto como uma bibliografia, quanto como uma fonte.

prima, resultando em mudanças importantes no município nos anos imediatamente anteriores e posteriores (décadas de 1940 e 1980), baseando-se também no que se passava por toda a região.

Cabe neste momento inicial, destacar alguns dos motivos que levaram a esta pesquisa. Ainda hoje a cidade de Lagoa Vermelha é permeada por araucárias, ainda que muitas vezes de forma isolada. Nas suas avenidas, nas suas ruas, no seu horizonte. Quando se estende o pañuelo maragato<sup>3</sup>, lá estão elas, completando a obra divina que se situa diante dos olhos miradores de quem esvazia seu coração e se une à tão bela e única paisagem. Como sinuelos<sup>4</sup>, elas também estão lá. A estrada para o município de Capão Bonito do Sul se encontra junto ao *pinheiro rachado*, araucária de séculos de idade que se encontra imponente diante de quem transita pela BR-470, testemunha de peleas<sup>5</sup> e de festas, de avanços e de retrocessos, do passado e do futuro. Em silêncio elas observam e cuidam de tudo e de todos: com suas grimpas<sup>6</sup> que acendem os fogões à lenha, com sua sombra que refresca o guasca<sup>7</sup>, com seu pinhão que permite a fartura de famílias humanas e não-humanas. Uma verdadeira mãe a todo este chão.

Ainda assim, tão magnífica criatura, o pilar da existência da vida nos rincões do Norte e Nordeste gaúchos, segue sendo desprezada por seus filhos humanos. A cada ano, a condição de sobrevivência da mata nativa fica cada vez mais difícil. Sendo uma espécie em extinção, a araucária sofre constantemente com o desmatamento promovido pelo agronegócio e pelo suposto “desenvolvimento” urbano, que prefere ver surgir prédios de concreto onde antes residiam miríades de plantas, fungos e animais. Não obstante, a presença de árvores colossais nas ruas e avenidas vem causando preocupação nos cidadãos, temerosos de que elas possam cair em cima de seus carros estacionados nas ruas<sup>8</sup>.

A preocupação com a conservação e a defesa da mata de araucárias, então, é o principal motor para a produção desta pesquisa. Visando compreender como se deu o período madeireiro em Lagoa Vermelha, podemos entender mais sobre a importância da árvore (se a sua função como pilar do ecossistema não é suficiente, esperamos que ao menos sua função econômica possa criar nas pessoas um respeito e admiração por ela) para a formação do município e, quem

---

<sup>3</sup> Pañuelo maragato: o pôr do sol, que parece um lenço vermelho no horizonte. O termo se baseia nos lenços vermelhos usados pelos maragatos durante a Revolta Federalista de 1893.

<sup>4</sup> Sinuelo: corruptela de *sinál*. Refere-se a alguma coisa que tem a função de simbolizar, indicar ou representar algo; uma marca.

<sup>5</sup> Pelea: corruptela de peleja, refere-se a conflitos, brigas e disputas entre pessoas.

<sup>6</sup> Grimpa: nome dado à folha da araucária. Quando seca, é excelente para se fazer fogo.

<sup>7</sup> Guasca: homem do campo.

<sup>8</sup> No ano de 2022, uma centenária *Araucaria bidwillii* (espécie nativa da Austrália e que foi plantada na cidade nos anos 1920) situada na avenida principal de Lagoa Vermelha, foi derrubada em virtude do “perigo” que apresentava a sua possível queda.

sabe, desenvolver uma consciência ambiental, ou ao menos permitir que isso germine dentro de quem ler este trabalho.

Também buscamos representar o cotidiano de quem atuava nesse ramo industrial, nas diferentes instâncias do trabalho. Da preparação para a derrubada, o transporte, o corte nas serrarias e até o envio ao consumidor final. As relações étnicas e de trabalho têm um peso relevante para analisarmos como os diferentes setores sociais enxergam o ambiente em que vivem e em que trabalham.

Em virtude da dificuldade logística em acessar documentos escritos do período, as fontes para este trabalho são majoritariamente de origem particular: entrevistas com pessoas que viveram a época e fotografias pessoais delas, gentilmente cedidas para que possam contribuir para uma análise histórica mais profunda e trabalhada. Alguns documentos foram encontrados em formato digital, que vem a ser os dados do censo das décadas de 1940 e 1950, além de listas sobre as madeireiras existentes em Lagoa Vermelha nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Os dados do censo foram encontrados no site [archive.org](http://archive.org), tendo sido disponibilizados ali pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Quanto às listas de madeireiras, estas foram coletadas no Instituto Histórico de Passo Fundo pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari, orientadora deste trabalho e quem forneceu os documentos digitalizados para a análise.

Todo o acesso às pessoas se deu mediante a internet. Das dez entrevistas, sete somente foram possíveis graças ao grupo na rede social *Facebook*, intitulado *O Grito da Lagoa*. Uma postagem foi feita pedindo ajuda e referências, com informações sobre pessoas que pudessem contribuir com suas memórias. A partir daí foi feito o contato e a coleta dos acervos particulares. Durante a conversa, outros nomes foram indicados, mas pelas limitações técnicas, logísticas e de tempo, não foram feitas mais entrevistas com mais pessoas.

Considero relevante também destacar a presença de uma entrevistada específica, a senhora Iolanda Mendes Garcez, avó deste autor. Muita da motivação para essa pesquisa vem das conversas durante a infância, onde ela me dizia que, na sua juventude, havia sido “princesa do pinho” em Lagoa. Veremos no decorrer deste trabalho o porquê deste título. De todo modo, muito do interesse por história oral e pela história de Lagoa Vermelha se deu pelas histórias e causos que minha avó, dona Iolanda, sempre contava. Sobre sua infância na *Estância*, as viagens para São José do Ouro, a clássica história em que se perdeu com a mãe num capão... Tanto é que ela foi a primeira entrevista realizada, abrindo o caminho para todas as outras que compõem esta pesquisa.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a região estudada através da sua geografia, seu ecossistema, assim como os diferentes grupos que povoaram o território. Para relacionar as falas com a bibliografia, faremos alguns recuos temporais, principalmente para a década de 1930 de modo a compreender a situação em Passo Fundo e no Planalto Médio como um todo, o centro madeireiro até a década de 1950, cujos reflexos poderão ser observados na Lagoa Vermelha das madeireiras.

No segundo capítulo, será descrita e analisada a indústria madeireira propriamente dita. Seu funcionamento, sua lógica, sua logística, as relações de trabalho. Os diferentes espaços e os diferentes agentes – inclusive órgãos públicos – serão trabalhados para entender essa teia econômica que surge no município ancorada na exploração das matas nativas.. Novamente, alguns recuos serão feitos na bibliografia de modo a entender a evolução das técnicas empregadas no trabalho.

Por fim, o terceiro capítulo visa compreender os impactos da indústria não apenas na paisagem, mas também na memória das pessoas. Além dos relatos de entrevistas, alguns diálogos com memorialistas contemporâneos do período estudado foram feitos visando observar como a memória oficial e as memórias particulares se alinham e se separam.

Esperamos que este trabalho possa contribuir de alguma forma não apenas para a história de Lagoa Vermelha, tão carente de produções, mas também para a consciência ambiental. Em momentos de mudanças climáticas, mais do que nunca é preciso garantir a preservação dos ecossistemas e, sem a presença da araucária, o Norte e o Nordeste do Rio Grande do Sul inevitavelmente hão de colapsar.

## **2 SE AQUERENCIANDO<sup>9</sup>: CONHECENDO LAGOA VERMELHA/RS**

Lagoa Vermelha é um município situado no Nordeste do Rio Grande do Sul, numa área de transição entre as regiões geográficas do Planalto Médio e dos Campos de Cima da Serra (Figura 1). Conforme dados do IBGE (2023; s/n), atualmente conta com uma área de 1.260,22 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 27.751 pessoas, segundo previsões do ano de 2021.

---

<sup>9</sup> Querência: refere-se à terra, a um local onde a pessoa vive. “Aquerenciar” é o ato de o indivíduo se situar numa região, tornar-se parte daquele lugar.

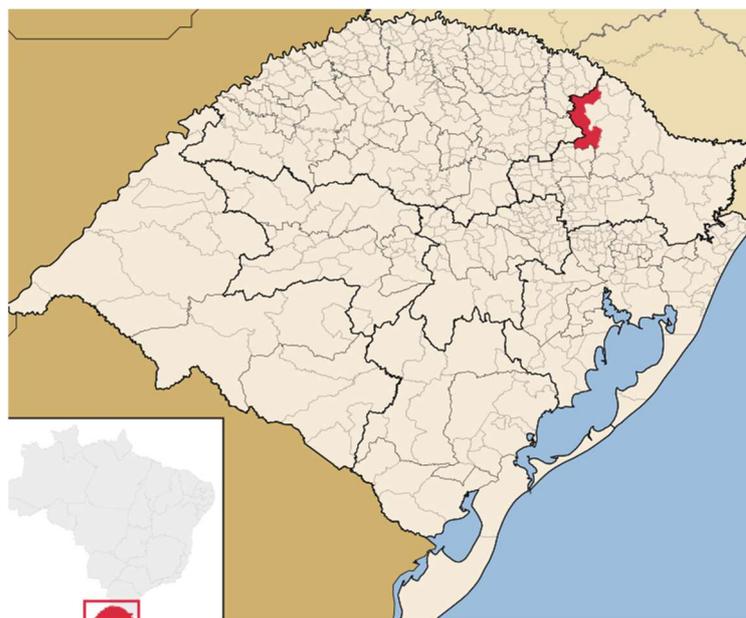


Figura 1: em vermelho, a localização do atual município de Lagoa Vermelha no Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa\\_Vermelha#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul\\_Municip\\_LagoaVermelha.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_Vermelha#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_LagoaVermelha.svg). Acesso em 10 março 2023.

## 2.1 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA:

A atual área municipal é bem menor do que a região estudada neste trabalho, que vai além desses limites. Isso porque no período de sua criação, Lagoa Vermelha possuía cerca de 12.000km<sup>2</sup> (ALMEIDA, 2008, p.25)<sup>10</sup>. De toda essa extensão, apenas a região mais a leste, próxima ao município de Vacaria, foi inicialmente povoada por populações não-indígenas. Isso porque essa área segue sendo composta majoritariamente de campos e coxilhas, semelhante à geografia dos Campos de Cima da Serra. É um certo consenso entre a historiografia local de que a razão para o povoamento não-indígena se deu em virtude da presença de gado alçado por toda a região, gado que teria sido inserido pelos jesuítas ainda no século XVII (MORAES, 1967, p.18-19).

Se nesse primeiro momento da colonização, nos fins de 1800, a região oriental do município era habitada e povoada, o mesmo não se pode dizer da região a oeste. As divisas com o município de Passo Fundo apresentavam dificuldades para a colonização pela presença de duas imensas florestas de araucária: o Mato Português e o Mato Castelhana. Nas palavras de Fidélis Dalcin Barbosa (1981, p.30), “os campos desapareciam, para ceder lugar a uma

<sup>10</sup> O autor citado não define se essa “criação” seria em 1845, quando é fundada a fazenda de José Ferreira Bueno, ou em 1876, quando o município é definitivamente emancipado de Vacaria. Essas datas encontram-se em BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1981, p.32, p.114.

gigantesca floresta, em que predominava o pinheiro-araucária, floresta que os indígenas chamavam de Caamone”. Durante quase cem anos essa área foi um obstáculo à dita civilização, carente de tecnologias que pudessem superar a resistência das árvores.

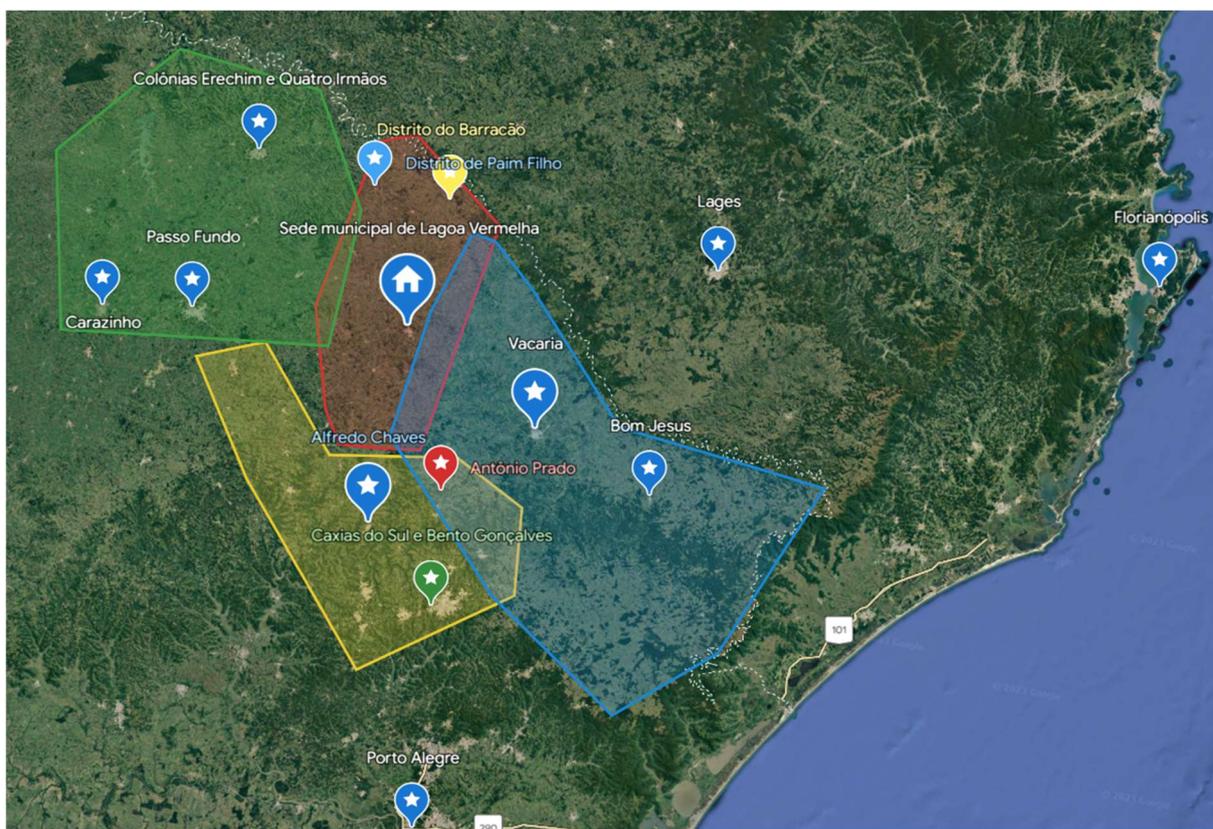


Figura 2: mapa produzido no Google Earth representando as regiões citadas neste trabalho, conforme eram em 1940. Em vermelho, está a área do então município de Lagoa Vermelha, foco desta pesquisa. O bloco verde representa o Planalto Médio e a principal área da indústria madeireira nos anos 1900 - 1950. Em azul, a região dos Campos de Cima da Serra. Em amarelo, a região da Serra Gaúcha colonizada por italianos e descendentes. As principais cidades também são destacadas. Fonte: Google Earth.

Por outro lado, a região mais ao sul do município teve um povoamento diferente. Foi palco da colonização italiana. Em 1884, tem-se a fundação da colônia italiana batizada de Alfredo Chaves (FARINA, 1993, p.118). Situada a cerca de 99km da sede de Lagoa Vermelha, Alfredo Chaves teve um desenvolvimento independente e muito mais próximo das colônias da Serra Gaúcha – como as colônias de Princesa Isabel e Conde D’Eu, atuais cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Todavia, a distância com a sede municipal era tanta que em 1898, a colônia se emancipou de Lagoa Vermelha e se tornou o atual município de Veranópolis. É digno de nota que uma das razões-chaves para o distanciamento da colônia para a sede, não era apenas

pela população italiana, étnica e culturalmente diferente dos caboclos<sup>11</sup>, gaúchos e brasileiros de Lagoa Vermelha; as dificuldades logísticas também tiveram grande relevância. Isso porque, apesar de a distância ser relativamente grande (ALMEIDA, 2008, p.63), não destoava tanto se comparando Lagoa Vermelha e Vacaria, as quais têm uma distância aproximada de 80km. A dificuldade maior de conexão com a colônia, residia na existência da serra, densamente habitada pela mata de araucárias. Não era fácil se deslocar no meio dessa floresta, e as árvores eram fortes demais para as tecnologias da época, resistindo firmemente contra o machado, fosse ele italiano ou brasileiro.

Temos aqui o primeiro e único momento de ruptura do território lagoense antes de 1940. A partir de 1954 é que irão ocorrer mais emancipações (ALMEIDA, 2008, p.67). Convém por ora, elencar uma tabela com dados demográficos e territoriais do período de 1940 e 1950, de modo a observar a evolução da região. Os dados foram retirados dos Anuários Demográficos Estaduais, produzidos pelo Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. Elencamos as cidades de Passo Fundo, Vacaria e Porto Alegre como comparações. Isso porque as duas primeiras são as vizinhas diretas de Lagoa Vermelha, ao passo que Porto Alegre é a capital do estado e mais populosa cidade, servindo como um parâmetro para se calcular a porcentagem de crescimento.

Tabela 1: populações municipais do Rio Grande do Sul

Ano	Lagoa Vermelha	Passo Fundo	Vacaria	Porto Alegre
1941	60.300	82.150	32.100	276.000
1942	61.670	83.480	32.810	276.500
1949	66.540	97.830	40.310	329.100
1950	82.420	102.150	41.600	397.500
1952	87.540	108.070	43.700	417.040
1953	89.950	110.590	45.020	430.500
1954	91.030	111.720	45.500	446.990

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1941-1954.**

Podemos observar na Tabela 1 que no intervalo de treze anos entre 1941 e 1954, a população de Lagoa Vermelha teve um aumento de 30.730 pessoas. Passo Fundo, ainda que

<sup>11</sup> Os mencionados grupos serão melhor analisados no decorrer do trabalho. Cabe por ora dizer que o “ser caboclo” está mais associado a uma condição social do que uma condição étnica, cf. MACHADO, 2017.

continuamente mais populosa, viu um aumento um pouco menor, de 29.570 pessoas. Vacaria teve um aumento de 13.400 pessoas, sendo que entre 1952 e 1954, foram somente 1.800 pessoas, evidenciando uma possível estagnação. Porto Alegre, como capital, seguiu com um expressivo aumento de 170.990 pessoas. Se colocarmos todos esses valores em porcentagem, tendo por base o ano inicial da consulta (1941) e o ano final (1954), vemos que Lagoa Vermelha teve um aumento de 51% da sua população. Passo Fundo, ainda que mais populosa, teve um aumento menor, de 36%. Vacaria, mesmo com uma expressiva estagnada nos anos 1950, teve um aumento de mais ou menos 42%. Porto Alegre, por fim, viu sua população aumentar em 62%.

É relevante destacar que apesar de os dados serem oficiais, é bem possível que existam falhas e lacunas. Isso porque o número da população é dividido conforme moradores urbanos e moradores rurais. A tabela abaixo discrimina as diferenças em Lagoa Vermelha:

Tabela 2: população rural e urbana em Lagoa Vermelha nas décadas de 1940 e 1950

Ano	Rural	Urbana	Total
1941	57.800	2.500	60.300
1942	59.120	2.550	61.670
1949	63.140	3.400	66.540
1950	78.250	4.170	82.420
1952	83.020	4.520	87.540
1953	85.200	4.750	89.950
1954	86.140	4.250	91.030

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1941-1954.**

A população rural constantemente manteve-se muito superior à urbana, mas principalmente, chama a atenção a grande diferença entre os anos de 1949 e 1950. Há um aumento de 15.110 pessoas vivendo na zona rural lagoense. É muito difícil que esse aumento expressivo se deva unicamente aos nascimentos, uma vez que os Anuários apontam o nascimento de 2.603 crianças em 1948, e 2.728 crianças em 1949. Para o ano de 1950, os partos sem dúvida seguiram esse padrão, o que nos deixa com mais de 10 mil pessoas novas na cidade, advindas de movimentos migratórios<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Não constam os nascimentos de 1950 nos anuários que foram analisados, ainda que conste a população total desse ano.

Podemos afirmar isso pelo recenseamento. O Anuário publicado em 1951 traz os dados demográficos de 1950. Em 1940, haviam sido contabilizadas 55.070 pessoas em Lagoa Vermelha. Com a média que foi feita de crescimento natural, o documento estimou que a população lagoense, em 1950, seria de 69.102 pessoas. Com o recenseamento de 1950 e o valor obtido de 83.630 pessoas<sup>13</sup>, o Anuário aponta a presença de cerca de 14.528 pessoas que realizaram “emigração interna” (ANUÁRIO DEMOGRÁFICO RS, 1951, p.37). Ou seja, esse grande aumento se deu pela chegada de novos moradores adultos na região, evidenciando a existência de algum atrativo econômico no município. Mais, chegaram na região rural do município, indicando que o atrativo estava ali e não na cidade.

Com base nesses dados, podemos perceber que a transição para a década de 1950 foi o momento de grande crescimento populacional em Lagoa Vermelha, fato que já havia sido destacado pela historiografia local (BARBOSA, apud ALMEIDA, 2008, p.62). Ora, contemporâneos dos acontecimentos percebiam as mudanças e rupturas que estavam vivenciando, como fica claro nas palavras de Demétrio Dias de Moraes:

Lagoa Vermelha, velha, atrasada, esquecida, perdida nos confins do Rio Grande; pequena e humilde aldeia de interior distante, metamorfoseou-se de um dia para o outro, surgindo num arranco impetuoso de labor e progresso, transformando-se numa das mais aprazíveis cidades do Rio Grande. (MORAES, 1967, p.111)

Moraes destaca que essa “metamorfose” se deu a partir de 1951 e seria em grande parte por conta das ações do prefeito Abelardo Nácul (MORAES, 1967, p.110). Por mais que de fato a ação pública da prefeitura tenha tido sua importância, como veremos adiante a chegada da indústria madeireira teve uma força muito maior para essas transformações.

## 2.2 ESTRUTURA DE DESMATAMENTO

Agora que já estamos situados sobre o local de estudo, é hora de apresentar a figura central deste trabalho: a *Araucária angustifolia*. Esta árvore “é a espécie florestal nativa mais representativa das regiões serranas frias e úmidas do Sul e do Sudeste do país” (WREGGE; et al, 2017, p.332). Representativa, por ser endêmica da região e chave para o sustento e a sobrevivência não apenas do ecossistema, mas também da vida humana. Afinal de contas, a sua semente, o pinhão, é um alimento rico em carboidratos e calorias.

---

<sup>13</sup>É importante destacar que os dados são confusos e muitas vezes não batem. O Anuário publicado em 1951 aponta que o recenseamento identificou 83.630 pessoas em Lagoa Vermelha (p.37) ao mesmo tempo que diz que a população municipal no mesmo ano é de 82.420 (p.20). Isso sem falar que na apresentação do documento, é indicado que os dados foram obtidos em 1949, mas o censo diz que os dados são para 1950.

Historicamente, as araucárias possuíam alturas entre 30 e 35 metros, excepcionalmente atingindo até 45 metros de altura. Seu diâmetro, era normalmente por volta de 64cm. Dizemos “historicamente”, porque estudos realizados na década de 1960 apontaram que essas gigantes já estavam em sua maioria desaparecidas, derrubadas para se tornarem tábuas nas serrarias sulinas (KLEIN, apud GASPER; *et al*, 2018, p.166). Estudos recentes já apontam que a média de altura das araucárias está entre 5 e 15 metros, com diâmetros de 10 a 30cm (GASPER; *et al*, 2018, p.169). Podemos observar uma grande redução na condição da espécie, que está não apenas menos populosa, mas também menor e sem dúvidas, mais frágil às intempéries da natureza e da humanidade.

Os estudos da etnobotânica possuem um termo que se aplica no caso da araucária: *cultural keystone species*<sup>14</sup>. Sua importância cultural reside na sua presença nas culturas indígenas e tradicionais de toda a região do Planalto Meridional (TAGLIARI, *et al*. 2021a, p.132). Lagoa Vermelha está inserida dentro dessa área macro, então sua situação não poderia ser diferente. Desde os primeiros povoamentos Kaingang, passando pela chegada de luso-brasileiros, até por fim o atual século XXI, o pinhão e a araucária seguem como importantes elementos culturais e de identidade<sup>15</sup>. Além disso, a araucária é a espécie central da floresta ombrófila mista<sup>16</sup>, sendo a responsável por sustentar imensa gama de fauna, flora e fungi, como a *Ilex paraguariensis* (erva-mate) que depende das sombras da araucária para se desenvolver. Ao menos cem espécies de insetos dependem exclusivamente do ambiente criado pela floresta de araucárias para sobreviver (TAGLIARI, *et al*, 2021b, p.2). Isso sem falar na colaboração que as árvores fazem entre si, comunicando-se e se auxiliando (WOHLLEBEN, 2017, p.9-11).

Estudos apontam que apenas 7% da área original da floresta de araucárias permanece, estando inclusive na lista de espécies em perigo crítico de extinção (WREGE, *et al*, 2017, p.332). Ilse Boldrini (2009) elencou as quinze principais ameaças atuais para a sobrevivência da araucária. Dentre as principais, destacamos a presença da espécie *Pinus spp.*, cultivada em sistema de monocultura para a produção de compensados e peças de madeira barata; além de

---

<sup>14</sup> Espécie culturalmente importante.

<sup>15</sup> Exemplo disso são os vários estabelecimentos da cidade que possuem alguma referência à araucária, além do pórtico na entrada do município, que representa um gaúcho e um Kaingang mateando sob duas araucárias, cf. <https://www.tuaradio.com.br/Tua-Radio-Cacique/noticias/geral/09-08-2022/obra-do-sindilojas-junto-ao-portico-de-lagoa-vermelha-deve-ser-terminada-ate-metade-de-outubro>.

<sup>16</sup> *Floresta Ombrófila Mista* é uma classificação fitoecológica e que se refere às formações florestais de uma área em um bioma. A Mata-Atlântica é o bioma da floresta ombrófila mista, mas conta com outras formações fitoecológicas, como a floresta decidual densa. A ombrófila mista é chamada também de “floresta com araucária” e costuma estar situada em altitudes entre 500 e 1000 metros de altitude. Cf. ROLIM, Rosângela Gonçalves; *et al*. **Flora da Bacia do Rio Pelotas**: uso e conservação de espécies (RS - Brasil). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

descaso com os recursos hídricos através de ações como drenagem de banhados e a construção de hidrelétricas (BOLDRINI, 2009, p.227). Voltaremos a esses pontos no último capítulo. Cabe por ora, entender a situação da araucária e saber as origens e as causas de aumento deste desmatamento: a indústria madeireira dos anos 1900 – 1980 no Sul do Brasil.

É relevante fazer uma rápida consideração teórica sobre a questão do tempo, elemento tão caro aos estudos históricos. Buscamos com este trabalho, entender como a memória das pessoas carrega e relembra o período madeireiro e como percebem a mata de araucária. Afinal, os efeitos do desmatamento intensivo seguem até hoje, com repetidas estiagens<sup>17</sup> e aumento de temperatura<sup>18</sup>. Temos aqui um efeito de longa duração da ação humana.

A análise que será feita neste trabalho é de conjuntura, ou seja, a análise de um largo período visando observar o conjunto de fatores históricos em movimento (BRAUDEL, 2009 p.44). Afinal, a chegada e a saída da indústria madeireira em Lagoa Vermelha trata-se de um evento, com uma duração clara, mas com efeitos que vão além desses limites. Os atuais problemas ambientais e a crescente extinção de espécies da fauna e flora dependentes das araucárias, são alguns desses efeitos que se prolongaram no tempo, a partir da ação humana de querer o lucro no extrativismo.

Dentro dessa temporalidade existem as estruturas, que são elementos que sustentam as práticas e condutas humanas. Como estruturas, não são necessariamente eternas, ainda que algumas existam por tanto tempo ao ponto de se tornarem

(...) elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. (BRAUDEL, 2009, p.49-50)

Como obstáculos, essas estruturas podem de certa forma aprisionar a ação humana, limitando-a dentro dessa estrutura vigente. Quando trabalhamos com o desmatamento e a

---

<sup>17</sup> Desde pelo menos 2020, o Rio Grande do Sul decreta situação de emergência em decorrência da estiagem, sempre no verão. Cf. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA, <https://sema.rs.gov.br/estiagem-rs>; PETRUS NEWS, [https://www.petrusnews.com.br/estiagem-no-rio-grande-do-sul-ameaca-agricultores/#:~:text=No%20Rio%20Grande%20do%20Sul%2C%20138%2C8%20mil%20propriedades,o%20este%20e%20o%20meio%20oeste%20do%20estado.](https://www.petrusnews.com.br/estiagem-no-rio-grande-do-sul-ameaca-agricultores/#:~:text=No%20Rio%20Grande%20do%20Sul%2C%20138%2C8%20mil%20propriedades,o%20este%20e%20o%20meio%20oeste%20do%20estado.;); G1, <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/05/estiagem-quase-metade-dos-municipios-do-rs-decretou-situacao-de-emergencia-veja-lista.ghtml>. Visivelmente a estiagem *se aquerenciou* no Rio Grande.

<sup>18</sup> Os Anuários trabalhados anteriormente trazem os dados climatológicos dos anos estudados. Foge do escopo deste trabalho analisar esses índices, mas é interessante ver que o município de Bom Jesus, cerca de 120km distante de Lagoa Vermelha, nos Campos de Cima da Serra, possuía médias anuais de 14,5C°, enquanto Passo Fundo tinha médias de 17,3C° (ANUÁRIOS, 1950, p.18-19). De acordo com o aplicativo *Clima*, da empresa de tecnologia Microsoft, a *média das temperaturas mínimas* nas respectivas cidades no período de 1993 a 2023, são de 16C° e de 17C°.

indústria madeireira, a estrutura se estende por um longo período e envolve a maneira pela qual a sociedade ocidental e “civilizada” se relaciona com o ambiente em que vive. Ao estudar a devastação da Mata Atlântica, Warren Dean destacou que “ainda que não apreciassem as árvores, os brasileiros gostavam de madeira” (DEAN, 2021, p.314) e que desde o início da colonização no Brasil, não haveria “amor à terra” por parte de quem trabalha nela, uma vez que se trata de gente de fora visando somente o lucro – ou trabalhando compulsoriamente como uma pessoa escravizada (DEAN, 2021, p.74). Vários outros trechos de sua obra podem ser trazidos, mas apenas com esses dois podemos intuir a existência de uma estrutura mental brasileira de ver a floresta como um obstáculo, um inimigo, ou um recurso. A indústria madeireira foi somente mais um episódio dessa longa duração de destruição em prol do desenvolvimento e da acumulação de capital.

Na nossa região de estudo, uma outra forma de pensar que contribui para essa estrutura de pensamento, é o ideal do *pioneiro* presente nos imigrantes europeus e seus descendentes. Com uma exacerbada valorização do trabalho, há a legitimação da destruição em nome do progresso e da espécie humana. Mais do que isso, o fato de os pioneiros terem transformado a paisagem pelo seu trabalho, também serve como legitimação para sua posição hierárquica superior, com a alegação de estarem “acima” dos moradores anteriores (em especial os caboclos e indígenas) que não saberiam o valor que possui o trabalho (TEDESCO; SANDER, 2002, p.178-180).

O local transformado, seja pelo trabalho, seja pelo desmatamento, é a paisagem. Esse é um conceito muito caro para a História Ambiental pois trata do local em que interagimos, no meio onde as pessoas vivem e sofrem um duplo impacto: em si e ao redor (WORSTER, 1991, p.201). A paisagem é algo que não é construído apenas pelos seres humanos, seja uma paisagem urbana ou florestal. Existem intensas relações e modificações que se dão a partir da relação dos humanos com os não-humanos, dando forma a novos espaços que por sua vez, modificam os humanos e os não-humanos.

Ao falar sobre a relação da História Ambiental com questões socioeconômicas, Donald Worster (1991, p.202) afirma que “nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais”. Ou seja, as relações de trabalho são influenciadas pela paisagem natural, provocando reações no ser-humano. No caso do pensamento pioneiro

dos italianos, a paisagem aparentemente<sup>19</sup> virgem e intocável provocou a reação de medo e temor, provocando o enfrentamento e a visão do perigo que o mato trazia, a visão do bloqueio representado pela floresta (ROSSI, 2015, p.63).

No decorrer da análise das entrevistas e das fotografias, iremos observar a maneira pela qual as pessoas falam da paisagem. Afinal, as árvores e o mato já existiam. A percepção que as pessoas terão deles deriva de elementos culturais e sociais, mas a partir da existência material dessa paisagem, desse ambiente. Da mesma forma, é importante atentarmos para não fazermos anacronismos ou outro tipo de julgamentos, pois “a questão ambiental só vai aparecer em um momento bastante recente da trajetória humana” (PÁDUA, 2010, p.93-96). A maneira pela qual a humanidade percebe e se relaciona com a paisagem muda conforme o tempo, sendo necessário que compreendamos a estrutura vigente e os pontos de sua ruptura (BRAUDEL, 2009, p.68)

Enfim, a existência dessa estrutura que despreza e que vê o natural quase como um adversário é decorrente da forma pela qual o ser humano se relaciona com a paisagem e sua reação frente aos obstáculos e àquilo que não é capaz de dominar. Mas não esqueçamos de evitar anacronismos, pois “a cultura mental não brota por si mesma” (WORSTER, 1991, p.211), ela é fruto de uma estrutura maior e que impacta de formas diferentes os diversos grupos e classes sociais. A compreensão da paisagem pelos trabalhadores das serrarias, não será a mesma que a dos proprietários.

### 2.3 GRUPOS DA GRANDE LAGOA VERMELHA

Assim como qualquer outro local do continente americano, a região de Lagoa Vermelha foi inicialmente povoada por povos indígenas, neste caso, o povo Kaingang. Oriundos do Planalto Central brasileiro, pesquisas arqueológicas apontam que eles tiveram papel chave na dispersão da araucária pelo território que atualmente ocupa, atuando como *engenheiros florestais* ao fazer uma união entre o uso de queimadas e a semeadura – voluntária ou involuntária<sup>20</sup> (CRUZ; *et al*, 2020, p.3).

Apesar da presença anterior, a história local de Lagoa Vermelha deu pouca atenção ao povo Kaingang. A principal obra histórica, *Nova História de Lagoa Vermelha*, traz algumas páginas sobre o assunto, mas associando os Kaingang com os jesuítas e com práticas violentas

---

<sup>19</sup> Usamos a expressão “aparentemente” porque, apesar da densidade e tamanho da floresta, ela já havia sido alterada por grupos humanos anteriores, em especial os Kaingang. Cf. CRUZ, Aline Pereira, et al. Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. **Plos One**, v. 15, n.7, 2020, pp.1-18.

<sup>20</sup> Semeadura involuntária, seria o ato de a pessoa esquecer ou perder as sementes de pinhão que iria consumir e que acabavam germinando e dando vida a novas árvores.

– em especial ataques a tropas e guerras tribais (BARBOSA, 1981, p.9-25). Depois desse primeiro capítulo, a população indígena é ignorada. Da mesma forma, o livro *História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio: contexto, história geral, municípios próximos*, obra mais recente sobre a história lagoense, inicia a partir da colonização branca na região de Lagoa Vermelha, ignorando totalmente a presença indígena anterior (NEPOMUCENO, 2003, p.22).

Infelizmente, em decorrência das limitações de um Trabalho de Conclusão de Curso, não cabe aqui analisar e refletir sobre essa questão historiográfica. O que importa no momento, é termos a ciência da presença desse povo, cujos hábitos e tradições influenciaram todo o norte gaúcho e cujas ações impactaram, simultaneamente, na expansão e no recuo das matas de araucárias (CRUZ; *et al*, 2020, p.3).

Para a Lagoa Vermelha das madeireiras, um grupo extremamente importante é o que identificamos aqui como *caboclo* (MACHADO, 2017, p.66). Oriunda de populações indígenas, mestiças, brancas pobres e pretas livres, o grupo caboclo é um grupo que inicialmente vivia da própria subsistência, em pequenos lotes e espaços nas margens das grandes propriedades pecuárias. Como população marginalizada, trabalhava ou em fazendas, ou em algum pequeno rancho visando o autossustento. Com a chegada da indústria a partir de 1940, muitas pessoas ditas caboclas irão compor o quadro de funcionários das madeireiras, sendo a principal mão-de-obra.

Em Lagoa Vermelha, terra de coxilhas<sup>21</sup>, o grupo dos *campeiros* também se fará presente. Usamos este termo neste trabalho com o fim de se referir às pessoas proprietárias de terras que praticam exclusivamente a pecuária e a lida de campo, conforme apresentado por Ana Carine Cerva (2014, p.34-37). Na Lagoa Vermelha das décadas de 1940 a 1980, essa forma de produção ficou mais restrita aos fazendeiros latifundiários, bastante admirados pela historiografia local. Fidélis Dalcin Barbosa (1981, p.42-100), por exemplo, traz uma relação de “mais de mil pioneiros do povoamento de Lagoa Vermelha”, com destaque para aqueles com mais posses e relevância pública. Muitas dessas famílias possuíam grandes fazendas de gado e cavalos no início dos anos 1930.

O último grupo do nosso trabalho, presente na região da Grande Lagoa Vermelha, são os descendentes de italianos, conhecidos como *gringos* (JESUS, 1991, p.111). Fidélis Dalcin Barbosa traz uma afirmação questionável, afirmando que “Lagoa Vermelha foi o município gaúcho que recebeu maior contingente de imigrantes italianos e seus descendentes” (BARBOSA, 1981, p.60). De acordo com Vania Herédia, as primeiras colônias italianas no Rio

---

<sup>21</sup> Coxilha: terreno de campos ondulados, propício à prática de criação de animais ruminantes.

Grande do Sul foram Princesa Isabel e Conde D’Eu – atuais Bento Gonçalves e Caxias do Sul – fundadas em 1869 (HERÉDIA, 2021, p.113). Por mais que a autora destaque Alfredo Chaves como um dos três principais núcleos coloniais a surgirem das duas cidades, foi visto que a emancipação dessa colônia se deu muito cedo. Não acreditamos ser possível que Lagoa Vermelha tenha recebido “o maior contingente”, como afirmou Barbosa. Além disso, é vital destacar os problemas logísticos. A própria Alfredo Chaves se emancipou justamente em decorrência da dificuldade de comunicação com a sede de Lagoa Vermelha (FARINA, 1993, p.118). Também devemos levar em conta que os municípios vizinhos de Passo Fundo e Vacaria estavam mais propensos para a colonização europeia. Passo Fundo estava integrada à região alemã pela via férrea (TEDESCO; SANDER, 2002, p.47) e Vacaria estava em contato próximo com a colônia de Antônio Prado (ROSSI, 2015, p.99). Lagoa Vermelha não tinha ferrovia, estava rodeada de uma densa mata e a cidade mais próxima era Vacaria. Não faria sentido que “o maior contingente” de imigrantes saíssem de Antônio Prado ou Alfredo Chaves em direção a Lagoa Vermelha, considerando as dificuldades logísticas e o fato de as vizinhas serem mais acessíveis. Mesmo que os dados analisados na tabela 1 mostrem um aumento populacional de mais de 30 mil pessoas em 15 anos, devemos ponderar sobre os problemas logísticos e a probabilidade de que locais como São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e a própria Passo Fundo, por estarem inseridas na linha ferroviária, tenham recebido quantidades muito maiores de europeus e descendentes na virada do século.

Essa questão é de extrema relevância para o presente trabalho pois nos ajuda a ter embasamento para refletir sobre a memória. Assim como em Vacaria, esses *gringos* chegaram na região buscando “manter e/ou melhorar seu modo de vida” (ROSSI, 2015, p.91), quando a situação na Serra estava começando a complicar em virtude da redução de terra disponível. A melhora na vida se daria justamente no trabalho com a extração de madeira de araucária, a qual era uma commodity de alto valor na primeira metade dos anos 1900 (CARVALHO, apud ROSSI, 2015, p.85). Entendemos então que essa foi a razão para o surgimento da indústria madeireira em Lagoa Vermelha: a chegada de uma leva de descendentes de italianos, provenientes da Serra Gaúcha e de Passo Fundo e que, vendo as florestas como uma *commodity*, optaram por trabalhar com o extrativismo.

É importante destacar que, para facilitar a construção das ideias, o termo *gringo* será utilizado para se referir a populações descendentes de europeus no geral, uma vez que teremos

entrevistas com pessoas de antepassados alemães e poloneses. Samir Ribeiro Jesus (1991), ao cunhar o termo, esclarece que se refere exclusivamente aos descendentes de italianos<sup>22</sup>.

No decorrer deste trabalho serão usadas entrevistas realizadas com diversas pessoas sobre o assunto em questão. É importante fazermos algumas reflexões e explicações acerca do uso da oralidade como fonte para a pesquisa e o estudo da história.

Na década de 1970, com uma boa dose de humor, Alessandro Portelli (1997, p.26) escreveu que “um espectro está assombrando os muros da academia: o espectro da história oral”. O uso da fala e dos relatos de pessoas como fontes históricas sempre causou bastante receio na comunidade acadêmica por estarem dotadas de subjetividade. Afinal, são as lembranças particulares de uma pessoa que estariam sendo relatadas. Como então seria possível aplicar a objetividade científica, tão fundamental aos estudos históricos? Esse argumento, porém, é falacioso, pois mesmo os registros escritos e as imagens também são fontes recheadas de subjetividades e com o ponto de vista da pessoa que os escreveu ou produziu (CRUIKSHANK, 2006, p.156).

E é exatamente nesse ponto que a história oral como método de pesquisa se destaca: a subjetividade. Ao entrevistarmos uma pessoa, estamos dando materialidade aos seus significados: a quem essa pessoa é, o que ela pensa, como ela veio a se encontrar como indivíduo (SCHMIDT, 2011, p.87). Pela história oral, pessoas de grupos marginalizados que via de regra não podem registrar em documentos suas memórias e sua história, podem ser ouvidas e contribuir para um olhar mais amplo acerca dos eventos e das conjunturas históricas (AMADO; FERREIRA, 2006, p.XIV).

No presente trabalho, esse fator da subjetividade das pessoas tem papel fundamental na nossa análise. Isso porque

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos [...] mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos. (PORTELLI, 1997, p.31)

Não é segredo a forma pela qual as madeireiras trabalhavam ou como elas surgiram no Rio Grande do Sul. A bibliografia já adentrou nos detalhes dessa indústria. Nossa proposta é ver como a subjetividade das pessoas que atuaram no período, como as suas memórias e

---

<sup>22</sup> “[...] chegou aos municípios serranos catarinense, particularmente em Lages e São Joaquim, um número considerável de contingente de filhos de imigrantes italianos, vindos do Rio Grande do Sul. Foram estes — os gringos, como são conhecidos pelos serranos — que iniciaram a exploração da araucária em grande escala.” JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Médio**. Dissertação (Mestre em História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, p.40.

lembranças, enxergam suas ações. Como elas pensam e refletem sobre o que aconteceu. Como afirmou Alessandro Portelli (2006, p.111), “tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”. Os relatos e as fotografias que compõem esse trabalho são as representações das pessoas sobre as madeiras, mas não deixam também de ser fatos. Nosso papel, como cientistas da História, é compreender as representações feitas sem nunca deixar de lado a crítica científica.

Considerando que as pessoas são diferentes, as classes sociais e grupos também são distintos. Antônio Torres Montenegro (2007), ao realizar pesquisas orais no bairro da Casa Amarela, periferia do Recife, identificou que existe uma espécie de separação entre uma cultura de elite e uma cultura popular. A principal forma de se identificar essa diferença, está justamente na fala, na maneira pela qual a pessoa se comunica, desde o sotaque, expressões e até a forma de se portar na entrevista (MONTENEGRO, 2007, p.36-37). Nossos entrevistados variam desde pessoas que possuíram serrarias, até os trabalhadores das serrarias, até pessoas que observaram o período sem estarem inseridas na dinâmica industrial. Tendo conhecimento da situação social e de trabalho de cada pessoa, podemos identificar os elementos que separam a “cultura da elite” da “cultura popular”, inclusive observando o contingente de ambas (gringo, caboclo ou campeiro).

É claro que esse elemento da fala se perde quando inserido em uma folha de papel de forma textual. Ainda que o apoio escrito seja fundamental, alguns problemas devem ser apontados. Quando da transcrição<sup>23</sup>, é normal que o relato oral tenha de ser modificado pelo historiador para que se encaixe em normas gramaticais e ortográficas para que a leitura e o uso da fonte sejam mais fluídos. Isso, porém, acarreta riscos porque a inserção de uma única vírgula faz com que a dinâmica da fala se perca. Pausas e continuidades, que possuem um peso fundamental para se entender a subjetividade da pessoa, são perdidas quando se inserem dentro de normas de escrita (PORTELLI, 1997, p.28). Outro problema, que de certa forma está relacionado a essa questão, é o uso do relato. Uma fala específica pode ser usada em qualquer situação? Seguimos o posicionamento de Julie Cruikshank (2006) de que não: uma entrevista e um relato são frutos do momento, de uma demanda específica. Usar uma fala com fins distintos daquele que motivou a entrevista, é tirá-la do contexto (CRUIKSHANK, 2006, p.158). Afinal, quando a entrevista é realizada, a pessoa autoriza o uso da sua fala, mas é claro, desde que o que foi dito seja usado no sentido do que falou. “Afastar-se dele significa corromper o conteúdo que expressa a cultura e os sentidos políticos da fala do outro” (MONTYSUMA, 2011, p. 68).

---

<sup>23</sup> A transcrição é o ato de colocar em texto o que a pessoa falou na entrevista oral.

A fonte oral é um relato subjetivo de alguém, logo, como historiadores e historiadoras, devemos ter a ética de usar essa preciosa fonte no sentido correto e honrando a confiança que nos foi dada por quem compartilhou suas experiências.

Em face disso, no decorrer deste trabalho, os trechos das entrevistas serão trabalhados a partir das transcrições, onde a fala sofreu algumas alterações gramaticais e ortográficas para facilitar a leitura. Em virtude do pedido de alguns entrevistados, todos os trechos utilizados aqui foram corrigidos para a norma culta. A transcrição original, porém, permaneceu na íntegra com todas suas particularidades e “erros” de gramática presentes na fala. Contamos também com o apoio das gravações, onde podemos rever a fala e prestar maior atenção à postura da pessoa entrevistada. Situações ocorridas que não foram ditas, aparecerão em colchetes, como a explicação de ações físicas da pessoa (como um momento de emoção, ou de pausa prolongada para pensar), de informações para situar a leitura e outras possíveis ocorrências. Buscaremos ao máximo orientar a análise considerando as subjetividades e os sentidos indicados pelos entrevistados.

Começamos agora a observar as dinâmicas de deslocamentos e migrações dos três grupos (caboclos, gringos e campeiros) ocorridas no Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul entre os anos 1940 – 1980. A fala da senhora Eloá Trein nos ajuda a entender melhor o processo da chegada dos madeireiros de origem europeia:

Eloá: [...] Nós moramos, o meu marido [Arnaldo] e eu, em Passo Fundo. O pai dele era madeireiro lá, tinha indústria de madeira e fazia caixas, aberturas. Casamos e viemos para Lagoa Vermelha, porque eu sou de Lagoa. E ele já veio com essa profissão, de madeireiro. Aqui ele teve três serrarias [...] (Entrevista com Eloá Trein, realizada em 03 de agosto de 2022)

Dona Eloá e seu marido, Arnaldo, são descendentes de europeus. Ela é neta de italianos, ele, de alemães. O casal veio para Lagoa Vermelha no ano de 1946, momento pujante da economia brasileira e mundial. De acordo com Miguel Mundstock Xavier Carvalho e Eunice Nodari (2010), a partir de 1940 se tem a *terceira fase* da exploração de madeira de araucária, marcada “por ser a mais intensa no ritmo da devastação/produção, cuja madeira alimentava o ritmo frenético do crescimento urbano de São Paulo e Rio de Janeiro em meados do século XX” (CARVALHO; NODARI, 2010, p.717). Podemos perceber que Arnaldo já tinha experiência no ramo, tendo herdado do pai a profissão de madeireiro. Visando ampliar os negócios, dirigiu-se para Lagoa Vermelha. O fato de ter sido capaz de em tão pouco tempo possuir três serrarias na região mostra como o negócio era lucrativo nessa terceira fase e como havia uma alta demanda.

Tabela 3: quantidade de serrarias por empresa em Lagoa Vermelha no ano de 1952

Quantidade de serrarias	Quantidade de empresas
1	273
2	19
3	2

Fonte: Relação das serrarias lançadas para pagamento de imposto de indústrias e profissões de Lagoa Vermelha, IHPF, 1952.

A tabela 3 nos serve como comparação. No ano de 1952, havia um total de 317 serrarias em Lagoa Vermelha (IHPF, 1952, p.5), sendo 273 dessas a única serraria da empresa ou dos sócios. Apenas 21 nomes aparecem como possuidores de mais de uma serraria, sendo que apenas duas empresas (a Irmãos Menegatti Ltda, localizada no distrito de Sananduva; a Cerri & Cia. Ltda, localizada no distrito de São José do Ouro) contam com três serrarias no seu patrimônio. Ou seja, não era qualquer madeireiro que conseguia ter mais do que um empreendimento, sendo que o próprio Arnaldo Trein deixou de ter três serrarias no ano de 1952. Apenas uma serraria está com seu nome, localizada no distrito de Caseiros (IHPF, 1952, p.3).

No distrito de Paim Filho - atualmente um município autônomo situado ao noroeste da sede de Lagoa Vermelha, também podemos observar a migração de descendentes de europeus. O senhor César Cavaletti nos traz algumas informações sobre essa questão:

César: Meu avô contava que o pai e o primo dele vieram da Itália. [...]  
 Entrevistador: E então ele chegou aqui na Serra. Lembra da cidade específica?  
 C: Farroupilha. Ele falava muito na Linha Forrumeco. [...]  
 E: [...] Em Farroupilha. E como ele veio parar em Paim Filho?  
 C: Aí ele comprou terra em Maximiliano de Almeida. De Farroupilha desceram a Lajeado, onde nasceu meu pai, e de Lajeado vieram pra Maximiliano de Almeida. Segundo meu tio de Erechim, minha falecida vó não queria vir para cá [Paim Filho] porque aqui não era lugar de futuro. O futuro era Erechim. (Entrevista com César Cavaletti realizada em 02 de agosto de 2022)

O relato corrobora ainda mais para fortalecer o argumento contra a afirmação de Barbosa sobre “o grande contingente” italiano em Lagoa Vermelha. A cidade de Erechim, mencionada como o “futuro”, localiza-se cerca de 100km ao norte de Passo Fundo, dentro da região do Planalto Médio. Foi um cobiçado destino para imigrantes e seus descendentes no início dos 1900, principalmente após a construção da ferrovia ligando Passo Fundo e Santa Maria (TEDESCO; SANDER, 2002, p.79). Apesar de o entrevistado não relatar os motivos exatos que fizeram seu avô sair de Farroupilha e Lajeado, podemos deduzir que está envolto na busca por melhores condições de vida em virtude da diminuição de terrenos disponíveis na

Serra, situação que influenciou na migração para Vacaria no mesmo período (ROSSI, 2015, p.95).



Figura 3: mapa da região da Grande Lagoa Vermelha em 1966. Os distritos mencionados por César Cavaletti se encontram representados na parte superior do mapa, com Erechim (Erechim) no canto superior esquerdo e a sede de Lagoa Vermelha no canto inferior direito. In: INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA. **Brazil, Rio Grande do Sul – Physical, 1966.**

Maximiliano de Almeida era um distrito de Lagoa Vermelha. Seu relato segue da seguinte maneira:

Entrevistador: E como é que seu avô conseguiu dinheiro para comprar a terra? No que ele trabalhava?

César: Ferraria.

E: Ferraria? Era ferreiro então. E o que eles faziam na época?

C: Pá, enxada, essas coisas.

E: E aí com o dinheiro comprou terra aqui em Maximiliano de Almeida. E em Maximiliano ele fez o que lá, continuou trabalhando em ferraria?

C: Continuou na ferraria. Eles tinham ferraria e serraria ali. Mas logo vieram para cá. O pai comprou uma serraria em São João da Urtiga, trabalhou 6 meses. E aí comprou uma serraria aqui [Paim Filho], mas quando chegou, tinha o Joaquim Marques, que já tinha uma serraria. Ele acabou vendendo, disse: "aqui não tem lugar para dois. Compre que eu vou te vender". Parece que eles foram para o Paraná depois. (Entrevista com César Cavaletti realizada em 02 de agosto de 2022)

Maximiliano de Almeida, Paim Filho e São João da Urtiga eram todos povoados e localidades dentro do território municipal de Lagoa Vermelha nos anos 1940 - 1950. Em 1956, o distrito de Sananduva emancipou-se e, com ele, levou parte do distrito de Paim Filho. As demais localidades separaram-se definitivamente de Lagoa Vermelha em 1959, com a emancipação do distrito de Machadinho. Eventualmente iriam surgir os três municípios citados pelo senhor César, emancipando-se de Sananduva e Machadinho (ALMEIDA, 2008, p.67-70).

Segundo o relato de César, seu pai abriu a serraria em Paim Filho no ano de 1965. É interessante notar que foi um ramo industrial diferente daquele que fazia antes, a ferraria. De acordo com Tedesco e Sander, toda a área que foi povoada pelos imigrantes europeus e seus descendentes teve uma lógica inicial de colonização para povoar, buscando inclusive desenvolver uma economia mais dinâmica (TEDESCO; SANDER, 2002, p.57). Faz sentido que o pai de César tenha trabalhado com ferraria, afinal, os colonos necessitavam de ferramentas para o trabalho agrícola e a demanda deveria ser considerável. A escolha por mudar de rumo e trabalhar com madeira, nesse momento dos anos 1960, pode indicar tanto uma queda na demanda dos colonos, quanto lucros melhores com a indústria extrativista, ou até uma união de ambos os fatores. Afinal, é a terceira fase apontada por Carvalho e Nodari (2010).

Um terceiro caso de *gringos* migrando para Lagoa Vermelha a partir de colônias pode ser encontrado na fala do senhor Arthur Smaniotto, onde conta um pouco da história de seu avô, Boleslau Zamecki:

Arthur: Sou neto do seu Boleslau Zamecki, polonês que veio para o Brasil em 1911. [...] Havia uma colônia de poloneses na localidade de Vila Áurea, entre Getúlio Vargas e Erechim. Mas eles ficaram alojados, no início, em Blumenau. Ganharam uma área de terra de 12 hectares, uma chácara. Ficaram em Blumenau e acabaram vindo embora de lá em razão da Febre Amarela.

Entrevistador: Isso ainda em 1911, naquela década?

A: 1911, eles ficaram de 2 a 4 anos em Blumenau e vieram embora.

E: E lá em Vila Áurea, o senhor sabe o que eles fizeram quando chegaram, qual o trabalho deles?

A: Eles eram simplesmente colonos. Plantavam milho, trigo, para sobreviver.

E: E essas terras, como é que eles adquiriram?

A: Isso aí foi doado pelo governo. Eram doadas terras para imigrantes. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

Considerando o espaço geográfico, Vila Áurea possivelmente estava de algum modo relacionada à Colônia Quatro Irmãos, vizinha de Erechim e atual município de Getúlio Vargas. Tedesco e Sander apontam que essa colônia foi desenvolvida por uma companhia colonizadora voltada para judeus, a *Jewish Colonization Association* (TEDESCO; SANDER, 2002, p.204). Judeus do leste europeu, principalmente de áreas da Polônia e da Rússia, eram as principais

pessoas trazidas pela companhia, o que explica o porquê de a família Zamecki ter vindo para a localidade após sair de Blumenau.

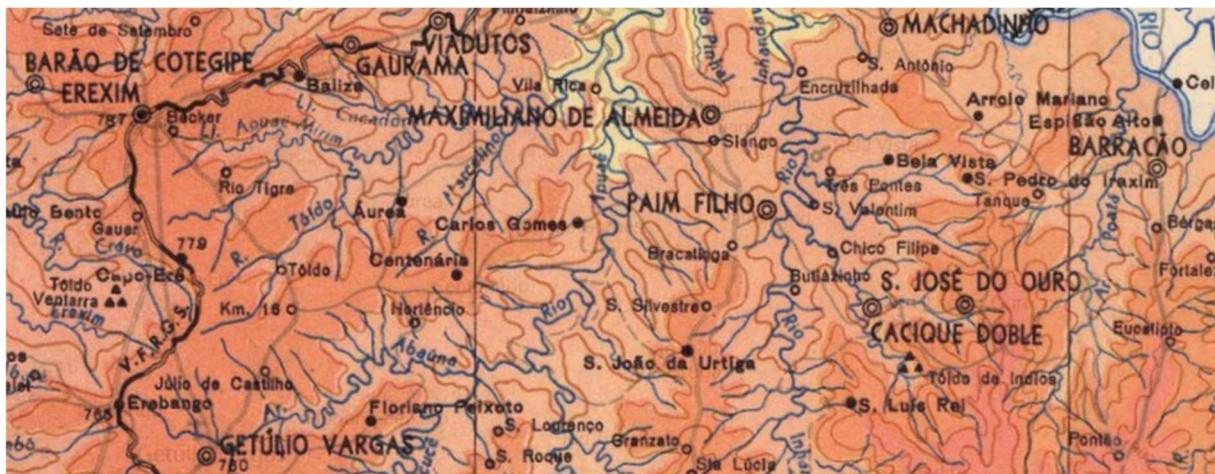


Figura 4: extremo norte do Rio Grande do Sul. A cidade de Áurea situa-se próxima de Erechim, no lado esquerdo. Observe a proximidade com o distrito do Barracão, na época de Boleslau Zamecki, parte de Lagoa Vermelha. In: INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA. **Brazil, Rio Grande do Sul – Physical**, 1966.

É interessante notar que o senhor Arthur afirma que as terras foram doadas pelo governo aos imigrantes. Isso não encontra correspondência histórica, já que a mencionada região era administrada pela dita colonizadora. Possivelmente as terras tenham sido cedidas às colonizadoras, pois como aponta Eunice Nodari (2002, p.35), “o governo concedia as terras devolutas [para as colonizadoras] em troca da construção de estradas”. Considerando a lógica do capital, a colonizadora vendia as terras que recebia para os imigrantes. Porém, pela falta de dados e fontes específicas sobre Vila Áurea, não podemos ter certeza se é o caso ainda que, considerando o período (1911), a localização (parte de Erechim) e o grupo étnico (poloneses), tudo indica que se trate de uma relação entre a família Zamecki e a *Jewish Colonization Association*.

Apesar de inicialmente trabalhar como “colono”, o senhor Boleslau eventualmente optou por seguir o rumo da madeira. A fala de Arthur nos indica um pouco do que aconteceu:

- Entrevistador: E quando que foi o primeiro contato do seu Boleslau com a madeira?  
 Arthur: Foi depois que ele terminou a atividade de alfaiate. Eu acredito em 1935, 1940... Ele deixou de ser alfaiate e se direcionou para o lado da madeira. Teve uma sociedade com dois amigos e começaram no ramo.  
 E: O senhor lembra o nome e sobrenome desses amigos?  
 A: Mistura, Farina e esse Zamecki. Eram os três donos de serraria. [...] Eu acho que eles eram italianos.  
 E: Isso aí era em Áurea né?  
 A: Isso em Áurea. No Rio Ligeiro.  
 E: E por que ele escolheu exatamente a madeira depois de ser alfaiate? Alguma razão específica?

A: Porque era o começo de uma atividade que tinha um lucro bem acentuado. Madeira sempre foi um artigo muito necessário: a construção de casas, de todo tipo de construção, principalmente antigamente que era quase tudo de madeira.

E: Ele chegou a comentar alguma vez quais as madeiras que o pessoal mais tinha interesse?

A: Pinheiro. A araucária<sup>24</sup>. A araucária sempre foi o carro chefe do madeireiro. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022).

Assim como o pai de César, o senhor Boleslau possuía outro ofício antes de ingressar no mercado da madeira: ele era alfaiate na colônia. Dessa vez, porém, temos maior segurança ao afirmar os motivos da mudança de ramo: lucro. O auge da indústria madeireira, a terceira fase, estava começando nos anos 1940 e Boleslau entrou no mercado. Chama a atenção o fato de não ter sido uma empreitada individual, mas sim, uma sociedade com outras duas pessoas, coincidentemente, também de origem europeia.

Essa prática de criar empresas em conjunto era extremamente comum. Em uma lista de empresas madeireiras presentes em Passo Fundo no ano de 1938, podemos perceber dezenas de nomes de parcerias, como “Flech Irmãos”, “Girardi & Grapiglia” ou “Pichelki, Alfredo & Irmão” (WENTZ, 2004, p.167-170). Em Lagoa Vermelha, a situação não foi diferente, como nos mostra a *Relação das serrarias lançadas para pagamento de imposto de indústrias e profissões de Lagoa Vermelha em 1952*. Das 317 madeireiras presentes em Lagoa Vermelha no referido ano, apenas 83 estavam registradas sob um único nome. Todas as demais 234 possuíam diferentes sobrenomes, eram sociedades anônimas, ou contavam com “& Irmão” ou “& Filhos” (IHPPF, 1952). Podemos afirmar que o ingresso na atividade madeireira era via de regra feito em conjunto; senão em família, provavelmente com pessoas próximas, como parece ser o caso do senhor Boleslau Zamecki.

A chegada de Boleslau e suas serrarias na região de Lagoa Vermelha propriamente dita, ocorreu em meados dos anos 1950, como nos conta o senhor Arthur:

Entrevistador: Então ele [Boleslau Zamecki] começou a indústria madeireira lá em Áurea. Como ele veio parar em Barracão. Ganhou do governo do estado - isso mais ou menos entre 1954/1957 - começou a ganhar essas áreas de mata nativa ali no Barracão, nos arredores da Floresta Nacional do Espigão Alto. E lá ele teve serrarias.

Arthur: Ele comprou terras no Barracão. Ganhou do governo do estado - isso mais ou menos entre 1954/1957 - começou a ganhar essas áreas de mata nativa ali no Barracão, nos arredores da Floresta Nacional do Espigão Alto. E lá ele teve serrarias.

E: E por que ele ganhou essas terras?

A: Porque o governo distribuía. Era tanta terra...

E: O governo estadual isso?

A: O governo estadual. Aí ele comprava os pinheiros das pessoas que ganhavam esses lotes de terra e depois as pessoas não tinham mais o que fazer em cima de uma área pequena. Acabavam vendendo essas terras e indo embora para Caxias, Farroupilha,

---

<sup>24</sup> Apesar de a floresta ombrófila mista contar com outras espécies de madeiras que eram derrubadas e tratadas (chamadas Madeira de Lei), as nossas entrevistas falam quase que exclusivamente da araucária, ou pinheiro. Essa questão da memória e do símbolo da árvore será melhor trabalhada no último capítulo.

Porto Alegre. Então meu avô comprava essas terras com o dinheiro do corte desses pinheiros. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

Barracão era um dos mais importantes distritos de Lagoa Vermelha, conhecido por sua densa floresta de araucárias, principalmente na localidade chamada de *Pontão*<sup>25</sup>, “a maior reserva de pinho-araucária do nordeste do Estado” (BARBOSA, 1981, p.125). Faz sentido que a firma de Boleslau tenha escolhido esse local não apenas por sua abundância de araucárias, mas também por estar situado no norte do município, próximo à divisa com Santa Catarina e vizinha de Áurea. Novamente, porém, vemos o senhor Arthur dizer que as terras eram distribuídas pelo governo. Pela explanação do entrevistado, essas terras estariam sendo distribuídas aos colonos, que acabavam vendendo a propriedade para as madeireiras. Na década de 1950, de acordo com Eunice Nodari (2002, p.37), as migrações de colonos seguem ativas na região do Oeste Catarinense, com a ação das colonizadoras. Todavia, não encontramos referências acerca da atuação dessas na região do Barracão nesse mesmo período. Até porque temos o relato de moradoras do Barracão sobre a questão, que podem contribuir para o debate:

Entrevistador: E onde é que a senhora nasceu?

Margarida: Nasci lá no Barracão. [...]

Neura: Ela nasceu no mesmo lugar que eu nasci, lá no interior. Linha<sup>26</sup> Santo Antônio.

E: Naquela época era parte de Lagoa né?

N: É, eu acho que era.

M: Acho que era, porque lá não tinha nada! Médico, nem nada. (Entrevista com Margarida Scheidt realizada em 1 de agosto de 2022)

As irmãs Margarida e Neura são naturais do Barracão. Margarida, a mais velha, nasceu em 1942; Neura não nos informou sua idade, mas é mais nova que a irmã. Podemos perceber pela fala, que o Barracão não se assemelha a uma colônia, pois “não tinha nada”. É claro, esse nada não é absoluto, pois sem dúvida havia alguns armazéns e outros estabelecimentos simples. Mas a fala da senhora Margarida nos mostra que o espaço era muito mais disperso e com menos comunicação do que as colônias de *gringos*, onde se tinha ferrarias, serrarias e estradas unindo as produções de uma colônia com outra (HERÉDIA, 2021, p.114-115). Não nos foi informado como a família chegou naquela região, mas temos algumas informações sobre como era o dia a dia:

Entrevistador: Como era a vida da senhora na infância, o que seu pai e sua mãe faziam?

Margarida: Ah, trabalhavam na roça.

---

<sup>25</sup> Esse nome refere-se a uma montanha escura de tantas árvores, como se fosse uma ponta de faca emergindo por cima do campo nativo (BARBOSA, op cit, p.125).

<sup>26</sup> A expressão *linha* é bem frequente nas áreas interioranas do Rio Grande do Sul. Indicam locais onde passavam ônibus e carroças que levavam os moradores dos povoados e colônias para a cidade, como uma verdadeira linha de transporte público.

E: Mas era a roça de vocês mesmo?

M: Nossa mesmo, nosso terreno.

E: Como que era esse trabalho, a senhora lembra?

M: Ah, era carpir. Quando nós pudemos com o peso da enxada e com o peso da máquina de plantar milho, fazíamos tudo! Porque nós não tínhamos irmão homem mais velho. Aí era nós, as meninas...

Neura: Roçar, carpir... (Entrevista com Margarida Scheidt realizada em 1 de agosto de 2022)

Podemos perceber que a senhora Margarida tem a lembrança de posse da terra, de propriedade sobre o terreno em que viviam e em que trabalhavam. Ela também destaca que, mesmo sendo mulher, tinha de trabalhar na plantação para poder contribuir no sustento da família. Apesar de haver uma semelhança com a forma pela qual os descendentes de italianos trabalhavam nas suas terras (TEDESCO; SANDER, 2002, p.57), Margarida e sua irmã se aproximam muito mais do grupo mencionado no início deste capítulo, os caboclos. Não apenas no linguajar, mas por não se identificarem como “colonos”, trabalhando em colônia, como o fez Arthur e indiretamente, César. O próprio Barracão teria sido povoado por não-indígenas por volta de 1760, como um local de contrabando para os tropeiros não pagarem as taxas do Caminho das Tropas (DOMINGUES, 1993, p.55), indicando uma população cabocla.

A senhora Margarida também nos relata uma memória envolvendo o senhor Boleslau Zamecki:

Entrevistador: Quando começou essa onda das serrarias e madeireiras?

Margarida: Lá onde nós morávamos tinha uma bem perto, o Zamecki. A primeira que apareceu por lá. Depois tinha o Santo Paese, mais longe. Mas ali perto, no Santo Antônio, foi o Zamecki quem botou serraria. E serrou por muito tempo. [...] Muita gente puxava madeira, mas nós não tínhamos nenhuma relação com a serraria porque nós morávamos mais no sítio, lá na roça.

E: Nesse momento da chegada da madeireira do Zamecki, chegaram a incomodar vocês, de querer comprar a sua terra ou alguma coisa desse tipo?

M: Não. Eu acho que dava mais de 5km da serraria até a nossa casa. Não, até uma vez eles foram lá com o seu Arthur Smaniotto<sup>27</sup>, que era genro do Boleslau. Mas não sei o que andaram fazendo. Conversaram com o pai. De certo se informando do lugar. (Entrevista com Margarida Scheidt realizada em 1 de agosto de 2022)

As irmãs apontam que a propriedade rural da família possuía uma área de pinheiros, de araucárias, dividindo o espaço com a área de cultivo. Podemos perceber pelo relato que famílias como a da senhora Margarida preferiam focar na agricultura e na lavoura, do que trabalhar com madeira - até porque é bem possível que essa população, sem dúvidas mais empobrecida, não tivesse acesso a tecnologias adequadas para o trabalho. A chegada das serrarias de Boleslau Zamecki é destacada no relato, sendo que ele aparentemente apenas “buscou informações” com

---

<sup>27</sup> O Arthur Smaniotto que as entrevistadas citam, trata-se do pai do Arthur Smaniotto que foi entrevistado neste trabalho.

o pai das entrevistadas. A propriedade ficou com a família até a morte do pai, resultando na venda do terreno e na mudança para a cidade. Margarida já havia saído de casa nesse momento, que será retomado mais adiante.

De qualquer maneira, podemos ver que o Barracão já estava anteriormente habitado por moradores que praticavam a subsistência. Possivelmente tenha sido um equívoco de memória do senhor Arthur Smaniotto a lembrança de que as terras foram recebidas pelo seu avô, doadas pelo governo estadual. Margarida e Neura também sequer mencionam a existência de alguma coisa parecida com uma Companhia de Colonização.

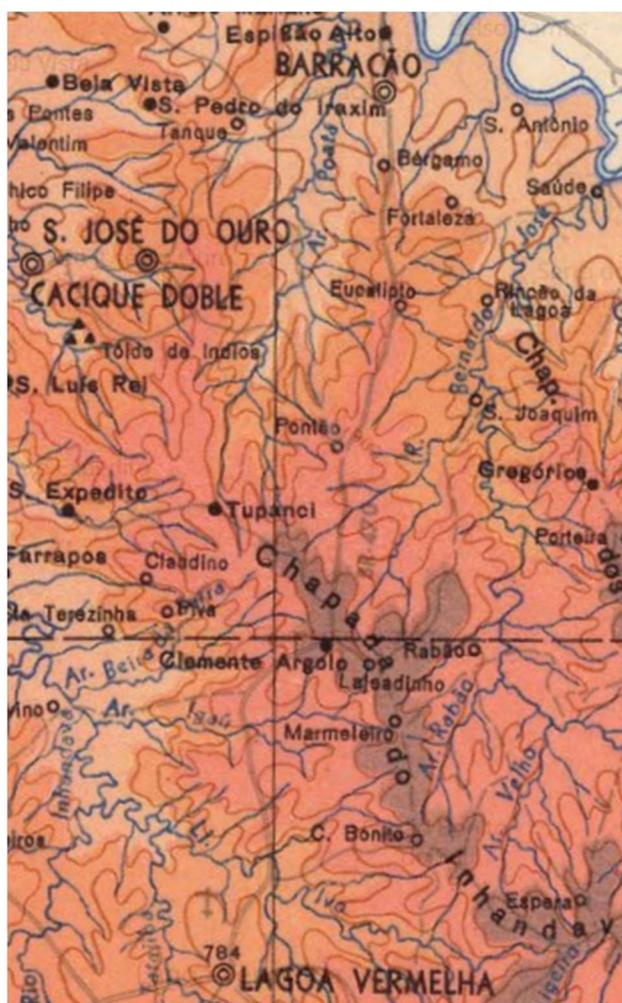


Figura 5: distrito do Barracão em relação a Lagoa Vermelha. No meio do caminho, estão localizados o Pontão e Clemente Argolo. In: INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA. **Brazil, Rio Grande do Sul – Physical, 1966**

Uma última fala poderá nos situar acerca do terceiro grupo, os campeiros. A senhora Iolanda Mendes Garcez nasceu no Pontão em 1934 e nos conta um pouco de sua infância no sítio da família<sup>28</sup>:

Entrevistador: Nesse sítio que vocês tinham, o que o pessoal fazia? Como é que viviam? Qual era o trabalho no sítio?

Iolanda: Ah, lá no sítio meu pai tinha gado, cavalo... Tinha um rapaz que cuidava. Meu pai saía cedo pra dar sal para o gado e o empregado ficava pra ajudar minha mãe. [...] Só que um dia ele [o empregado] caiu e quebrou o braço. Então o trouxeram para casa, para receber tratamento [...]. Minha mãe se assustou muito, ela não era acostumada com aquilo! Aí foi atrás do meu pai. Passou na casa do tio Fidilino, irmão do meu pai e depois saímos pelo campo, eu de mão com ela [...]

E: Lá no Pontão, como era a vizinhança? No que trabalhavam os vizinhos?

I: Ah, só cuidavam de gado. Leite não se vendia naquela época. E se visitavam, mais eram os parentes do pai que moravam lá. Era o "Pontão dos Mendes" que eles dizem. Então meu avô morreu e deixou um monte de campo pra eles. Dividiram, eram 7 ou 8 irmãos. Foi dividido, deu um pouco campo para cada um, mas depois nós viemos embora. [...] O pai resolveu ir para São José do Ouro. Escolheram o pai pra subprefeito lá e ali moramos por anos. [...] (Entrevista realizada com Iolanda Mendes Garcez em 10 de abril de 2022)

O relato de Iolanda é longo e conta com muitas histórias e desvios, mas podemos observar algumas informações muito importantes. Percebe-se que o sítio era como uma pequena comunidade composta pela família - o *Pontão dos Mendes*, como ela fala - sendo que as propriedades foram herdadas e divididas. Além disso, o trabalho pecuário era o motor econômico, pois como diz Iolanda, “só cuidavam de gado”. É notável a diferença em relação ao relato dos *gringos* e da senhora Margarida, que destacam a vida na colônia e o trabalho em lavoura. É interessante notar também que Iolanda aponta a presença de empregados que trabalhavam para seu pai, empregados que aparentemente não tinham posse da terra, pois o relato fala que ali viviam os “parentes do pai”. Não apenas o que quebrou o braço, mas também vários outros que foram procurar ela e a mãe que se perderam no mato. Sem dúvidas havia uma estrutura hierárquica muito mais sólida entre a população campeira e a cabocla.

Eventualmente a família vendeu a propriedade rural e foi morar na *Estância*, que é o nome popular de Clemente Argolo, distrito de Lagoa Vermelha situado cerca de 20km ao norte da sede municipal e 40km ao sul do distrito do Barracão (ALMEIDA, 2008, p.97). Em meados de 1940, a família novamente trocou de residência ao se dirigir para São José do Ouro, mais um distrito lagoense e situado a cerca de 15km do Pontão, ao sul do distrito do Barracão (ALMEIDA, 2008, p.71). Podemos perceber que nesse momento, a família não teve muitas dificuldades porque o pai, político de família importante, rapidamente ganhou um cargo

---

<sup>28</sup> No linguajar popular do Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul, a palavra *sítio* é usada para se referir a qualquer propriedade rural, desde um pequeno minifúndio de subsistência até um latifúndio de milhares de hectares. Em virtude disso, não poderemos ter uma noção exata da extensão da propriedade da família.

administrativo como subprefeito na localidade. Essa é uma marca importantíssima para diferenciarmos os campeiros dos caboclos. Os primeiros geralmente recebiam cargos importantes em virtude da sua posição social (MORAES, 1967, p.101-108), os últimos, ao chegarem nas cidades e áreas urbanas, tiveram de vender sua mão de obra como trabalhadores, como será visto no próximo capítulo.

Podemos agora amarrar todos esses relatos para entender melhor a chegada de descendentes de europeus e de imigrantes na região de Lagoa Vermelha, que já estava povoada por pequenos agricultores caboclos e por fazendas de campeiros. O período de chegada das pessoas vindas das colônias coincide com o momento de decadência das serrarias na região do Planalto Médio, em especial ao redor de Passo Fundo e Carazinho, que eram os principais centros extrativos no início dos 1900 (WENTZ, 2004, p.73). Nos anos 1940 já existiam firmas em Passo Fundo comprando a madeira derrubada em Lagoa Vermelha. Considerando o traço itinerário dessa indústria, era inevitável que as matas lagoenses fossem o próximo alvo após a queda de produção no Planalto Médio. Afinal, como nos mostra o relato de Eloá, muitos madeireiros já estavam com serrarias em pleno funcionamento no município. A bibliografia corrobora ainda mais com esse entendimento:

Lagoa Vermelha possuía, em 1955, 106 estabelecimentos industriais enumerados pelo Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, dos quais apenas dois não operavam na extração da madeira. Entre os 343 dos seus operários, apenas onze tinham sobrenome que evidenciava origem europeia. (TEDESCO; SANDER, 2002, p.215-216)

Podemos perceber de antemão algo que será visto no decorrer de todo este trabalho. Os proprietários eram majoritariamente imigrantes e/ou descendentes, ao passo que os trabalhadores eram majoritariamente caboclos.

### **3. LIDANDO<sup>29</sup> NO MATO: AS MADEIREIRAS E O TRABALHO**

Agora que já estamos situados na localização de Lagoa Vermelha, na condição da araucária e nos grupos populacionais que a compunham nos anos 1940 - 1980, podemos entrar no estudo sobre o funcionamento das serrarias e madeireiras.

A indústria da madeira não era novidade. Muitos dos descendentes de italianos já conviviam com esse trabalho nas colônias da Serra Gaúcha e dos Vales do centro do Rio Grande

---

<sup>29</sup> Lidar: trabalhar. É muito comum no Rio Grande do Sul usar a palavra *lida* quando se fala em serviço, trabalho ou tarefa.

do Sul (NODARI, 2016, p.79). Quando essas pessoas vêm para Lagoa Vermelha, trazem consigo as tecnologias que usavam, superiores àquelas que os caboclos e campeiros usavam para sua subsistência. Essas, costumavam ser movidas por água e o transporte feito com gado. A ausência de uma produção em maior escala, visando a exportação e o lucro, se dava possivelmente pelas dificuldades logísticas: ausência de estradas e ferrovias e distância dos mercados consumidores (ROSSI, 2015, p.85). Ora, segundo Fidélis Barbosa (1981, p.207), o município de Lagoa Vermelha contava com apenas três serrarias hidráulicas no ano de 1890. Nem mesmo memorialistas como Demétrio Dias de Moraes (1967) e José Antônio de Andrade (2020) fazem referência à produção de madeira antes de 1940.

Cabe apresentar um conceito de extrema relevância para os estudos de História Ambiental e que se encaixa na situação que se apresenta diante de nós: o conceito de *natureza barata* (MOORE, 2022, p.146). Trata-se da apropriação de um trabalho não remunerado feito pela (ou pelas) natureza. Isso envolve desde a força de trabalho humana, até o uso de rios, árvores e gado para a produção de força de trabalho visando a acumulação, o lucro. “Todo ato de produzir mais-valor, então, depende de um ato desproporcionalmente maior de apropriação de trabalho não remunerado de naturezas humanas e extra-humanas” (MOORE, 2022, p.150). Jason Moore entende que o nascimento do capitalismo na transição dos séculos XVIII e XIX legitimou que a humanidade enxergasse a natureza como um recurso a ser apropriado e utilizado para fins de produção. A revolução científica também contribuiu para essa lógica, por colocar o ser humano como distinto do restante do mundo natural e com força suficiente para o controlar (MOORE, 2022, p.138).

O uso da palavra “barata” para se referir a essa forma de apropriação da natureza, reside na racionalidade do capital de produzir o máximo de trabalho com o mínimo de custo.

Pela primeira vez, as forças da natureza foram empregadas para aumentar a produtividade do trabalho humano, mas apenas *certo* trabalho humano, aquele que estivesse inserido na esfera porosa da produção e troca de mercadoria. (MOORE, 2022, p.160)

Ou seja, não bastava apenas produzir bastante com pouco gasto: essa produção deveria estar inserida na lógica mercantil, deveria ter um valor de consumo. Além disso, até 1970, Moore (2022, p.183) aponta que o capitalismo conseguiu produzir novas formas de natureza barata para atender às demandas do mercado. No nosso recorte geográfico e temporal, conseguimos identificar vivamente isso tudo acontecendo. A madeira de araucária, que até então era usada apenas para produção local, torna-se um objeto de valor, atraindo empresários e pessoas que buscam enriquecer. E o uso da natureza barata, a apropriação dos “presentes da

natureza” (MOORE, 2022, p.180), mostra-se presente em diversas instâncias, como será mostrado no decorrer do capítulo. Em suma, a produção industrial de madeira em Lagoa Vermelha a partir de 1940 irá se inserir na lógica do capital, buscando o lucro através da apropriação do trabalho da natureza-barata.

As relações de trabalho entre seres humanos e a apropriação de mais-valia também se situa como parte dessa natureza-barata, uma vez que os trabalhadores são, de acordo com o argumento de Moore (2022, p.149), parte da Natureza que o capitalismo buscou explorar. A diferença iluminista entre sociedade/natural também se reflete na diferença entre padrão/funcionário. Em ambos os casos, a relação é entendida como assimétrica, onde um tem o poder de explorar o outro, legitimado pela lógica do capital e da acumulação.

### 3.1 O FUNCIONAMENTO DAS SERRARIAS

Em 1910, é fundada na cidade de Três Barras/Santa Catarina, a empresa *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* – conhecida apenas como Lumber. Dentre suas atividades, estava a extração de madeira a partir da derrubada de araucárias e outras madeiras de lei. Não iremos adentrar em detalhes por estar fora de nosso eixo de estudo, mas é importante observar as tecnologias que essa madeireira, a maior da América do Sul, usava: as serras-fitas (CARVALHO; NODARI, 2010, p.716). Essas serras inovam e substituem as agora ultrapassadas serras de centro e Tissot<sup>30</sup>. Gradativamente, madeireiras e serrarias menores irão adotar a serra-fita para aumentarem sua produção e continuarem competitivas no mercado crescente.

Passemos agora a analisar as tecnologias das serrarias lagoenses. Contamos com uma série de *Relações das Indústrias e Relações das Serrarias existentes*<sup>31</sup> nos diferentes distritos de Lagoa Vermelha, onde estão apresentadas as serrarias locais e as técnicas empregadas no trabalho. Os distritos são: André da Rocha, Cacique Doble, Paim Filho, Sananduva, São José do Ouro, Barracão e “Oitavo Distrito”<sup>32</sup>. Todas essas relações são da década de 1940.

---

<sup>30</sup> As Tissot possuem esse nome por ser uma marca francesa. Consistia em uma serra que funcionava a vapor, através da locomóvel. JESUS, op.cit., p.115.

<sup>31</sup> As *Relações das Serrarias* estão sem data, mas acreditamos se tratar da década de 1940 pela presença do sobrenome *Fabris* na única relação datada, de 1944, e na relação de André da Rocha. Em 1944, temos *Severino Fabris* como proprietário de uma serraria hidráulica. Na relação sem data, está presente uma serraria registrada sob *Irmãos Fabris*. Infelizmente não possuímos contato com ninguém dessa família, fazendo com que fiquemos na hipótese a partir desses dados em comum.

<sup>32</sup> Não encontramos nenhuma fonte que possa confirmar qual seria o “Oitavo Distrito”. A partir dos já trabalhados Anuários Demográficos, em especial o de 1950, encontramos uma lista dos distritos lagoenses. O

O distrito de Cacique Doble contava com 60 serrarias. Apenas uma trabalhava com a tecnologia do “vapor”; as restantes usavam serras de centro, tissot e hidráulicas (IHPPF s/d, p.2). Paim filho contava com três serrarias, todas usando centro e/ou tissot (IHPPF, s/d, p.3). Situação semelhante se vê em Sananduva e suas 43 serrarias (IHPPF, s/d, p.4) e em São José do Ouro e suas 37 serrarias (IHPPF, s/d, p.5). As relações de Barracão e André da Rocha não apresentam as tecnologias usadas (IHPPF, s/d, p.1, p.6). Ou seja, mesmo nos anos 1940, com o ápice da produção madeireira, as indústrias lagoenses seguiam utilizando tecnologias ultrapassadas e de baixa produtividade, evidenciando a pouca importância que o setor tinha nesse momento inicial.

É relevante destacar que em Cacique Doble, existia uma serraria “a vapor”. Entendemos que isso se refira à locomóvel, uma espécie de máquina a vapor abastecida por lenha (ROSSI, 2015, p.118). Essa máquina atuava puxando as serras para passar pela madeira, com o fim de cortar a tora. Essa tecnologia era ainda mais antiga, sendo usada desde 1872 (Folheto da Companhia Florestal Paranaense, in HOEHNE, 2020, p.15).

É claro, com o passar do tempo e o aumento da demanda, as serrarias lagoenses se modernizaram. A partir dos 1950, quando Lagoa Vermelha se tornou *Capital do Pinho* em virtude das suas vastas matas de araucárias “abertas” para a exploração da natureza-barata (BARBOSA, 1981, p.107), as maiores e mais ricas serrarias se modernizaram. A senhora Eloá nos comprova isso:

Entrevistador: A senhora lembra dele [o marido Arnaldo] falar alguma coisa sobre as ferramentas que usavam no trabalho?

Eloá: Eu acho que na serraria eles tinham tudo o que era necessário, em cada uma delas. Mas eu não saberia te dizer os nomes certos. Só a serra-fita. Essa eu sei porque falavam muito em serra-fita para fazer a tábua. (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

Apesar de ela não viver diretamente no ambiente de trabalho, recorda-se que o marido e os funcionários falavam bastante na tal serra-fita, a inovação que a Lumber havia trazido em 1910. O fato de ela se recordar que “falavam muito” indica como tal equipamento era importante e de certa forma, até mesmo simbólico.

O senhor Arthur Smaniotto nos cedeu algumas fotografias da serraria de seu avô, Boleslau Zamecki, tiradas nos anos 1960. Podemos através delas, observar o equipamento localizado dentro do ambiente de trabalho.

---

oitavo na lista, seria Machadinho (1950, p.30), mas não há explicação sobre os critérios usados para ordenar a lista distrital.

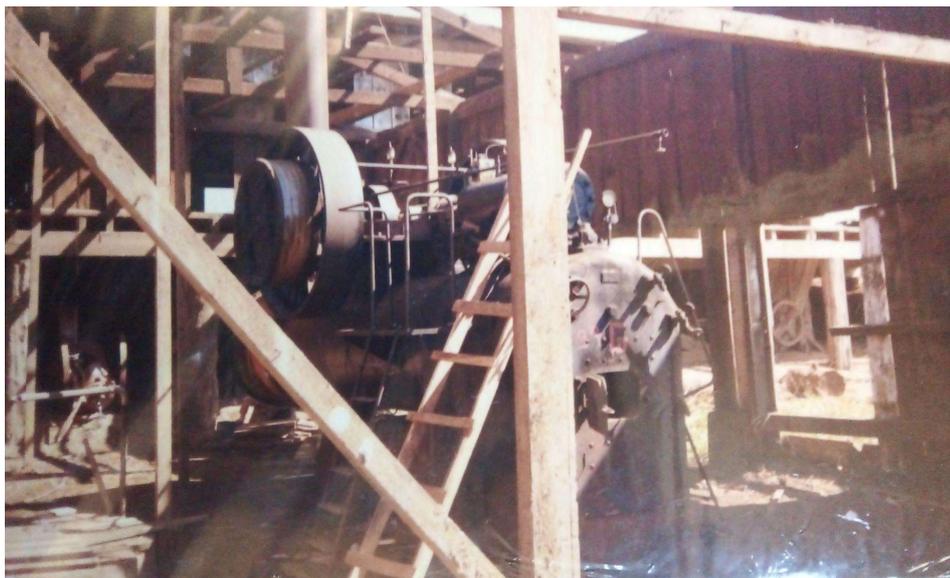


Figura 6: antiga locomóvel dentro da serraria, sem data. Acervo de Arthur Smaniotto.

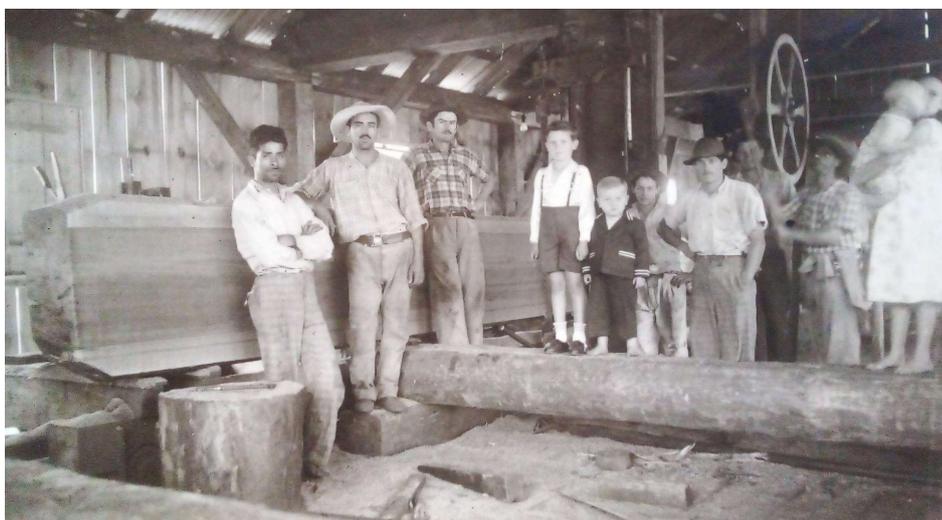


Figura 7: trabalhadores e crianças dentro da serraria, sem data. Acervo de Arthur Smaniotto.

Ambas as fotografias contam com a presença de um instrumento chave para o trabalho na indústria. Na figura 7, temos uma serra-fita que se situa discretamente no fundo do espaço, podendo ser vista apenas a sua roda, onde se situa a serra que corta em sentido vertical. Esse é o grande diferencial dessa tecnologia: o corte em tiras no sentido vertical, mais veloz e produtivo. Na mesma figura, podemos ver uma tora serrada verticalmente, no lado esquerdo. Percebe-se que a fotografia foi tirada após a conclusão do corte e teve como finalidade mostrar a qualidade do trabalho.

A figura 6, por sua vez, nos mostra uma tecnologia mais antiga, a locomóvel. É perceptível seu grande tamanho ao ponto de ser necessária uma escada para subir na parte superior do equipamento. Podemos imaginar os custos de manutenção e as dificuldades em ter uma máquina tão gigantesca dentro de uma estrutura de madeira, como era uma serraria. O fato

de a fotografia ter lhe situado no centro, pode indicar o destaque a algo antiquado, mas que teve sua importância no desenvolvimento econômico. Voltando às *Relações* (IHPF, s/d), é compreensível o porquê de apenas uma serraria na região de Lagoa Vermelha, nos anos 1940, contar com esse aparelho. Além de obsoleto, era gigantesco e custoso. Considerando o pouco capital dessas primeiras serrarias, o uso de outras serras (centro e tissot) era muito mais vantajoso, ainda que menos produtivo.

Boris Kossoy (2012, p.42) em sua obra sobre o uso de fotografias como fontes históricas, fala acerca das técnicas e tecnologias usadas numa fotografia como componente para se entender o contexto em que foi produzida. Podemos claramente identificar diferenças de qualidade na imagem da figura 6 em relação à figura 7. Esta última é em preto e branco, ao passo que a figura 6 já é colorida. Não possuímos as datas exatas, mas é fácil identificar que a figura 6 é mais recente, apesar de retratar uma tecnologia mais antiga. Entendemos que isso se deu justamente pelo propósito do fotógrafo em mostrar como aquele empreendimento, a Madeireira Zamecki, era antigo, mas mesmo assim forte e competitivo no mercado. A fotografia da locomóvel serve como uma lembrança desse passado humilde, que evoluiu e se modernizou.

Ambas as fotografias, então, representam a produtividade e o sucesso da serraria do senhor Zamecki, graças à serra-fita. Quando da análise de uma fotografia como documento histórico, devemos considerar que é uma fonte produzida por uma pessoa, que conta com sua subjetividade e sua intenção ao produzir a imagem. Boris Kossoy (2012, p.48-53) aponta que isso se torna ainda mais evidente quando o cenário fotografado é organizado pela pessoa que fotografa – ou que pede para ser fotografada. Essa é a aplicação de um “filtro cultural”, de uma intenção do indivíduo em exibir algo para as outras pessoas.

Podemos perceber esse filtro em ambas as figuras, mas na figura 7 é ainda mais evidente em virtude da disposição das pessoas no cenário. Os trabalhadores encontram-se situados na frente da madeira serrada, indicando uma posição de orgulho e domínio, fruto do trabalho de derrubada e tratamento da gigante árvore. Além disso, há um relevante contingente de crianças na fotografia. Todas as quatro se encontram em cima do que parece ser uma tora. Podemos entender que isso representa a continuidade de uma tradição, de uma estrutura, de uma relação de pai para filho, onde essas crianças irão herdar os frutos do trabalho e seguir com o domínio da natureza-barata.

Ainda sobre a metodologia para se analisar a fotografia como instrumento histórico, podemos recorrer à Ana Maria Mauad e Mariana Muaze:

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo. (MAUAD; MUAZE, apud ROSSI, 2015, p.88)

A imagem se processa através do tempo. A presença das crianças - sem dúvidas filhos e filhas dos homens presentes na fotografia - aponta o sentido de uma herança transmitida, uma herança baseada no trabalho e no esforço (TEDESCO; SANDER, 2002, p.179). Considerando a vinda de Boleslau de uma colônia de poloneses e todo seu trabalho como empresário, fica claro que esses ideais meritocráticos estavam presentes na sua subjetividade e manifestados em ambas as fotografias.

Outro equipamento importante dentro da serraria, eram os carrinhos de transporte. As toras eram posicionadas neles para fossem transportadas pela serra-fita. A figura 7 conta com a presença de crianças, o que nos leva a entender que elas frequentavam o ambiente de trabalho e arredores das serrarias e madeireiras. Duas irmãs, Suzana e Maria Emília, viviam próximas a serraria da família Bonotto nos anos 1960 e nos trazem um pouco de suas lembranças sobre esse ambiente e sobre as brincadeiras que faziam:

Suzana: Nós morávamos nos fundos da serraria dos Bonotto. Naquela época não tínhamos brinquedos. Porque além nós sermos pobres - o pai era assalariado - não tinha tanta abundância como se tem agora. Nossa brincadeira era pegar as ripas que sobrava das madeirinhas e construíamos casinhas. E a nossa massinha de modelar, era a resina das toras [...]

Maria Emília: Nós lembramos também que tinha bastante madeira pronta já feita, mas muito grande. [Tábuas] empilhadas, daí nós brincávamos, corríamos atrás daquelas tábuas.

Entrevistador: E como é que vocês iam brincar lá? Podiam entrar no lugar?

ME: Não, nós só íamos quando não tinha ninguém.

S: Nos finais de semana, finais de tarde.

E: Alguma de vocês foi pega por algum guarda, por alguém?

M: Não, não tinha. A Suzana, nós fomos brincar no fim de semana, e aí a Suzana enfiou o pé num trenzinho...

S: Trenzinho que levava as toras de um lugar para outro. Não era "trenzinho", não sei como diz. Carrinho... Era trem na verdade, só que não grande. Eu coloquei os pés no meio dos trilhos e me machuquei. Tenho até hoje o calombo. [...]

E: Nas serras, nessa parte, vocês chegavam a ir brincar?

M: Não.

S: Nós também brincávamos na serragem.

M: Das máquinas para fora. Nas máquinas lá dentro, nós não íamos.

S: Acho que era fechado. Mas assim, tinha um lugar que tinha serragem e que era nosso escorregador. Subia-se aquele depósito e de lá caía em cima da serragem. Tchum! [...] (Entrevista realizada com Suzana e Maria Emília Guimarães em 04 de agosto de 2022)

A fala das irmãs nos insere em uma outra área da madeireira. Os carrinhos de transporte e os seus trilhos eram usados também como brinquedos pelas crianças que viviam próximas. Podemos perceber os perigos que essas brincadeiras envolviam, pois como relatam, Suzana até hoje tem um calombo em virtude de um machucado sofrido ao brincar nos equipamentos. Por sorte, as máquinas com serras e objetos mais perigosos ficavam longe do alcance infantil, trancadas. Mas é interessante observar a ausência de seguranças e vigias. Um empreendimento grande como uma madeireira (a madeireira dos Bonotto foi uma das mais importantes a partir de fins de 1960) não possuir nenhuma guarda nos faz pensar sobre a ausência de criminalidade, ou sobre o quão difícil poderia ser roubar maquinários e produção.

No distrito do Boqueirão, situado no leste do município e na época, divisa com Vacaria, também foram instaladas serrarias. Uma delas era a do pai do senhor Antônio Boldori. Durante sua infância, ele também brincava com os equipamentos e com as madeiras, como nos mostra seu relato:

Entrevistador: E na sua infância sua na serraria, como era o dia a dia?

Antônio: Ah, nós éramos pequenos. Nosso dia a dia era brincar na serragem [risos].

Saia da serraria e... [pausa para lembrar]

E: É? Que tipo de brincadeira faziam?

A: Ah, fazia-se buraco na serragem. Nós éramos poucas crianças. Fazíamos o buraco e depois tapávamos em cima para os tios, quando iam levar a serragem, [risos], cair!

E: Chegavam a brincar também nas ferramentas e equipamentos?

A: Ali não. Era tudo fechado também. Porque naquela época em serraria, quando estava funcionando, era com transmissão naqueles eixos, com correia. Então era baixo, não dava para a gente se deitar ali. Era o maior perigo, quanto de gente já se acidentou né [...]

E: Que outras brincadeiras faziam também nas serrarias? Brincavam com as madeiras derrubadas?

A: Não, não, madeira não. Nós brincávamos, quando às vezes ficava parado nos finais de semana, quando íamos brincar de se esconder. Não tinha muito naquela época além disso. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

Esse pequeno trecho da entrevista é muito rico em informações e detalhes que podemos discutir. Por enquanto, fiquemos na questão das crianças. Assim como as irmãs Suzana e Maria Emília, o senhor Antônio destaca que a área das serras e dos equipamentos ficava trancada, inacessível. Essa seria uma brincadeira bastante perigosa, mas havia outra que ambos os relatos destacam: brincadeira com a serragem. As irmãs usavam como uma espécie de escorregador, sendo a serragem usada para afogar. Já Antônio, revela uma brincadeira um pouco mais na sacanagem, onde faziam buracos para que os tios caíssem dentro.



Figura 8: família Boldori trabalhando na serraria de Arthur Smaniotto<sup>33</sup>, na primeira metade da década de 1960. Acervo pessoal de Antônio Luiz Boldori.

A figura 8 nos foi cedida pelo senhor Antônio e podemos ver a família no seu ambiente de trabalho. Segundo o entrevistado, seu pai e seus tios trabalharam juntos na serraria de Arthur Smaniotto após a família vender a serraria que possuíam no Boqueirão. Novamente, as crianças estão presentes em grande número e posicionadas em cima das toras das árvores derrubadas. Mais do que isso, os homens também estão posicionados em cima delas, antes de iniciarem o tratamento e o corte dentro da serraria.

Como visto no capítulo anterior, muitas madeiras eram registradas em conjunto (WENTZ, 2004, p.92), muitas vezes entre irmãos e familiares. Esse ambiente familiar pode ser percebido na figura 8 e pelo relato do senhor Antônio, sobre as brincadeiras na serragem para que os tios caíssem em buracos. Mais do que isso, a disposição dos irmãos e das crianças em cima das árvores indica a relação de poder e o orgulho pelo trabalho. A natureza-barata é um obstáculo ao desenvolvimento da civilização e da sociedade e a família, em conjunto, tem força e condição de superar essa adversidade e manter um legado geracional.

Voltaremos em momento oportuno ao senhor Antônio e o deslocamento da serraria da família, para o trabalho assalariado. Antes, devemos finalizar a questão das tecnologias, dessa vez observando o que nos conta o senhor César Cavaletti:

---

<sup>33</sup> Pai de nosso entrevistado.

Entrevistador: O senhor falou que ele [pai de César] montou uma serraria [ao chegar em Paim Filho]. Como que era montado? Comprava-se um lote e construía a serraria? Não havia serraria pronta?

César: Tudo era montado. Traziam e montavam os carrinhos e tudo o que mais precisava. Compravam uns carrinhos, na época tinha os [serra] tico-tico, que cortava em pé. Nunca mais vi daquelas. Aqui em cima [serraria atual em funcionamento na entrada de Paim Filho] tinha, mas aí já era com volante, era fita e era deitada. (Entrevista com César Cavaletti realizada em 02 de agosto de 2022)

A serraria do pai de César começou a funcionar no ano de 1965. Além dos já mencionados carrinhos de transporte, há também a presença das serras “tico-tico”. Não encontramos na bibliografia consultada nenhuma referência com esse nome específico. O que talvez seja o caso, é a serra pica-pau mencionada por Ademir Ruschel, *et al* (2003, p.155), funcionando através de uma roda d’água ou de um tanque a vapor. Essa tecnologia era extremamente lenta e foi substituída por completo pela serra-fita na década de 1980, o que explicaria o porquê do senhor César nunca mais ter visto nenhuma na sua vida. De todo modo, podemos compreender que havia um investimento grande ao construir uma serraria, já que era necessário fazer a compra do terreno, do equipamento e erguer a estrutura física do local.

O relato segue da seguinte forma:

Entrevistador: O senhor chegou a ir na serraria quando era criança, brincar ou ajudar?  
César: Sim! Ajudava a plainar a madeira. Plainar é depois de a madeira estar pronta, depois de serrada [a tora] e feitas as tábuas. Aí se largava na plaina. Nós éramos pequenos, 8 e 10 anos, então o pai nos colocava para pegar do outro lado [da plaina], para não cair e quebrar o cantio. Tenho saudade até hoje cara...

E: Não era um trabalho perigoso para crianças?

C: Não, todo trabalho é perigoso! Todo trabalho tem um risco, mas assim, tem de saber onde tu vais se colocar. Por exemplo lá, o pai não deixava a gente mexer nas topias, essas coisas não! Tu pegas uma tábua depois de plainada, vai dar uns 8 ou 10 kg. É um peso que uma criança pode pegar sem problemas. E nós íamos na folga. Íamos à aula de manhã e à tarde íamos ajudar na serraria. Puxar serragem, levar para baixo com carrinho de mão... Depois o pai colocou correia para levar serragem num monte. Largava num rio! Hoje não dá nem para pensar nisso, dá prisão [risos]!

E: Largava-se a serragem dentro do rio?!

C: Dentro do rio! Era mais fácil, o rio levava embora.

E: Mas depois bebiam a água do próprio rio?

C: Não, não. De uma sanguinha que passa aqui atrás. Mas é aquela história, hoje nós somos mais conscientes das coisas. Tu vais derrubar uma árvore, mas tu vais derrubar para quê? Tu vais fazer a utilização da madeira? Antigamente não, "vamos derrubar", "vamos fazer para vender", "fazer para vender"! Problema de meio-ambiente, essas coisas, ninguém respeitava. Não é que "não respeitavam", ninguém sabia o que estava fazendo! (Entrevista com César Cavaletti realizada em 02 de agosto de 2022)

Novamente temos um rico depoimento. Começamos pela presença das crianças. O relato de César nos mostra que as crianças, sim, poderiam trabalhar dentro da serraria. Apesar de aparentemente não se envolverem na parte mais perigosa, com as serras e as toras, faziam pequenas tarefas, como o transporte de tábuas leves e de serragem. Também podemos perceber

que esse trabalho não parecia interferir nos estudos, que eram feitos pela manhã. Talvez por se tratar do filho do proprietário, César tenha tido esse privilégio de poder estudar.

O que chama mais atenção nessa fala, porém, é a questão da serragem. Diferente das irmãs Guimarães e do senhor Antônio, César não nos trouxe uma memória de brincadeiras: trouxe uma memória de trabalho. E um trabalho questionável, pois era o descarte da serragem feito por crianças em uma sanga<sup>34</sup>. Podemos aqui observar a questão do uso da natureza-barata (MOORE, 2022, p.147). O rio servia como uma espécie de faxineiro ou gari, que ia pegar o lixo produzido na produção e “levar embora”. Há o uso da natureza (no caso, o fluxo da água, que está sempre em deslocamento) como uma maneira de fazer uma tarefa sem remuneração. O senhor César entende que isso era feito sem nenhuma preocupação ambiental porque “ninguém sabia o que estava fazendo”. Por mais que uma reação inicial – como a do entrevistador durante a pesquisa – possa ser de espanto e um certo julgamento, estamos fazendo uma pesquisa histórica e por isso, devemos fazer “o abandono da visão catastrófica e do *homem devastador*” (PÁDUA, 2010, p.97). Mesmo sendo uma poluição e um grave problema ambiental, não podemos entender que a prática era fruto da “maldade humana”, mas sim, resultado da lógica da natureza-barata.

Voltando a Fernand Braudel e o tempo histórico, podemos ver na fala de César Cavaletti, a clara permanência de uma estrutura cultural de pensamento (BRAUDEL, 2009, p.50), que também aparece na figura 8: o ser humano como distinto do restante da natureza (MOORE, 2022, p.129-137). No caso dos descendentes de europeus no Rio Grande do Sul, isso se dá com mais força porque existe uma lógica colonial de enfrentamento da natureza pelo trabalho (MANFROI, 1993, p.108). De todo modo, conseguimos perceber pelo relato de César, a presença de estruturas de pensamento baseadas principalmente no trabalho e na expropriação, seja do trabalho de crianças, seja do trabalho da natureza.

Já analisamos as máquinas da serraria, a presença das crianças e a questão da serragem. Temos, porém, algo novo que o relato de César nos trouxe: a produção das tábuas de madeira e o uso da plaina. Recorremos agora às lembranças da senhora Margarida, que trabalhou diretamente nessa área.

Entrevistador: E quando que a senhora começou a trabalhar em madeireira?

Margarida: Trabalhei depois que eu casei com um rapaz que trabalhava nas serrarias. Trabalhou em umas duas ou três serrarias, depois viemos para cá [Lagoa Vermelha].

---

<sup>34</sup> Sanga: pequeno córrego, normalmente próximo a uma nascente com água gelida e, via de regra, limpa.

Eu acho que foi por 1970. [...] Primeiro de tudo eu trabalhei aqui para o Madalozzo, aqui do lado do asfalto<sup>35</sup>. [...]

E: Então a senhora começou a trabalhar porque o seu marido já trabalhava?

M: Já trabalhava. Ai meus filhos foram crescendo um pouco, já fui eu também trabalhar [risos]. (Entrevista com Margarida Scheidt realizado em 01 de agosto de 2022)

O relato de Margarida é muito interessante. Como vimos, ela nasceu no distrito do Barracão, em uma família cabocla que praticava a agricultura de subsistência. Seu sobrenome, Scheidt, é de origem alemã e é o sobrenome de seu marido, vindo de Passo Fundo para trabalhar nas madeireiras do Barracão. Após o casamento, ela saiu do sítio da família e foi morar com o marido, eventualmente se estabelecendo na sede de Lagoa Vermelha, onde ela conseguiu trabalho na empresa Indústria e Comércio Madalozzo S/A em 1974 (CARTEIRA DE TRABALHO DE MARGARIDA SCHEIDT), que atuava no tratamento de madeira para produção de tábuas e móveis. Assim como as serrarias de propriedade do Zamecki e do Bonotto, a serraria do Madalozzo também foi uma das mais importantes do município no final da década de 1960 (BARBOSA, 1981, p. 208). Inicialmente dona de casa, Margarida virou trabalhadora com o marido. Não nos ficou claro na entrevista se ela buscou serviço por necessidade financeira da família, por pedido do marido, ou por vontade própria.

Entrevistador: E como é que foi para a senhora?

Neura: Teve preconceito por você trabalhar sendo mulher?

M: Não, mas tinha mais gente! Tinha mais, ih! [Margarida realiza gestos indicando um grande número de funcionárias]

E: Tinha mais mulheres?

M: Ih! Porque nós éramos na parte da lâmina. Eles [homens] cozinhavam<sup>36</sup> aquelas toras, depois tiravam e passavam para fazer a lâmina. Então [nas lâminas] era só mulher. A Gringa, você conhece a Gringa Neura? Ela tem um braço atorado aqui [região do cotovelo]. Foi ali no Madalozzo que ela... No facão de cortar lâmina, nossa! Dava um medo ver aquele facão! (Entrevista com Margarida Scheidt realizado em 01 de agosto de 2022)

Tanto pela fala quanto pelos gestos durante a entrevista, podemos afirmar que o setor de produção das tábuas dentro da serraria era um ambiente com grande presença feminina, pelo menos a partir de 1970, época em que Margarida estava trabalhando. Indo ao encontro do relato de César, as tábuas eram relativamente leves, o que pode ser a razão para o emprego feminino nesse setor. Os homens atuavam mais na parte braçal (como a derrubada da madeira, o

---

<sup>35</sup> Cidades interioranas, principalmente no Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul, usam a expressão “asfalto” para se referir à rodovia. Isso porque apenas recentemente as vias urbanas foram asfaltadas, ao passo que a rodovia está assim há mais tempo.

<sup>36</sup> Segundo explicação da entrevistada, *cozinhar* era deixar as toras em uma espécie de tonel, onde ficavam mais maleáveis e facilitava o tratamento.

transporte e o posicionamento nas serras-fitas), ao passo que as mulheres trabalhavam nesse setor de tratamento da madeira e produção das tábuas.



Figura 9: Margarida Scheidt sentada nas tábuas produzidas na serraria do Madalozzo. Fotografia tirada entre 1974 e 1976. Acervo pessoal de Margarida Scheidt.

Assim como vimos nas figuras 7 e 8 homens e crianças em cima de toras e árvores derrubadas, temos na figura 9 mais um caso de uma pessoa acima da produção. Dessa vez, é a senhora Margarida, sentada por cima das tábuas produzidas dentro da serraria. Isso tudo vai ao encontro daquilo que Boris Kossoy (2012, p.84) definiu como “fatos de repetição”, elementos fotográficos que se repetem mesmo que as fotografias sejam tiradas em locais diferentes, ambientes diferentes e por pessoas diferentes. O fato de repetição aqui, é a posição de superioridade da pessoa em relação ao trabalho produzido e nos mostra a existência da mentalidade do esforço, do trabalho e do domínio da natureza (TEDESCO; SANDER, 2002, p.179). Mesmo que as madeiras não sejam dela, Margarida demonstra orgulho do seu trabalho.

Retornando à entrevista, entramos agora na análise de um elemento importantíssimo: os acidentes de trabalho. Dentro da serraria, Margarida nos relata um acidente que presenciou, onde uma mulher identificada como Gringa perdeu o braço num “facão”.

Entrevistador: Como é que era esse facão?

Margarida: O facão, era muito maior do que isso [apontando para uma mesa de cerca de 60cm de largura]. Empurrava-se a lâmina por baixo e puxava, para o facão cortar a lâmina. E aquelas [trabalhadoras] que ficavam do outro lado, colocavam [a lâmina] nos carrinhos para irmos gradear. Ela vai saindo fininha assim e a madeira vai ficando

redonda para ser parafusada. (Entrevista com Margarida Scheidt realizado em 01 de agosto de 2022)

Pela descrição, parece que o facão se trata de uma espécie de serra fita. A *lâmina* a que ela se refere, não é uma lâmina de corte, mas sim a chapa de madeira que iria se tornar tábua. De todo modo, temos aqui o exemplo de um grave acidente que sem dúvidas resultou na invalidez da trabalhadora, a senhora Gringa. Margarida segue com outras lembranças de acidentes:

Entrevistador: Além da Gringa, a senhora viu mais alguma mulher que chegou a se machucar assim no trabalho?

Margarida: A minha irmã perdeu todos os dedos da mão! Minha irmã mais nova. Mas fazia dois dias que ela, que arrumei o serviço para ela. Fazia dois dias que ela estava trabalhando e botaram ela numa serra. Ela não conhecia... Então ela cortou todos os dedos!

E: E como é que foi depois para se tratar? Para se curar?

M: Ah, daí ficou sem os dedos!

E: Não tem mais os dedos até hoje?!

M: Ela deve ter esses dois [polegar e mindinho] e os outros aqui são bem curtinhas...

E: Mas aí lá, isso foi no Madalozzo. O Madalozzo pagou alguma coisa, indenização ou algo do tipo?

M: Não porque faziam poucos dias [que ela estava trabalhando]. Ela ficou recebendo um pecúlio.

E: E a senhora, alguma vez chegou a se machucar de alguma forma?

M: Eu, bastante grave, graças a Deus não [risos]. Espremi o dedo uma vez numa furadeira a ar! [risos] Deixei chatinho! Mas a gente vai, trabalha e não tem medo daquelas máquinas. (Entrevista com Margarida Scheidt realizado em 01 de agosto de 2022)

Acidentes em madeireiras eram muito comuns, seja dentro da serraria, seja fora, na derrubada da árvore no mato. No ambiente interno, que é o que estamos analisando agora, os acidentes se tornam mais frequentes justamente com a adoção da serra-fita como tecnologia principal (MICHELON, apud ROSSI, 2015, p.119). Na fala de Margarida, vemos que ela chamou sua irmã para trabalhar junto na serraria do Madalozzo. É evidente a negligência e o descaso da administração da serraria por colocar uma funcionária com apenas dois dias de serviço, mexer com a parte das serras. Afinal, a falta de experiência da irmã de Margarida resultou na perda dos seus dedos.

Esse acidente ocorreu entre 1974 e 1976, período em que Margarida trabalhou nessa serraria. É fundamental observarmos que, apesar da negligência em colocar a trabalhadora inexperiente em uma situação de risco, a empresa não pagou absolutamente nada para ela. Nenhuma indenização, nenhum auxílio. O que ela ganhou foi um pecúlio<sup>37</sup> e “vida que segue”,

---

<sup>37</sup> Em conversa particular com uma advogada trabalhista, foi-nos dito que nos anos 1970 o pecúlio era uma espécie de auxílio-acidente que o governo federal pagava temporariamente para uma pessoa. Não era uma pensão vitalícia por invalidez, uma vez que se entendia que a capacidade produtiva da pessoa continuava, ainda que reduzida. Cf. <https://diegoribeiro.adv.br/diferenca-entre-auxilio-doenca-auxilio-acidente-e-auxilio-doenca->

como diz o ditado popular. E pela fala da senhora Margarida, parece que ela entende que isso foi justo, já que “faziam poucos dias” que a irmã trabalhava. Não haveria razão para a empresa pagar uma indenização.

A senhora Eloá Trein nos conta um pouco sobre essa questão dos acidentes nas madeiras de seu falecido marido, Arnaldo:

Eloá Trein: Ele trouxe em seguida um cunhado, o Erasmo Ferreira, para cá. [...] Em um ano que não me recordo, a firma deles, Trein & Ferreira, foi premiada como a empresa que mais exportou madeira. Madeira tábua, não móvel nem nada, mas tábua de madeira.

Entrevistador: Essa "maior", era de Lagoa [Vermelha] ou do Rio Grande do Sul?

ET: Do Rio Grande do Sul!

E: Nesse período ele [Arnaldo] trabalhava na administração. A senhora sabe mais ou menos quantos funcionários eles tinham?

ET: Ah, ele chegou a ter 320 funcionários. Isso eu sei.

E: Em todas [as serrarias]?

ET: Em todas.

E: A senhora sabe se algum desses funcionários chegou a ter algum ferimento, por exemplo, perder a mão trabalhando?

ET: Eu acho que não. Não me lembro disso. Se houve, talvez tenha sido alguma coisa muito pequena que nós não tomamos conhecimento. (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

Podemos ver novamente a questão do empreendimento familiar, já que Arnaldo trouxe para os negócios em Lagoa Vermelha, o seu cunhado. Apesar de a entrevistada não saber a data exata da premiação, acreditamos que isso tenha ocorrido na virada da década de 1940 para 1950, considerando as demais datas trazidas na entrevista. De todo modo, observemos o número aproximado de funcionários nessa época: 320 pessoas. É claro, não trabalhavam em um único estabelecimento, mas sim, em várias das madeiras que pertenciam a Trein & Ferreira. Essa grande quantidade de mão de obra se encaixa no contexto da terceira fase de exploração (CARVALHO; NODARI, 2010, p.717), pois situação semelhante se via em Vacaria: “A demanda por trabalhadores era grande, atraindo ou incentivando os empresários a buscarem trabalhadores em outras regiões e cidades” (ROSSI, 2015, p.127). Considerando que Arnaldo Trein possuía estabelecimentos em diferentes cidades além de Lagoa Vermelha, podemos imaginar quanta mão de obra era mobilizada. Para comparação, a Lumber, que foi a maior serraria do Brasil na primeira metade de 1900, contava com mais de trezentos seguranças no seu auge (TOMPORSKI, 2006 p.169) ao passo que em 1953, já decadente, contava com apenas cem trabalhadores (CARVALHO; NODARI, 2012, p.140).

---

acidentario/amp/. Acesso em 24 março 2023. Todavia, a senhora Margarida diz que sua irmã recebe esse “pecúlio” até hoje. Entendemos que seja, então, uma pensão por invalidez paga pelo governo.

Todavia, é impossível não ter um ceticismo acerca da informação da senhora Eloá de que não houve nenhum ferimento nos trabalhadores – ou se houve, foi algo pequeno. Essa questão dos acidentes, por algum motivo não costuma aparecer na bibliografia sobre o assunto e a região. Mas se apenas a senhora Margarida relatou três acidentes (dois deles graves) que presenciou em dois anos de trabalho no Madalozzo, o que dizer de 320 pessoas em quase uma década de serviço? O mais provável é que, ou Arnaldo não compartilhava essas informações com Eloá, ou os trabalhadores de fato não relatavam os acidentes que sofriam, talvez por acreditarem que seriam demitidos e ficariam sem o salário? Afinal, muitos dos caboclos que trabalhavam nesse ambiente não tinham muitas outras oportunidades de vida, já que estavam sem propriedade fundiária e a madeireira era o único setor industrial disponível (JESUS, 1991, p.132).

Para finalizarmos a análise do funcionamento das serrarias, resta-nos um último setor: a contabilidade. Para tanto, vamos recorrer ao depoimento do senhor José Fernandes Nicolodi, funcionário da empresa de móveis e madeira Argenta & Zanin, uma das maiores indústrias do ramo, com filial até mesmo em São Paulo. Como nos deixa claro o sobrenome, o senhor José é descendente de italianos que vieram para Lagoa Vermelha e tiveram um estabelecimento comercial – hotel e restaurante – no centro da cidade, onde ele trabalhou na infância e adolescência. Seu avô era de Alfredo Chaves, o primeiro distrito lagoense a se emancipar em virtude da forte imigração italiana (ALMEIDA, 2008, p.63). No início dos anos 1960 é chamado para trabalhar na Argenta & Zanin, de forma bastante curiosa:

Entrevistador: O senhor então começou a trabalhar com o Francisco Argenta, isso?  
José: Não. Na realidade, eu trabalhei no bar [do pai] até os 18, 19 anos. Então me convidaram para ir jogar no [clube] Auri Verde e trabalhar no escritório.  
E: É? Jogar futebol?  
A: É, jogava bem! Era um dos melhores da cidade! Então eu fiquei cinco anos com eles [Argenta & Zanin], ajudando. E evoluiu naqueles 5 anos, a Argenta & Zanin cresceu, abriu filial em São Paulo e logo começou a construir camas [e outros móveis] de madeira. (Entrevista com José Fernandes Nicolodi em 01 de outubro de 2022)

O senhor José foi contratado para ser contador, porque era um ótimo jogador de futebol. Segundo escreve Fidélis Barbosa (1981, p.236), o esporte era muito valorizado no município de Lagoa Vermelha, chegando a existir campeonatos locais que as empresas realizavam entre si, colocando seus times para disputar o título de campeã municipal. Como os anos 1960 foram o auge da extração de pinheiros e do crescimento econômico de Lagoa Vermelha, não nos espanta que as madeireiras e serrarias formassem times de futebol para buscar ainda mais prestígio no cenário regional e estadual.

Diferente de outras madeireiras analisadas neste trabalho, a empresa Argenta & Zanin não fazia a derrubada da araucária, mas sim, comprava as toras derrubadas por outras madeireiras. O senhor José lembra bem quem eram os fornecedores:

Entrevistador: O senhor se lembra quem derrubava essas madeiras para vender pra eles? De onde compravam?

José: Ah, o Argenta & Zanin comprava as madeiras de donos de serrarias aí em volta. Depois eles mesmos trabalhavam ela para produzir os móveis.

Lúcia: Não são Bonotto quem forneciam? [...]

J: [...] O Bonotto não derrubava, ele comprava madeira. Então os caminhões iam buscar [nas serrarias].

L: É, ele tinha uma serraria lá na Esmeralda [atualmente um município vizinho, na época era distrito de Vacaria]. (Entrevista com José Fernandes Nicolodi em 01 de outubro de 2022)

Podemos perceber que havia uma relação entre as empresas presentes no município, muito mais de cooperação do que de competição. Cada madeireiro tinha seu espaço e trabalhavam sem interferir no negócio do outro. Afinal, os Bonotto, assim como o Argenta & Zanin, não derrubaram árvores; faziam outro tipo de processo de trabalho, que é a transformação da madeira em móveis e chapas. Cada um com sua função e seu espaço. O senhor Arthur Smaniotto nos confirma isso:

Entrevistador: [...] falando do sistema, comércio, empresa, ele [Boleslau Zamecki] tinha muitos concorrentes?

Arthur: Não, nunca existiu concorrência. Eram todos amigos. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022).

Não nos surpreende que em Lagoa Vermelha tenha ocorrido essa parceria entre as diferentes serrarias e madeireiras. Essa prática já era comum no Planalto Médio, como em Carazinho, onde se criou o Sindicato dos Produtores de Madeira do Rio Grande do Sul no ano de 1931, visando uma cooperação e organização da classe (WENTZ, 2004, p.99).

Como contabilista, o senhor José estava em uma posição hierárquica um pouco mais confortável, principalmente pelo fato de ter tido uma educação formal (ele fez técnico em contabilidade). Podemos perceber isso no seu relato sobre um conflito com seu patrão, o senhor Francisco Argenta:

Entrevistador: E até quando o senhor trabalhou lá no escritório [da Argenta & Zanin]?

José: Cinco anos. Um dia eu estava no escritório trabalhando. O velho Chico [Francisco Argenta] não gostava de mim. Mas ele vinha me perguntar: "Nicolodi, o que eu escrevi aqui?" Ele não lia o que escrevia. Ele não conseguia.

E: Não entendia a própria letra?

J: Não! E eu entendia a letra dele. Quando eu casei, eu trabalhava lá. Tirei uma semana né.

A: De lua de mel?

J: Claro! Casei né?! Fiquei uma lá na Esmeralda. Então ele [Francisco Argenta]: "CADÊ O NICOLODI QUE NÃO VEIO????!!". Explicaram para ele que eu estava

em lua de mel né [risos]. Ficou brabo! Aí um dia estava eu lá na minha, trabalhando. E eu tinha o costume de, na minha mesa de serviço, não ficar nada em cima que eu não estivesse ocupando. E ele olhava sempre para minha mesa, praticamente vazia. Só o que eu estava trabalhando. Se invocou<sup>38</sup>, me mandou carregar areia!

E: Ué, por quê? Ele achou que o senhor não estava trabalhando?

J: Porque eu "não tinha serviço"! Disse-lhe: "eu não vou carregar areia!" Carregar areia, não fui contratado para isso! Então ele estava discutindo lá, o que eu vou fazer, o que não vou fazer, não vou trabalhar e daí ia me mandar para a rua e tal. E naquela folia chega o Rui Barreto, que tinha serraria e vendia madeira para eles. "O que houve Nicolodi?". "Está acontecendo isso, isso e isso". "Quanto que você ganha aqui?" Digamos que eu ganhasse 50. "Te pago 100 e vai trabalhar para mim". Eu disse: "então tá, mas vou ter que ganhar o dinheirinho." [...] E eu fui trabalhar com o Rui Barreto mais uns seis anos. (Entrevista com José Fernandes Nicolodi em 01 de outubro de 2022)

Não apenas o senhor José enfrentou as demandas absurdas de seu patrão, mas também conseguiu um emprego melhor, ganhando mais. É interessante ver a percepção do entrevistado de que seu patrão não gostava dele. Talvez porque fazia exigências tolas, como essa demanda de “carregar areia”? De todo modo, podemos ver que a relação de trabalho nesse setor contábil e administrativo tinha suas peculiaridades e se diferenciava dos demais espaços de produção interna das madeireiras e serrarias.

### 3.2 DENTRO DA FLORESTA

Samir Ribeiro de Jesus (1991) nos aponta que existiam dois grupos de trabalho dentro de uma madeireira: a turma do “serviço-de-barracão”, que era quem trabalhava na parte da serraria, dentro do galpão e tratando as toras e produzindo as tábuas; e a turma do “serviço-de-mato”, que era responsável por entrar na floresta de araucárias, fazer a derrubada das árvores e realizar seu transporte até a serraria (JESUS, 1991, p.135). Já vimos como funcionavam as dinâmicas da primeira turma. Vamos entrar agora nas dinâmicas da turma do mato.

Até 1970, Lagoa Vermelha ainda estava razoavelmente servida das florestas que compunham o Mato Português, na área oeste do município (BARBOSA, 1981, p.30). O próprio distrito do Barracão, já visto neste trabalho como uma área de interesse dos madeireiros, estava dentro dessa grande floresta. Atualmente, essa majestosa área verde não existe mais, salvo escassos capões<sup>39</sup> em áreas que resistem ao avanço do agronegócio. Esse desmatamento está diretamente associado à prática das madeireiras (ALMEIDA, 2008, p.30) e à forma pela qual era feito o serviço-de-mato.

---

<sup>38</sup> Se invocar: expressão usada para se referir a alguém que se irritou, que ficou nervoso com alguma situação.

<sup>39</sup> Capão: espécie de “ilha” de árvores. Conforme se anda no campo, enxerga-se pequenos aglomerados de árvores e plantas. Esses são os capões.

Nosso primeiro guia nessa incursão dentro da escura floresta, será o senhor Irani Paulino de Barros. Nascido em 1949 em Marau, na época distrito de Passo Fundo, a família veio para Lagoa Vermelha em 1950, trabalhar em uma propriedade rural:

Irani: O meu pai e minha mãe eram de Marau [...] era distrito lá de Passo Fundo. Eu vim com 1 ano. Fomos morar na Sede Piva, aqui em Tupanci do Sul [atualmente um município vizinho ao norte de Lagoa Vermelha]. Ali nós trabalhávamos para o Ernesto Piva.

Entrevistador: Trabalhavam no que lá no Piva?

I: Lavoura. Meu pai era agricultor.

E: Então quando vocês trabalhavam com ele [Piva], vocês tinham terra lá?

I: Não, meu pai era agregado, como se dizia. Plantava na terra dos outros.

E: E como era o pagamento?

I: Lá na época da colônia, era meio a meio. O que ele [pai] colhia, metade era do patrão, o dono da terra, metade era dele. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

A relação de trabalho que fora estabelecida com Ernesto Piva é a típica relação entre os campeiros e os caboclos, onde os segundos acabam sendo agregados e dependentes dos primeiros. É perceptível como se parece com a situação apresentada no relato de Iolanda Garcez, onde ela diz que a família tinha empregados no sítio. É o caso da família Barros, que era empregada na propriedade pagando uma espécie de tributo para o proprietário da terra.

De todo modo, a família eventualmente se mudou para a cidade, como nos conta o entrevistado:

Entrevistador: Então foi ali nos 1950 isso aí [a infância na Sede Piva]?

Irani: É, 1950 até 1960.

E: E depois dos dez anos de idade, o que o senhor fez?

I: Aí nós viemos para a cidade. Porque a colônia estava muito difícil para nós, que não tínhamos terra [própria] para plantar.

E: Por que estava tão difícil assim?

I: Ah, difícil porque havia a necessidade, eu acho – através do [que foi contado por] meu pai – tinha a necessidade de trabalhar com carteira assinada pra se aposentar. E o meu irmão mais velho veio para cidade, antes, para trabalhar, veio trabalhar já numa serraria que tinha, a do Alegretti. E após o meu irmão vir, apareceu a oportunidade do meu pai vir trabalhar também. Aí sim, lidar com derrubada de pinheiros e tudo o mais... Árvore de lei que nem dizia, madeira de lei. Tudo para fazer madeira. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Assim como muitas famílias caboclas, a do senhor Irani também começou a sofrer dificuldades de subsistência, principalmente por não terem a posse da própria terra. Estavam trabalhando pagando uma espécie de tributo para o proprietário, num serviço sem carteira assinada e que não iria garantir a aposentadoria. A cidade e o segmento da madeira se mostram como a solução para esse dilema. Samir Ribeiro de Jesus (1991) analisa o processo de migração da população rural para o trabalho em madeiras, na região de Lages. Para ele, os caboclos que viviam de uma produção de subsistência, tornar-se-ão assalariados porque se constituíam

como “uma força de trabalho despossuída, mal remunerada e explorada nas relações econômico-sociais [...] Provavelmente, na ausência de outras formas de produção, acabariam morrendo sob o domínio e a exploração da classe hegemônica latifundiária. (JESUS, 1981, p.127) Parece que o destino da família do senhor Irani seria esse, de domínio e exploração do proprietário a quem serviam como agregados. O trabalho assalariado na madeireira foi a busca pela ruptura e libertação desse domínio, ainda que tendo de, a princípio, abrir mão de sua produção de subsistência.

O pai do senhor Irani logo conseguiu trabalho no mato, derrubando as árvores. O serviço, porém, era extremamente pesado e lento em razão das técnicas empregadas:

Entrevistador: O seu pai veio trabalhar de madeireiro então.

Irani: É, eles chamavam de "torador". Atorador. [...] Ainda do tempo do serrote. Não existia motosserra. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

A derrubada de uma árvore era feita com serrote. Era necessária a presença de duas pessoas, uma em cada lado, que iam de forma ritmada puxando a serra e fazendo o corte na árvore. O senhor Arthur nos ajuda a enxergar melhor as dificuldades desse serviço:

Entrevistador: E nessa escolha das madeiras que eram utilizadas, além do diâmetro, haviam outros filtros? Para analisar qual a árvore ideal?

Arthur: Ah, sempre os pinheiros mais grossos, que davam mais madeira. Quanto maior o diâmetro, mais nobre era a madeira. Mais volume de tábuas.

E: Tem alguma ideia de quantas, mais ou menos, eram derrubadas por dia?

A: Bem antigamente não derrubavam muito porque era cortado em serrote americano, como eles chamavam. Tinha que um puxar de um lado e outro do outro. Então aquilo ali, tu tinhas que ir batendo cunha para não travar e às vezes o cara levava um dia inteiro para cortar uma árvore. [...] (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022).

Não apenas o trabalho com o serrote envolvia muita força e resistência dos trabalhadores, também era necessário ter técnica para evitar que a serra travasse. Do contrário, levaria ainda mais um tempo para destravar batendo com uma cunha. Ainda no relato e comparando com o que vimos anteriormente sobre as tecnologias no ambiente interno da produção, podemos ver que a rusticidade era o padrão na produção de madeiras em Lagoa Vermelha. A baixíssima produtividade em derrubar um pinheiro por dia é assustadora. Podemos ter uma ideia do tamanho dessas árvores, para que valessem todo esse serviço. Afinal, como bem falou o senhor Arthur, cortavam “sempre os pinheiros mais grossos”.

Assim como a locomóvel foi substituída pela serra-fita, o serrote-americano também eventualmente foi substituído. A nova tecnologia era a motosserra. Desenvolvida para trabalhos manuais nos anos 1950 (ROSSI, 2015, p.120), apenas se popularizou entre os madeireiros de

Lagoa Vermelha no final dos anos 1960 e início dos 1970. O senhor César Cavaletti inclusive nos conta uma anedota sobre a primeira motosserra de Paim Filho:

Entrevistador: Lembro que o senhor comentou que chegou a ter uma motosserra aqui. Como que é essa história?

César: Bah! Quando o pai ouviu falar em motosserra, ele foi para Porto Alegre comprar uma Stihl. Ele comprou uma 051, lembro como se fosse hoje! Eu era criança, devia ter uns cinco, seis anos. E ele chegou e montou a dita da serra. Encheu de gente para ver, com aquele barulho né! "O que será que está acontecendo?!" [risos]. E aí colocaram para cortar a madeira, mas ela não cortava, ela só pulava. "Tem coisa errada!" Foram olhar, estava com a correia virada [risos]. A corrente virada, aí desviraram depois. Aí bah, era sucesso!

E: Foi usada bastante?

C: Sim, foi muito!

E: E como ela era, a gasolina?

C: A gasolina. Dois tempos.

A: O que aconteceu com essa motosserra depois?

C: Foi esmagada. Caiu tora em cima. Vai cortando em prensa, aí vai mexer com a máquina, trator na época, daí caiu em cima. Depois o pai comprou mais, comprou Alpina, Alpina Forest que me lembro, 120. Era maior que 051 ou equivalente. Essas tinham também 15, 17kg. Com o tanque cheio era muito peso! Para trabalhar em árvore grossa, mas quando pegava pau pequeno... [risos]. (Entrevista com César Cavalletti realizada em 02 de agosto de 2022)

A marca Stihl era uma marca de altíssima qualidade, principalmente porque foi a empresa que desenvolveu a primeira motosserra ainda em 1926 (ROSSI, 2015, p.120). Considerando que o senhor César nasceu em 1966, a aquisição dessa motosserra deve ter ocorrido por volta de 1971. De todo modo, é perceptível como foi um evento importante na vida da pequena cidade de Paim Filho, ao ponto de “encher de gente para ver” a motosserra em ação. Podemos ter uma ideia de como toda aquela população vivia em volta do trabalho feito pela madeireira. A relação das pessoas com a paisagem e suas transformações ficam nítidas aqui (WORSTER, 1991, p.202).

A nova tecnologia também exigiu uma adaptação dos trabalhadores. Percebemos isso pelo fato de não saberem como posicionar a correia do equipamento, apenas vendo como funcionava depois de alguns testes mal sucedidos. Além disso, tem a questão do peso, onde uma motosserra abastecida teria, segundo o senhor César, até 17kg. Como foi destacado, era usada apenas em árvores de maior porte e grossura. Podemos deduzir que o uso do serrote americano talvez tenha permanecido por mais algum tempo, destinado especificamente para algumas árvores mais finas.

Façamos rapidamente um salto de protagonismo, saindo dos trabalhadores para as araucárias. A fala do senhor César nos mostra que havia distinções entre árvores “grossas” e árvores “finas”. Como nos mostra a bibliografia, os parâmetros de corte eram baseados no diâmetro do tronco da árvore. Oscilando entre 20 e 40cm, essas árvores eram os alvos prediletos

para o corte. É claro, conforme os espaços de mata foram reduzindo em virtude da exploração predatória, o diâmetro médio escolhido para o corte também minguou (NODARI, 2012, p.43). Além disso, em 1941 é fundado o Instituto Nacional do Pinho (INP), órgão governamental que tinha por função regulamentar a produção e exportação de madeira no Sul do Brasil (WENTZ, 2004, p.121). Dentre suas regulamentações, estava a definição do diâmetro da árvore que poderia ser cortada.

O senhor Arthur Smaniotto nos conta um pouco sobre o diâmetro que a madeireira Zamecki buscava, quando da derrubada de árvores:

Entrevistador: Ele [Boleslau Zamecki] chegou a comentar alguma vez quais as madeiras que o pessoal mais tinha interesse?

Arthur: Pinheiro. A araucária. A araucária sempre foi o carro chefe do madeireiro.

E: Por quê?

A: Porque é um tipo de madeira de alta produtividade. Eles cortavam só pinheiros de diâmetros perto de 1 metro, acima de 1 metro de diâmetro. Então aquilo dava uma quantidade grande de produção. E é uma madeira nobre até hoje né. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

Um metro. Um metro de diâmetro é o que nos conta o entrevistado. Pode parecer absurdo, mas a figura 10 nos comprova o tamanho dessas gigantes da natureza:



Figura 10: araucária recém derrubada sendo preparada para o transporte, no final da década de 1960. Acervo particular de Arthur Smaniotto.

Podemos ver o tamanho da árvore em comparação às pessoas. É claro, lembrando o que Kossoy (2012, p.38) nos fala sobre a análise da técnica fotográfica, não podemos ignorar o fato de a profundidade da foto diminuir os homens – situados ao fundo – em relação à árvore –

situada mais à frente. Ainda assim, a árvore mostra-se gigante, já que nesse ângulo óptico, o diâmetro tem o tamanho de mais ou menos dois homens. A figura 11 talvez possa ajudar a enxergar ainda melhor:



Figura 11: homens na caçamba de um caminhão de transporte de toras de araucária, em meados de 1970. Acervo particular de Arthur Smaniotto.

A figura 11 conta com um homem posicionado logo à frente de uma tora recém derrubada. Considerando a altura média masculina em 1,70, agachado ele estaria com pelo menos um metro de altura. É claro, além disso, temos os fatores comuns da presença infantil e da posição acima das toras, para não perder o costume. De todo modo, as figuras 10 e 11 corroboram a fala do senhor Arthur por nos mostrar que de fato os diâmetros das árvores derrubadas eram muito grandes. Não é à toa que a motosserra foi tão importante para o impulso final à expansão das madeireiras.

O senhor Antônio Boldori também se lembra de alguns elementos sobre o diâmetro das árvores derrubadas:

Entrevistador: Quanto seria o diâmetro de uma "tora fina"?

Antônio: Mas olha, naquela época [risos], não cortavam menos de 40 ou 45 [centímetros de diâmetro]. Era o permitido. Dali para cima podia cortar. Então os mais fininhos eles não cortavam. Só alguns quebravam, às vezes caía um pinheiro grande em cima. Daí aproveitava. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

Vemos a referência aos “40 centímetros” que a bibliografia fala. Todavia, é bem menos do que o diâmetro mencionado pelo senhor Arthur. Entendemos que isso se dá porque Arthur nos conta bastante sobre seu avô, Boleslau Zamecki, que iniciou o trabalho como madeireiro

ainda nos anos 1940. Já o senhor Antônio é nascido em 1957, tendo trabalhado a partir de 1975, já na decadência da terceira fase de exploração das araucárias (NODARI; CARVALHO; 2010, p.720). Podemos perceber nas memórias a diminuição no diâmetro médio de derrubada das árvores. Ainda que a figura 11 nos mostre uma árvore gigantesca derrubada nos anos 1970, parece ser algo mais raro, o que inclusive justificaria a produção fotográfica (KOSSOY, 2012, p.48) com o propósito de mostrar que a madeireira seguia trabalhando com as gigantes de mais de metro de diâmetro.

Também percebemos no relato do senhor Antônio que essa medida dos 40cm era o “permitido”. Isso porque o INP, elencando dados para poder regulamentar o mercado da madeira, estipulou que essa era a medida que indicava um pinheiro adulto, já pronto para ser derrubado (NODARI, 2016, p.80). Derrubar árvores menores que isso não era permitido. Também, considerando as tecnologias limitadas até meados dos 1960, provavelmente também não valeria a pena derrubar árvores tão pequenas. Muito trabalho para pouco resultado. Infelizmente, árvores centenárias e até milenares foram derrubadas nesse processo, sem haver nenhuma consideração com o símbolo que esses indivíduos representavam a todo o ecossistema, incluindo os seres humanos. A figura 12 nos mostra um exemplar centenário que fora derrubado em Lages:



Figura 12: araucária de 600 anos derrubada em Lages, sem data. Fonte: Coleção do Sindicato da Madeira do Paraná, in REVISTA HISTÓRIA CATARINA, 2006, p.25.

Mesmo sendo em Lages, Santa Catarina, percebemos semelhanças com as fotografias de Lagoa Vermelha. Aqui os homens não estão acima da árvore, mas dentro dela, justamente para mostrar o tamanho do diâmetro da gigante, sem dúvidas beirando os 1,80m. De todo modo,

é mais uma vez o domínio da natureza pelo ser humano, que desconsidera um ser vivo centenário como esse e o derruba para lucrar. E às vezes por puro prazer também, como nos mostra a senhora Margarida:

Margarida: [...] Vinham muitas pessoas de fora. Lá na Esmeralda vinham pelos pinheiros que o Arthur<sup>40</sup> cortava naquele tempo. Era um pinheirão muito bonito. Ia daqui de Lagoa muita gente olhar. [...]

Entrevistador: A senhora falou que "vinham pessoas de fora". Pessoas de fora para trabalhar lá na Esmeralda?

M: Não. Uma vez o seu Arthur Smaniotto, na Esmeralda, comprou um pinheiro que deu pra colocar só uma tora [no caminhão]. Deu três toras no total e teve que ser realizadas três viagens entre o mato e a serraria. Porque a primeira viagem deu toda a carroceria daqueles caminhões de reboque. Então, porque era um pinheiro muito famoso de grande. Aí foi um pessoal, amigos dele, ver derrubarem esse pinheiro.

E: Ah, foram ver a derrubada?!

M: Foram ver a derrubada. Tiraram foto, mas eu desse pinheiro não tenho nenhuma.

E: E foram ver porque era um pinheiro famoso.

M: Foram ver esse pinheiro famoso! Eu no mato não conheci ele, mas nas toras, nós... Deu madeira que Deus o livre! (Entrevista com Margarida Scheidt realizado em 01 de agosto de 2022)

O grande pinheiro da Esmeralda era conhecido na região. Quando foi derrubado, foi um espetáculo. Pessoas visitando o pequeno distrito vacariense apenas para ver esse colossal filho de Deus ser derrubado e deixar de ser um pilar para a vida local e se tornar algumas centenas de tábuas. É difícil não sentir um certo sadismo nesse uso da natureza-barata (MOORE, 2022, p.146). E novamente, como foi com a motosserra de Paim Filho, vemos a presença das pessoas para prestigiar esse evento baseado na interação com a paisagem, com o ambiente.

Deixemos nossas amigas araucárias por ora e retornemos aos trabalhadores do mato. O senhor Antônio Boldori também teve algumas experiências na derrubada de araucárias e nos conta um pouco de suas lembranças:

Entrevistador: Agora falando de quando o senhor começou a trabalhar: quantos anos o senhor tinha?

Antônio: Eu tinha 19.

E: E aí começou trabalhando primeiro como motorista ou derrubando árvore?

A: Eu já trabalhei com caminhão, mas no mato, puxando tora. Sempre.

E: Chegou a trabalhar junto com o seu pai?

A: Sim! Éramos eu e ele no início. Chegávamos lá na Esmeralda, puxamos para a serraria do Smaniotto<sup>41</sup>, que tinha serraria lá. E depois nós viemos para cá [sede de Lagoa Vermelha].

E: Quanto tempo mais ou menos o senhor levava no mato para derrubar um pinheiro?

A: Quanto tempo? Olha, depende a grossura do pinheiro.

E: Um padrão, digamos um normal. Nem muito grande, nem muito pequeno.

A: É porque daí tinha que derrubar; cortar ele; descascar... (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

---

<sup>40</sup> Esse Arthur Smaniotto citado por Margarida é o pai do nosso entrevistado.

<sup>41</sup> O pai do entrevistado.

Antônio e seu pai, apesar de não terem trabalhado diretamente na derrubada por serem motoristas do transporte da tora, eventualmente presenciavam e até auxiliavam no processo de derrubada da araucária. A derrubada, não era apenas passar o serrote ou a motosserra. Também era necessário “anelar” o tronco da árvore, ou seja, tirar a camada de proteção, a casca da árvore para que a serra pudesse passar.



Figura 13: trabalhadores derrubando uma araucária, por volta de 1980. Acervo particular de Antônio Luiz Boldori.

A figura 13 nos mostra muito bem esse processo. Repare que de costas, está o madeireiro com uma motosserra na mão, fazendo um corte na base da araucária que vai ser derrubada. Podemos também ter uma noção do tamanho da árvore: mesmo com os pés espaçados, o cortador não tem metade do diâmetro do tronco. Seria necessário pelo menos quatro pessoas para dar uma volta nela. É possível observar também a questão da casca da árvore ser removida. O espaço que a motosserra está cortando é bastante diferente do restante da árvore, justamente porque foi descascado. E como sempre, novamente temos uma criança no espaço de trabalho. Conforme nos foi dito pelo senhor Antônio, tratava-se do filho do dono do lote onde estavam derrubando a árvore<sup>42</sup>.

O senhor Irani logo cedo começou a ir com seu pai trabalhar no mato derrubando araucárias:

Irani: [...] Foi na época do seu Alegretti, que o meu pai, como é que vou te dizer, foi um desbravador. Essa é a palavra. Na época das árvores, que era livre para todo mundo. Os que tinham serraria, derrubavam. Compravam a madeira e daí entregavam

---

<sup>42</sup> Após a realização das entrevistas, foi feita uma segunda visita ao senhor Antônio Boldori, que nos disse que, nos anos 1980, as madeiras derrubavam pinheiros em propriedades privadas que “arrendavam” o espaço. Infelizmente não foi possível, nos limites deste trabalho, inserir uma discussão sobre essa questão.

para esses cara que tramavam<sup>43</sup>, cada um tinha uma turma. E nesse meio, eu acho que era ruim pro estudo e meu pai resolveu me levar para cozinhar feijão lá no mato para ele. Eu com 12 anos já parava com meu pai, acampado no mato.

Entrevistador: Fazendo bóia<sup>44</sup>!

I: Aprendendo! [risos] Porque ia demorar um pouco [para aprender]. Mas o problema era fazer o fogo e cozinhar o feijão; pôr no fogo e esconder, isso eu fazia. [...]

E: E o senhor com 12 anos, foi ajudar lá no mato. Como é que era o dia a dia no mato?

I: Bah... Era complicado! Porque eu, como um menino novo, ficava de manhã no acampamento fazendo essas tarefas de cozinheiro, deixando as coisas meio prontas para quando o meu pai chegasse, ele terminar de fazer o almoço. E de tarde ele me levava para o batente também. Daí eu ia puxar serrote. Ele me ensinava. E tinha que puxar serrote, bater marreta, bater machado, isso aí era [pausa para lembrar]....

E: Voltando na comida, qual era a principal comida?

I: Feijão e arroz.

E: Tinha carne também?

I: Alguma carne sempre tinha. Mas uma boa parte também, carne de caça no mato. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Este trecho do relato é denso e com bastante informação. No início, podemos ver que o senhor Irani associa seu pai, trabalhador assalariado, com o que a bibliografia chama de *pioneiros* (BARBOSA, 1981, p.42; MORAES, 1967, p.28). O entrevistado usa o termo *desbravador*, referindo-se ao fato de o pai não ter medo de entrar no mato e ir em busca das melhores árvores para serem derrubadas. É muito interessante observarmos isso, já que via de regra, associa-se como pioneiro ou desbravador, o proprietário da madeireira, não o trabalhador. Também é interessante observar que o seu Irani lembra dessa época como um período onde o mato “era livre para todo mundo”. Isso vai ao encontro da fala do senhor Arthur Smaniotto, onde sua memória nos diz que havia tanta terra disponível que o governo estadual estava doando para o povo. É interessante observar como existe essa memória coletiva sobre a vastidão de terras e a possibilidade de qualquer um poder trabalhar ou se apossar delas. É claro, isso não corresponde com a realidade, pois como vimos, havia famílias como a de Margarida, que possuíam suas pequenas propriedades na região muito antes da chegada dos *gringos*.

Com 12 anos, o senhor Irani foi trabalhar com o pai. Diferente do caso do senhor César Cavaletti, que estudava pela manhã e trabalhava pela tarde, Irani abandonou de vez os estudos. Segundo sua fala, podemos perceber que ele acredita que a justificativa para isso seria por “ser ruim pro estudo”. Não acreditamos que seja o caso. O mais provável deveriam ser as dificuldades financeiras da família, sem ter propriedade própria onde pudessem produzir seus alimentos e dependendo da venda da força de trabalho (JESUS, 1991, p.107). A expectativa de obter um salário que pudesse melhorar a situação da família fez com que o pai e os dois filhos trabalhassem juntos na Madeireira Alegretti, também uma das mais importantes madeireiras

---

<sup>43</sup> Tramar: neste contexto, “tramar” significa trabalhar. Normalmente se refere a uma situação onde alguém se investe em alguma função.

<sup>44</sup> Bóia: comida, refeição.

lagoenses a partir da década de 1960 (BARBOSA, 1981, p.208). A madeira mostra-se a única opção de trabalho – e de certa forma, de futuro – para famílias que não possuem a propriedade da terra (TEDESCO; SANDER, 2002, p.215-216).

É possível observar pelo relato que o senhor Irani não possuía uma função específica. Apesar de sua principal tarefa ser o preparo da refeição dos trabalhadores, ele também atuava ajudando na derrubada. Percebemos também na sua fala que ele trabalhou com o já mencionado serrote-americano, que precisava de duas pessoas e eventualmente ficava preso na árvore. Podemos imaginar a intensidade do trabalho e o quanto de esforço era feito por uma criança de 12 anos. Considerando que ele nasceu em 1949, começou a trabalhar por volta de 1961. Faz sentido que não tivesse ainda contato com a motosserra, pois como vimos, só começou a chegar na região pelo menos a partir de 1971.

As turmas do mato geralmente ficavam dias – até semanas – embrenhadas na floresta trabalhando com a derrubada das gigantes araucárias. Para tanto, era fundamental que houvesse mantimentos suficientes. Podemos perceber pela fala de Irani, que além de algumas rações (no caso feijão) fornecidas pela madeireira, os trabalhadores também precisavam eventualmente se virar caçando no mato, para ter carne e conseqüentemente, proteína. Ou seja, além de já estarem trabalhando para a madeireira, também precisavam de certa forma se virar para garantir a energia para a longa semana de lida.

O senhor Antônio contribui para essa discussão com algumas de suas lembranças:

Entrevistador: Tinha também a turma que acampava no mato. O senhor chegou a ser algum desses ou não?

Antônio: Eu ficava lá às vezes. Porque nós saíamos de madrugada por umas 04:00. Ainda era escuro. Aí chegávamos lá. Se chovesse, ficávamos no acampamento.

E: Era difícil de voltar de caminhão na chuva?

A: A estrada. Estrada de chão. Não tinha cascalho, era um limo. O acampamento era sempre de lona. Faziam a cozinha ali de costaneira para fazer fogo de chão.

E: E a comida vinha de onde?

A: Eles levavam e faziam.

E: E se faltasse assim, ficavam 15 dias e no décimo dia acabava a bóia?

A: Mas era difícil porque a firma sempre dava um jeito de mandar. Quando não dava para ir nos caminhões, eles mandavam buscar com caminhonete. Mas durante a semana, quando a gente estava trabalhando, quando via que a comida era pouca ou alguma coisa assim, ele [o patrão] encomendava e levava.

E: Não ficavam isolados.

A: Não, não. Para ficarmos sem ir embora, só se chovesse a semana inteira!

Neura<sup>45</sup>: E eles mesmo compravam a comida. Não era açougue, levavam de casa.

A: Sim, cada um tinha que levar, a firma não dava.

N: É, eles é que tinham que se manter. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

---

<sup>45</sup> A senhora Neura é irmã da entrevistada Margarida e esposa do entrevistado Antônio. Apesar de não ter sido feita uma entrevista específica, ela nos deu contribuições muito boas durante as falas de Margarida e Antônio.

Antônio e seu pai, entre 1975 e 1980, eram motoristas para a madeireira de Arthur Smaniotto Pai. Frequentemente iam até a turma do mato para buscar as toras, sendo a comunicação entre esse setor e o setor do barracão. Pela sua fala, podemos ver que a alimentação, mesmo que porventura fosse enviada pela firma (no caso de chuvas e a impossibilidade de deslocamento de caminhões para transportar todo mundo), era “por conta deles”. A forma de tratamento variava entre cada madeireira, então não sabemos se havia um desconto no salário dos trabalhadores em virtude dessa alimentação extraordinária.

Uma nova voz que entra agora neste trabalho, é a do senhor Darcilo Fabiane. Assim como Antônio, ele também trabalhou como motorista, mas pela madeireira do Zamecki. Em uma de suas lembranças, ele nos relata um caso em que precisou levar alimentos para a turma do mato:

Darcilo: [...] Teve um dia em que um [funcionário da madeireira] saiu de lá e virou no diabo<sup>46</sup>. Eu trabalhava no caminhão, ele trabalhava no mato. Ele disse: "eu vou junto com a turma do X<sup>47</sup>, vou chamar o velho Zamecki lá [na justiça trabalhista]". [...] Daí digo, "você que sabe. A cabeça é tua!" Quem que vai fazer a cabeça dos outros? Daí ele foi e me chamou lá, disse que eu tinha de ir de testemunha. Digo, "eu vou, não tem problema. Mas o que que você foi colocar na causa?". "O véio não dava comida para nós no mato". Eu disse: "então arrume outro. Porque eu não posso ir. Eu levo pão, levo carne, levo tudo para vocês quando vocês estão no mato, eu que assino os vales no Saci"...

Entrevistador: O que é o Saci?

D: Era o mercado. Mercado Saci, ali do Renan Zanin. Eu quem pegava a carne, tudo ali, pão, assinava os vales. Então eu disse, “como que o velho vai ir lá com todos os vales?” Se for para eu ir lá falar a verdade, vou lá e digo "o Zamecki mandava comida, pois era eu quem levava!" Por acaso vou chegar lá e dizer que o patrão não dá comida! Daí eu vou para casa [risos]! Aí o colega disse: "é mesmo, não dá para você ir". Mas é claro, eu vou lá para falar a verdade, não vou mentir! (Entrevista com Darcilo Fabiane realizada em 11 de abril de 2022)

Com um forte sotaque e um ótimo senso de humor, o senhor Darcilo relata sobre um colega de serviço que entrou na justiça trabalhista contra o senhor Boleslau Zamecki. Podemos perceber que o motivo da ação trabalhista seria porque Zamecki não estava fornecendo alimentação aos trabalhadores. O senhor Darcilo manifestou-se veementemente contra essa ação por dizer que ele em pessoa era o responsável por levar os alimentos até a turma do mato, inclusive aparentando haver uma parceria entre Zamecki e o proprietário do mercado, Renan Zanin. Não nos fica claro, porém, se haveria algum desconto no salário dos trabalhadores.

Falando sobre o sistema madeireiro em Lages, Samir Jesus aponta que os proprietários, os patrões, exerciam um controle coercitivo sobre os trabalhadores de diferentes formas. Uma delas era justamente o controle dos alimentos (JESUS, 1991, p.164-165). Supostamente, a razão

---

<sup>46</sup> Virar no diabo: enfurecer-se, causar incômodos e conflitos por raiva ou insatisfação com algo.

<sup>47</sup> O nome da pessoa foi omitido em virtude de o entrevistado falar sobre um processo trabalhista.

disso era para que os caboclos ficassem disciplinados ao ambiente de produção industrial e capitalista. Considerando o contexto lagoense, não acreditamos que seja o caso, ao menos não de forma tão controlada. Até porque, como nos mostra o relato do senhor Irani, os trabalhadores no mato também podiam fazer a caça de animais ali mesmo, e o relato do senhor Antônio nos mostra que os trabalhadores poderiam levar suas próprias refeições, sem depender diretamente da madeireira.

Independente de qual fosse a origem do alimento, fato é que a turma do mato passava dias acampada na floresta. Como nos mostra o relato do senhor Antônio, “naquela época nós ganhávamos por produção. Então quanto mais você fizesse, mais você ganhava”. Não parece haver um padrão de pagamento, variando conforme o padrão. O senhor Irani por exemplo, nos diz que

Irani: [...] só um funcionário de caminhoneiro de mato, acho que na época ali era uns 2 salários, por aí. Não era mais do que isso. E a gente achava que ganhava bem, porque naquela época o cara que trabalhava numa serraria ganhava um salário mínimo” (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022).

Seja para receber o salário fixo, seja o salário baseado na produção, os trabalhadores precisavam ficar dias acampados dentro do mato fazendo a derrubada e o preparo das toras, que seriam buscadas pelos caminhões no final de semana.

Entrevistador: E como que era a natureza, tinha muito pinheiro aqui na sede [de Lagoa Vermelha]?

Antônio: Aqui eu não cheguei a ver pinheiro, não tinha mais. Para fora tinha bastante. Aqui tinha, vamos dizer, ali onde o pessoal ficava acampado, ficavam um ano, um ano e pouco ou mais cortando num lugar só, num mato só.

E: Um ano no mesmo lugar...

A: Isso. Lá, acho que na Esmeralda ficaram mais. Não era aqui, mas a firma puxava de lá, nós puxávamos de lá pra cá. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

Já nos anos 1970 não havia mais muitas reservas de mata de araucárias em Lagoa Vermelha, ainda que as serrarias e madeireiras estivessem situadas ali. Como percebemos pela fala do senhor Antônio, as empresas precisavam recorrer a rincões mais afastados, como a Esmeralda, que se situa atualmente a cerca de 50km da sede de Lagoa Vermelha por estrada de chão (ALMEIDA, 2008, p.85). Veremos a seguir as dificuldades no transporte, mas já adiantamos que o fato de não haver estradas de rodagem era o principal fator para a permanência das pessoas em acampamentos. Era mais prático dormir no mato do que voltar à cidade e fazer toda a aventura no dia seguinte.

O senhor Irani nos explica ainda melhor a dinâmica do acampamento:

Entrevistador: Além do senhor, tinha mais alguém que fazia comida [no acampamento]? Quem ensinava o senhor lá?

Irani: Havia eu, meu irmão mais velho, idade de 5 anos mais velho que eu. E meu pai. E isso era um grupo de três, que comandavam uma lâmina de serrote. Aí existiam outros grupos que ficavam acampados lá. Havia três, quatro grupos de derrubadores de pinheiro. Todos acampados no mesmo acampamento, mas cada qual tinha sua função. Que nem, eu, meu pai e meu irmão, nós trabalhávamos os três juntos [...] tinham outros grupos de três, quatro homens. Uns só em dois... Para trabalhar com serrote também, fazendo tora.

E: E como era o processo de derrubada? Vocês apenas derrubavam? O que faziam depois?

I: Aprontava a tora no mato. Nós derrubávamos o pinheiro, fazia-se as toras, serrava tudo no chão e descascava. Aí a função era do arrastador.

E: Sobre o acampamento, como era? Vocês tinham barracas?

I: Era feito de costaneiro com cobertura de zinco ou daqueles... zinco de papelão preto [...]. Era menos barulhento que o zinco. Mas a maioria era tudo de zinco.

E: E ficavam muitos dias nesse acampamento?

I: Uma semana. A gente ficava a semana toda e depois, no fim de semana, voltávamos para casa. Tinha que fazer rancho<sup>48</sup> para levar de volta para comer no mato, então na segunda-feira todo mundo ia de volta para o mesmo acampamento. Bah, mas isso era muito, naquele tempo se acampava e ficava três, quatro anos num acampamento só. Porque era muita madeira para derrubar.

E: Algumas das pessoas que entrevistei disseram que, quando chovia, o pessoal meio que não podia sair de lá porque a estrada era muito ruim. O senhor chegou a passar por algo assim?

I: Ih, pegamos até neve! Em 1964 [segundo relatos e documentos, a nevasca ocorreu em 1965] eu peguei a nevasca. O meu pai disse: "meus filhos, vamos para casa que vai nevar". E ele conhecia. E aí nós viemos de a pé. Os caminhões não iam lá, nós só íamos de caminhão quando o tempo estava bom. E para retornar, se não tinha os caminhões, tínhamos que vir a pé. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Pela fala do senhor Irani, podemos ver como a dinâmica no mato visava aproveitar ao máximo a força de trabalho, considerando as limitações técnicas. Os grupos eram divididos em até três pessoas porque era o necessário para manusear o serrote americano. Como vimos, era preciso duas pessoas de cada lado puxando a serra. O terceiro indivíduo possivelmente iria assumir o espaço de descanso, ou então bater na serra que eventualmente travava. De todo modo, o irmão do senhor Irani não deveria ter mais do que 18 anos e já estava fazendo um serviço pesado e de alta periculosidade como a derrubada de pinheiros. Ora, o senhor Irani com 12 anos já estava de certa forma participando desse serviço.

Também podemos ver que não era apenas derrubar a árvore e partir para a próxima. A derrubada da araucária era apenas a primeira etapa. Os trabalhadores precisavam fazer o tratamento inicial da madeira para que pudesse ser transportada à serraria, no caso, descascando e fazendo toras menores para que coubessem na caçamba dos caminhões. Com a tecnologia da época, faz sentido que levassem tanto tempo trabalhando em uma única árvore e faz sentido

---

<sup>48</sup> Rancho: fazer rancho significa fazer grandes compras no mercado, normalmente a compra de mantimentos para mais de uma semana.

que ficassem anos em um mesmo local. Ao menos até a chegada da motosserra, dificilmente poucos trabalhadores (no caso do senhor Irani, não mais do que umas 12 pessoas) conseguiriam explorar uma larga área florestal.

Uma outra informação importante é sobre os abrigos dos trabalhadores. Eram construídos de costaneira<sup>49</sup> e cobertos por um telhado de zinco. A fotografia abaixo é recente, mas nos dá uma ideia aproximada de como era o abrigo dos trabalhadores.



Figura 14: casa tradicional dos Campos de Cima da Serra, feita de costaneira com teto de zinco. Acervo pessoal do autor.

O destaque que o senhor Irani dá para o “zinco preto” que fazia menos barulho, reside no fato de que o telhado de zinco é extremamente barulhento durante as chuvas. Provavelmente os abrigos eram pequenos como o da figura 14, mas não temos informações sobre se todo mundo vivia junto em um único abrigo, ou se cada turma tinha o seu. Também não temos informações sobre se esses abrigos eram construídos pelos próprios trabalhadores, ou se a madeireira os erguia antes do início das atividades.

A última informação que o senhor Irani nos dá sobre essa questão, está no transporte dos trabalhadores. Nos casos de não haver caminhões disponíveis, ou não haver condição climática para o uso destes, as pessoas precisavam voltar a pé para casa. Isso, porém foi eventualmente sanado com a melhora nas estradas e nos caminhões. No caso do senhor Antônio, nos anos finais de 1970 e início de 1980, os trabalhadores eram sempre trazidos para a casa. É

---

<sup>49</sup> Costaneira é uma parte da madeira que possui um formato mais arredondado. São partes removidas durante o início do tratamento da tora na serraria, o que mostra seu caráter de produto barato. Cf. <https://www.schreinermadeiras.com.br/portfolio/costaneira/>.

digno de nota destacar que não encontramos na bibliografia consultada nenhuma menção ao transporte dos trabalhadores até o serviço no mato.

Podemos refletir sobre as dificuldades e o cansaço dessas pessoas. Não apenas faziam durante a semana o serviço pesado longe de casa e da família, mas também talvez precisassem fazer o longo trajeto de retorno a pé e debaixo de chuva - e até de neve. Infelizmente não tivemos acesso a nenhuma fotografia que mostrasse o acampamento dos trabalhadores. Isso, porém, pode ser considerado como um indicativo do pouco valor atribuído a esse serviço. Diferente da serraria e do serviço interno, e até mesmo do transporte das toras, o trabalho na floresta não mereceu registros – salvo a figura 13, mas essa conta com a presença da motosserra, que indica progresso tecnológico e produtivo. É claro, também existe a dificuldade do fotógrafo em ir até uma floresta fechada tirar uma fotografia, num espaço que possivelmente contava com pouca luminosidade. Ainda assim, não podemos deixar de enxergar que o trabalho dentro do mato era o menos valorizado em toda a estrutura da indústria da madeira.

Para finalizarmos este espaço da floresta, há um último ponto de extrema relevância. Como dito, o trabalho era pesado e um tanto afastado da cidade. Inevitavelmente aconteciam acidentes. O senhor Irani lembra de um evento que lhe foi bastante traumático:

Entrevistador [...] o senhor falou que trabalhavam [no mato] principalmente o senhor, o seu pai e o seu irmão. Alguma vez, algum de vocês se machucou nessas derrubadas de madeira? E que tipo de machucados?

Irani: O meu pai, ele... nessa época já éramos só eu e ele. [...] nós estávamos derrubando uns pinheiros para o seu Alegretti, só o pai e eu. E bem no meio do campo. Nesses tantos que nós derrubamos o pinheiro, a gente, no linguajar nosso, diz que o pinheiro deu um coice. Caiu no chão com os galhos e com o impacto, levantou o pé do pinheiro lá atrás, onde nós estávamos cortando. Ele voltou pra trás, deu no rosto do meu pai e caiu em cima do pé dele. [Pausa para lembrar] Eu ainda tenho foto do meu pai quando ele estava baixado no hospital... Naquele tempo só tinha hospital aqui [na sede municipal] e só havia quatro médicos em Lagoa. E daí ele moeu [a perna]. Eu tive que escavar o chão. O pinheiro era dessa altura mais ou menos, a espessura dele [quase 1 metro]. Eu não tinha força, porque imagina! Só um guindaste. O que eu tive na hora, de cabeça: eu lembrei de escavar o chão. Mas pra escavar, eu só tinha um facão e um machado. Escavar o chão para afundar a perna dele e tirar de baixo. E foi isso o que eu fiz. Consegui tirar meu velho dali. Ergui ele em cima do próprio pinheiro e vim correndo - a serraria do Alegretti era ali [provavelmente 1km de distância do local do acidente]. Daí avisei eles lá [...]. Fomos de jipe lá embaixo e pegamos o velho. E daí puxaram para o hospital. [...] E daí eu lembro que eu comecei a chorar... A sorte que aquele desespero veio depois que eu já tinha socorrido o pai. E dali que eu parei de trabalhar no mato e vim trabalhar na serraria. Eu trabalhava ali de, aproveitamento, eles diziam aproveitamento. Mas como eu sempre gostei de lidar com caminhão, um dia eu pedi para o seu Alegretti: "o senhor podia deixar eu ir trabalhar no mato de ajudante?" Aí ele dizia assim: "ah, mas é muito pesado. Será que você aguenta?" "Eu aguento!" [...] E eu sei dizer que o seu Alegretti me deu essa oportunidade de ir e trabalhar de ajudante. Daí eu tinha 16 anos. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

O acidente que o pai sofreu foi bastante grave. A perna foi quase esmagada debaixo de um tronco de araucária de quase um metro de diâmetro. Podemos imaginar o peso da gigante. Como o entrevistado nos fala, é surpreendente que ele tenha conseguido manter a calma durante o episódio e conseguido tirar a perna do pai debaixo do tronco e ainda conseguir pedir ajuda. Por sorte, nesse período dos anos 1960, a cidade continha bastante áreas de floresta que eram usadas pelas serrarias. O acidente aconteceu onde hoje é o Bairro Oliveira, localizado ao lado do centro da cidade. Quem sabe o que teria acontecido se esse trabalho tivesse sido feito em um acampamento nos afastados distritos lagoenses?

O episódio fez com que o senhor Irani buscasse sair desse trabalho mais perigoso no mato, mas ainda dentro do mundo da indústria madeireira. Primeiro na serraria, depois como motorista. Seu pai, porém, seguiu na mesma função após o acidente.

Entrevistador: Só voltando ali na lesão do seu pai. O senhor falou que bateu no rosto também. Aconteceu algum problema no rosto dele?

I: Deu de leve aqui assim [altura da bochecha]. O problema foi mais na perna dele, que pegou da metade da canela pro lado do garrão<sup>50</sup>. Moeu a perna.

E: E ele voltou a trabalhar depois?

I: Voltou a trabalhar.

E: Chegou a fazer cirurgia ou algo do tipo?

I: Não, naquele tempo não tinha cirurgia. O Dr. Assis quem tinha naquele tempo. Ele que deu cura na perna do pai, porque nem manco não ficou, cara! Ficou com bastante cicatriz na perna, mas eu me lembro como se fosse hoje que o Dr. estava ele [o pai] com a perna erguida e não sei o que ele [médico] fez aqui, colocou meio que uns pesos de areia, uns sacos de areia e foi puxando a perna. O pai ficou oito dias naquela posição com a perna erguida, e gritando de dor! Depois de oito dias que cicatrizou um pouco os ferimentos. Daí engessaram a perna do meu pai. Ele ficou um ano assim. E não tinha INSS. Nessa época não existia INSS. Tinha um, não sei o que era, falavam de API<sup>51</sup> mas nem sei o que era. Hoje, API, é você ter acessório pra trabalhar nas firmas. Naquele tempo não sei o que era. E daí foi que o Alegretti me deu essa oportunidade de trabalhar com 16 anos, ele me assinou a carteira com 16 anos.

E: E aí então o seu pai ficou esse um ano sem poder trabalhar...

I: Sem trabalhar e eu que trabalhava para sustentar meu pai, minha mãe e meu irmão mais novo.

E: Então ele não recebeu nada assim do governo?

I: Não. Nunca.

E: E o seu Alegretti teve que pagar alguma indenização para o seu pai por ele ter se machucado?

I: Nada. Só pagou o tempo dele de serviço. De quando ele saiu de lá. Aliás, meu pai saiu de lá quando se aposentou.

E: Quantos anos ele tinha?

I: Quando ele se aposentou, ele tinha 63 anos.

E: E ele voltou a trabalhar derrubando madeira mesmo depois desse acidente?

I: Ah, depois que ele se acidentou, ele voltou a trabalhar [derrubando madeira]. Daí já veio a tal de motosserra. Aí como ele fazia parte da totalidade dos que tinham as folhas

---

<sup>50</sup> Garrão: calcanhar.

<sup>51</sup> Atualmente existe o EPI, Equipamento de Proteção Individual, que serve para proteger o trabalhador de acidentes de trabalho. Cf. <https://www.pontotel.com.br/epi/>. Possivelmente o senhor Irani se confundiu ao falar essa sigla. Não ter EPI significa que trabalhavam no mato sem equipamentos de segurança. Isso não possui nenhuma relação com o INSS ou auxílios previdenciários do Estado.

de serrote no mato, ele veio a trabalhar com a motosserra. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Foge dos limites deste trabalho entrar em uma discussão sobre a legislação trabalhista e previdenciária na época da indústria da madeira. O que devemos considerar aqui, é o fato de que o acidente de trabalho impossibilitou que o pai do senhor Irani voltasse a trabalhar por cerca de um ano, ficando toda a responsabilidade de cuidar da família nos ombros do então adolescente Irani. Acidentes graves como o relatado aqui não deviam ser raros, o que nos faz refletir sobre a quantidade de jovens e adolescentes que se viram na mesma situação, tendo de sustentar a família enquanto o pai se encontrava acamado e a mãe precisava cuidar da casa. É destaque também o fato de já haver a motosserra quando do retorno do pai ao trabalho de derrubada. Sem dúvida essa tecnologia facilitou não apenas o aumento da produção, mas a própria qualidade de trabalho, mais leve e talvez menos perigosa.

Outros casos de acidentes no mato nos são apresentados pelo senhor Antônio:

Antônio: Teve um dia em que eu estava junto com um cortador. Ele foi derrubar um pinheiro e havia uma árvore encostada. E ele não cortou essa árvore primeiro. Quando ele cortou o pinheiro, a árvore desceu uma parte e o pinheiro caiu. Pegou, quebrou bacia, costela, foi... [...] o cortador que derrubava tinha um ajudante que ia junto, ele tirava a casca do pinheiro, o cortador chegava ali e cortava. E o ajudante ajudava o cortador, porque às vezes tinha de botar uma cunha porque o pinheiro não ia, aí tinha uma cunha de ferro e uma marreta para bater para levantar o pinheiro para ele pegar a queda. Então, sempre tinha um junto né. [...] Naquele dia que esse cara se machucou, eu estava junto. Aí eu disse para ele: "mas vai derrubar a árvore?" "Não tem perigo". Daí eu o deixei ali e fui mais para frente para anelar o próximo pinheiro, tirar a casca para ele derrubar o outro. Daí eu ouvi o barulho que caiu e acomodou. Eu gritei para ele e ele não respondeu! Quando eu voltei lá, ele estava se arrastando debaixo de uma galhada de árvore que caiu em cima dele. Foi ali perto da barragem da Corsan [cerca de 5km da sede de Lagoa Vermelha]. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

O caso relatado pelo senhor Antônio mostra um acidente durante a derrubada em decorrência de um descuido ao não prestar atenção às relações entre os galhos das árvores. É interessante observarmos o trabalho da cunha. Pelo que parece, além de bater no serrote para destravar, a cunha também podia ser usada para facilitar a derrubada de uma árvore já serrada. Era fundamental a presença de um parceiro que desse cobertura ao cunheiro, avisando quando a árvore estivesse em vias de tombar. Não foi o caso, já que o senhor Antônio se afastou e a árvore caiu em cima do companheiro. Aparentemente foram só os galhos, mas suficientes para quebrar vários ossos do seu corpo.

Antes de sairmos do mato e pegarmos a estrada, é necessário fazer uma amarração. Samir Ribeiro de Jesus (1991, p.144) aponta que o sistema de produção das serrarias “criou uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores”, que variava conforme a etapa e o

setor de trabalho. Pelo que percebemos pelas falas e até pela ausência de registros fotográficos, o trabalho no mato era o mais baixo desse nível hierárquico. Em virtude das dificuldades do isolamento das famílias nos acampamentos, sujeitos à chuva e neve, frequentemente sob risco de acidentes embaixo das árvores derrubadas, é compreensível que esse setor fosse menos atrativo e menos valorizado. Era, porém, a base de toda a indústria madeireira. Foi apenas com a chegada da motosserra que o trabalho no mato começou a ser mais valorizado, tendo inclusive fotografias, como a figura 13. O destaque, porém, é para a máquina, não para o trabalho das pessoas ou para o desmatamento que seria brutalmente acelerado a partir daí.

### 3.3 TRANSPORTES

A ligação entre o trabalho feito no mato e o trabalho feito na serraria, era realizada pelos motoristas e pelas vias de transporte. Entre os anos 1940 e 1980, importantes mudanças aconteceram nesse meio e impactaram diretamente na produtividade das madeireiras, na condição de trabalho das pessoas, e no aumento do desmatamento sobre a mata de araucária.

Bem no princípio, o transporte era feito com gado, os chamados bois carreiros. Quando das serrarias pequenas e de produção mais local, os animais puxavam as toras por distâncias razoavelmente curtas, normalmente da área de derrubada até a serraria para ser tratada. Com o aumento do comércio e a expansão da demanda, os bois passaram a puxar distâncias maiores, inclusive longos quilômetros pela serra, levando as toras derrubadas até as colônias italianas (ROSSI, 2015, p.85-107).

Nossos entrevistados lembram muito bem desse sistema rústico de transporte. O senhor Arthur nos fala sobre as pessoas que Boleslau normalmente contratava para trabalhar, no início de sua madeireira:

Entrevistador: [...] Como era feito o contrato dos trabalhadores? De onde vinham essas pessoas?

Arthur: Eram pessoas que vinham das colônias, que tinham boi carreiro, que tinham experiência com colônia, com carroça. Esses animais eram usados pra arrastar as toras. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

Podemos perceber que uma pessoa que possuía gado para empregar no trabalho de transporte possuía um certo diferencial na hora de conseguir emprego. Afinal, poderiam usar essa natureza-barata para facilitar o trabalho de escoamento. É interessante perceber também que o senhor Arthur fala explicitamente em “pessoas que vinham das colônias”. Entendemos que se refira a descendentes de europeus. Aparentemente, o trabalho colonial envolvia o uso de

animais em funções mais semelhantes às da madeireira, ao contrário dos campeiros por exemplo, que criam gado não para serviço, mas sim para o abate.

O senhor César Cavalletti também se lembra do uso de bois na madeireira do seu pai em Paim Filho:

Entrevistador: [...] Eu vi também que nos 1950 o pessoal usava os boi carreiro. O seu pai chegou a usar também?

César: Sim! Chegou. Tinha um tal de Miguel Góes, que era quem tinha os bois. Daí ele trabalhava com o pai. "Ó, dia tal nós vamos em tal lugar. Quero que tu vás lá". Daí ele saía na boca da noite daqui, de manhã chegava lá com os bois para puxar as toras.

E: O senhor lembra quantos bois eram mais ou menos?

C: Não, não lembro. Mas era pouca coisa, acho que era uma junta ou duas de boi. [...] (Entrevista com César Cavalletti realizada em 02 de agosto de 2022)

Pelo relato do senhor César, entendemos que o trabalho com os bois não era necessariamente fixo, surgindo conforme a demanda da madeireira. Entendemos que isso era uma forma de acrescentar renda à família, já que os bois dos colonos poderiam ser usados tanto no trabalho agrícola, quanto no transporte da madeira.

Também temos informações sobre a quantidade de animais empregados, cerca de “uma junta ou duas de boi” e que puxavam toras gigantescas, como a de 1,20 metros de diâmetro relatada por César. As figuras 15, 16 e 17 nos permitem observar essa questão:



Figura 15: bois carreiros indo fazer o transporte de toras em 1956. Acervo particular de Arthur Smaniotto.



Figura 16: bois carreiros na madeireira em 1956. Acervo particular de Arthur Smaniotto.



Figura 17: muares fazendo o transporte de uma tora de araucária, sem data. Acervo particular de Arthur Smaniotto.

As figuras 15 e 16 nos mostram o processo de transporte desde o seu início – buscando as toras no mato – até o final – com as toras já no depósito. Podemos perceber a presença de cerca de oito animais na figura 15 e de seis animais na figura 16, dispostos em duas fileiras, ou duas juntas, como dito por César. As toras, porém, não aparentam ser muito grandes, ao menos não se destacando como a das figuras 10, 11, 12 e 13. Não quer dizer que sejam pequenas, já que o diâmetro da tora mais à frente na figura 15 está ao nível do peito do boi, talvez chegando a um metro de diâmetro. Já na figura 16, percebemos toras muito menores, principalmente no fundo da imagem. Talvez sejam toras já diminuídas pelo processo industrial, mas ainda assim, menores do que as vistas anteriormente. Essa questão do diâmetro pode estar associada à limitação do transporte. Toras muito grandes e pesadas não seriam transportadas pelos bois.

Também podemos perceber a disposição das pessoas na fotografia, novamente, situadas acima das toras nas figuras 15 e 16. Na figura 15, porém, há um homem montado em um dos

bois. Novamente se vê a representação do domínio sobre a natureza-barata e o trabalho como uma maneira de dominar esse imponente adversário. Já na figura 16, o homem está situado à frente dos bois e fazendo pose para a fotografia. Os trabalhadores, por sua vez, estão andando por cima das toras, aparentemente ignorando ou talvez nem sabendo que estão sendo fotografados. Podemos ver um pouco da dinâmica de trabalho. Sem nenhum equipamento de proteção, podemos apenas pensar sobre os riscos de acidente com uma tora caindo do monte e esmagando um membro, ou derrubando alguém.

A figura 17, por outro lado, apresenta-se com outros personagens. Os bois foram substituídos por muares. Aparenta haver cinco animais na linha de frente e mais dois atrás. Não sabemos qual a razão para o uso equino aqui. Todavia, percebemos a tora carregada no reboque puxado pelos animais. Esta sim possui um tamanho excepcional, pois como podemos ver, o homem que está passando a corda nela tem o tronco na altura de seu peito. Ao menos 1,50 metro de diâmetro provavelmente. É surpreendente que o reboque, com rodas de madeira, consiga aguentar uma criatura jurássica como a araucária. Sem dúvidas o destino estava relativamente próximo para que o transporte fosse feito. Impossível que os muares conseguissem puxar muito longe uma gigante dessa.

E novamente, a figura 17 nos contempla com homens posicionados acima da árvore derrubada. Ainda que o que está amarrando talvez estivesse trabalhando, os outros dois sentados se posicionaram ali para a fotografia. Segue sendo representada a valorização do trabalho e do domínio sobre o ambiente.

Independente se estão usando muares ou bois, as figuras 15, 16 e 17 nos mostram a rusticidade desse meio de transporte inicial, empregado pelo menos até meados dos 1950 em Lagoa Vermelha. Destacamos que essa duração foi quase que exclusiva em Lagoa Vermelha porque as vizinhas, principalmente Passo Fundo, já estavam muito mais adiantas, logisticamente falando. Desde 1905 o município já contava com uma ferrovia que o conectava com Santa Maria, no “coração” do Rio Grande do Sul (WENTZ, 2004, p.34). O lobby madeireiro em pouco tempo se organizou e, com pressão política e econômica, acabou ganhando benefícios no transporte na região do Planalto Médio, em especial nas áreas de Passo Fundo e Carazinho (WENTZ, 2004, p.38-43). Vacaria, apesar de receber uma ferrovia apenas por volta de 1960 (BARBOSA, 1981, p.171), contou com melhorias e eventual asfaltamento da rodovia BR-116, ligando o município a Caxias do Sul na década de 1930 (ROSSI, 2015, p.110). Até mesmo o transporte fluvial foi bastante empregado pelas serrarias de Passo Fundo e

Vacaria, utilizando-se dos rios Pelotas e Uruguai para o transporte das toras em balsas (WENTZ, 2004, p.60), ainda que com maiores limitações do que o transporte terrestre.

Analisando o impacto da ferrovia para a dinâmica do comércio de madeiras, Tedesco e Sander (2002, p.52) afirmam que “sem a estrutura ferroviária, grande parte da produção e comércio da madeira não teria se viabilizado antes da chegada do caminhão, na década de 1940”. Essa afirmação é muito relevante se analisarmos o momento de início da indústria em Lagoa Vermelha: justamente nos anos 1940. Mais do que isso, o caminhão, por ser uma tecnologia nova e obviamente cara, não era usado por qualquer um, apenas por quem possuía capital para o investimento. Muitos dos grandes madeireiros lagoenses vinham de Passo Fundo e região, já sendo de famílias do ramo, e serão justamente eles quem trarão os primeiros caminhões.

Arnaldo Trein, marido da senhora Eloá, foi um dos primeiros madeireiros de renome estadual (e até nacional) de Lagoa Vermelha. Para alcançar tal fama, precisava vender a produção para locais importantes. A senhora Eloá nos fala um pouco sobre quem eram esses compradores e como as madeiras de Lagoa Vermelha chegavam até lá:

Entrevistador: [...] E a senhora sabe quem era a principal clientela dele [Arnaldo]? Para onde vendiam as coisas?

ET: Para a Alemanha. Para Frankfurt. Isso eu sei. E também para a Argentina. [...]

E: Bah, Frankfurt é longe hein! Como é que iam para lá, puxavam até o litoral e embarcavam?

ET: Não, era daqui até Porto Alegre de caminhões. Em Porto Alegre ia para o porto. Carregavam no porto e de Porto Alegre, ia direto para lá. [...]

E: E alguma vez a carga dele viajou de trem, ou era só de caminhão até Porto Alegre?

ET: Sim, de trem também. Porque ele exportava para a Argentina.

Arginor: Tinha trem comercial, que o pessoal viajava, e tinha o trem de carga, que era só madeira.

E: E daí embarcava aonde?

ET: O trem? Em Passo Fundo. Então ia para a Argentina. [...] (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

A madeireira Trein & Ferreira fazia negócios internacionais, chegando a mandar madeira para a Alemanha. Percebemos como era necessário haver a integração do afastado, porém rico, município de Lagoa Vermelha com as linhas de comunicação, principalmente a ferrovia de Passo Fundo. Pelas datas informadas pela senhora Eloá na entrevista, acreditamos que esse comércio foi feito na década de 1950, principalmente na sua primeira metade. De todo modo, as madeiras que quisessem competir no mercado nacional e internacional, deveriam ter condições para enfrentar o obstáculo logístico que se apresentava em Lagoa Vermelha. O próprio transporte até Passo Fundo, ainda que de caminhão, não era necessariamente fácil, como a própria Eloá nos conta:

Rosaura<sup>52</sup>: [...] o meu pai perdeu o casamento da minha tia, vindo de ônibus de Passo Fundo! Ele saiu de ônibus na sexta-feira e o ônibus chegou sábado de tardezinha ainda!

Entrevistador: Nossa, um dia de ônibus?

R: Um dia de ônibus [trajeto de 100 km]. Perdeu o casamento!

Eloá: E eu, para estudar em Passo Fundo, precisávamos pousar no Campo do Meio, de ônibus! No ônibus, os assentos eram de tábua! Atolava. Sabe, era quando eles estavam abrindo a estrada! Nesse período nós assistimos aqui, quando veio o Batalhão para Lagoa, o Batalhão Rodoviário. [...] (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

Vemos que a estrada de 100 km ligando Passo Fundo a Lagoa Vermelha era bem problemática. No início dos anos 1940, quando Eloá fazia esse trajeto para poder estudar, chegava a ter de dormir na estrada porque o ônibus não tinha condição de suportar a viagem. É importante lembrar também que essa área era ocupada pelos antigos Mato Castelhana e Mato Português, densas florestas de araucárias que resistiram bravamente à invasão e ao desmatamento (BARBOSA, 1981, p.29-31). A necessidade de dormir no Campo do Meio era sem dúvidas pela falta de iluminação na noite e pela péssima qualidade da estrada, aumentando as probabilidades de acidentes ou outros transtornos.

A senhora Eloá destaca a chegada do Batalhão Rodoviário que ia ajeitar, reestruturar e construir a BR-285, estrada que conecta os dois municípios. O trabalho foi feito a partir de 1945 pelo 3º Batalhão Rodoviário (MORAES, 1953, p.67), o mesmo que atuou anos antes em Vacaria. Em 1967, Demétrio Dias de Moraes (1967, p.124) disse que de Lagoa Vermelha, “se pode ir ao Rio ou a Brasília por avião ou por terra em estrada asfaltada”. No final do auge da indústria madeireira vemos que as estradas estavam prontas e conectando Lagoa Vermelha ao mundo, situação bem diferente daquela que Eloá viveu nos anos 1940. Sem dúvidas, assim como o lobby madeireiro influenciou a questão ferroviária em Passo Fundo, o lobby lagoense influenciou a questão rodoviária.

Para termos uma noção do impacto financeiro das madeiras em Lagoa Vermelha, recorreremos ao trabalho de 1953 de Demétrio Dias de Moraes, que conta com a receita anual de Lagoa Vermelha de 1893 até 1952<sup>53</sup>. Infelizmente, não sabemos se os valores trazidos pelo autor são em Réis (moeda vigente até 1942) ou em Cruzeiros (moeda contemporânea de Moraes). De todo modo, a variação dos valores serve como um fator para pensarmos no dinamismo econômico, sendo necessária uma pesquisa mais específica sobre o tema para se ver o impacto real da madeira na economia do município.

---

<sup>52</sup> Rosaura é sobrinha da senhora Eloá e esteve presente durante toda a entrevista, contribuindo com o trabalho em várias informações.

<sup>53</sup> Segundo o autor, esses dados foram coletados no arquivo da prefeitura municipal. No momento de produção desta pesquisa, não conseguimos ter acesso aos arquivos atuais.

Tabela 4: Evolução Financeira de Lagoa Vermelha

Ano	Renda Anual	Ano	Renda Anual	Ano	Renda Anual
1940	660.358,00	1945	1.037.013,60	1950	5.563.748,60
1941	840.420,00	1946	1.328.789,60	1951	6.176.519,30
1942	846.524,30	1947	2.222.683,70	1952	5.938.653,60
1943	891.671,50	1948	4.190.916,30		
1944	970.182,80	1949	4.912.554,60		

Fonte: MORAES, Demétrio Dias de. **Torrão Amado**: Lagoa Vermelha e a sua história. Lagoa Vermelha: Gráfica Lagoense, 1953, p.72-73.

É surpreendente o crescimento a partir de 1946. Se até então os aumentos ficavam em média no valor de 200 mil, de 1946 para 1947 vemos o aumento de quase um milhão de “dinheiros” na renda municipal. E de 1947 para 1948, há quase o dobro desse milhão! Ainda que em 1952 tenha ocorrido uma diminuição, foi um valor bastante sutil considerando que o arrecadamento está em quase seis milhões! Apesar de Demétrio Dias de Moraes não apresentar nenhuma razão ou hipótese para o aumento<sup>54</sup>, considerando tudo o que vimos até agora, sem dúvidas isso está relacionado não só com a presença das madeiras, mas também com a presença das estradas asfaltadas, que facilitaram o escoamento da produção para Passo Fundo e Porto Alegre.

Por mais que o presente trabalho se proponha a focar na região da Grande Lagoa Vermelha, a questão da madeira nos abre margem para analisarmos as relações globais e a inserção do pequeno município em uma rede muito maior de comércio. Os relatos demonstram que havia a preocupação com a logística rodoviária e a Tabela 4 evidencia um gigantesco aumento na arrecadação municipal. A madeira que era produzida em Lagoa Vermelha, era enviada para a Europa, para a Argentina, para Brasília, para os Estados Unidos (ROSSI, 2015, p.121-122). Conexões a nível global, unindo diferentes mercados e diferentes agentes em torno da exploração da natureza-barata (MOORE, 2022, p.154) do Sul do Brasil.

Voltemos aos relatos. Nossos entrevistados já trabalharam, em sua maioria, como motoristas de caminhões em estradas com boas condições – ainda que nem sempre asfaltadas.

<sup>54</sup> As obras do memorialista possuem um forte cunho político. *Torrão Amado*, a obra de 1953, conta com grandes elogios aos prefeitos e intendentess, sendo que tudo indica que o crescimento econômico se deu graças a esses agentes públicos. A indústria e a produção particular são totalmente ignoradas (MORAES, 1953, p.67-71)

O senhor Irani, como vimos, começou a trabalhar com caminhões aos 16 anos após o acidente com o pai:

Entrevistador: Como que eram as viagens, como eram as estradas?

Irani: Bom, quando eu comecei com meus 12 para 13 anos no mato, era tudo estrada de chão<sup>55</sup>. No mato não existe asfalto, um pedacinho pegava quando ia até os Barretos ali [distrito do atual município de Capão Bonito do Sul]. O resto era tudo estrada de chão. A gente trazia tora do Barracão, da Esmeralda, daqui ao redor. Ao redor de Lagoa Vermelha, eu puxei tora em todo lugar.

E: [...] para entrar no mato tinha alguma estrada de cascalho, ou andavam em cima da grama mesmo?

I: Grama e estrada de chão que, conforme as coisas, tinham os tratores deles que faziam [caminhos]. Os tratores abriam, daí nós íamos. Outras vezes, tinha de se passar em cima de um potreiro, em cima de um campo, isso era normal né. Aí era tudo estrada que a gente passava com os caminhões e ficavam só os rastros dos pneus. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

As estradas de chão eram maioria, mas já estava começando a ter espaços asfaltados. O distrito de Barretos situa-se a cerca de 10km da sede de Lagoa Vermelha e está na BR-285, no caminho que liga Lagoa Vermelha com Vacaria. É bem provável que esse trecho já estava asfaltado (Irani começou a trabalhar no caminhão a partir de 1965) para facilitar o transporte de madeira. Até porque os demais caminhos, principalmente o da Esmeralda, que era um ponto importante de derrubada de araucárias, eram todos de chão. Além disso, o acesso para dentro da área de derrubada era ainda mais difícil, sendo feito, como nos mostra o relato, por tratores. E isso não era necessariamente uma regra, pois passar por cima de campo e barro era normal. Esse serviço de abertura era feito pelos particulares.

O senhor Darcilo também nos conta um pouco sobre o transporte e as estradas, já nos anos 1970:

Entrevistador: E como que era o caminhão? Era muito pesado? Muito ruim?

Darcilo: Ah não, era Mercedes! Um caminhão moderno, bom. Eu vinha lá do Espigão Alto [Floresta Nacional localizada no Barracão] carregado de tora. Podia chover, vinha embora!

E: E as estradas? Como eram?

D: Tudo descalhada.

E: Tinha muito acidente? Acontecia de gente se acidentar?

D: Capaz! [risos] Encontrava-se um caminhão a cada meia hora! Hoje é pior! Naquele tempo era pouquinho, era os caminhões das madeireiras que vinham lá do Barracão trazendo madeira para cá, que traziam para as firmas aqui, que vendiam aqui. E o seu Zamecki puxava tora para cá. Tinha seis, sete caminhões que puxavam tora. (Entrevista com Darcilo Fabiane realizada em 11 de abril de 2022)

Darcilo lembra de usar um caminhão moderno e forte, da marca Mercedes. Esse veículo não era dele, mas da madeireira, é claro. É interessante perceber que ele diz que mesmo durante a chuva, o caminhão aguentava a viagem carregando toras. Já é uma situação diferente da que

---

<sup>55</sup> Estrada de chão: refere-se a toda estrada de terra, sem pavimentação ou calçamento, nada além da terra.

vimos anteriormente, onde a chuva poderia impedir a chegada dos caminhões nos matos e deixar os trabalhadores quase que isolados. De todo modo, os caminhões, já mais resistentes e populares, ainda estavam chegando na região. Isso se manifesta na fala de que passava “um caminhão a cada meia hora” na rodovia BR-470, estrada que liga Lagoa Vermelha com a divisa de Santa Catarina e a reserva do Espigão Alto, no atual município do Barracão.

É um ponto de extrema importância observar que o caminhão era da madeiraira, diferente do que acontecia antes, onde o transporte por boi carreiro era fornecido por um terceiro. Os motoristas serão funcionários e com carga horária e salário fixo. Antes de falarmos sobre essa questão trabalhista, analisemos a figura 18 e o relato do senhor Antônio, que explica um pouco o seu contexto:



Figura 18: Antônio Boldori no reboque de um caminhão com seu filho, por volta de 1980. Acervo particular de Antônio Luiz Boldori

Antônio: Eu estou aqui [em cima]. Aí o patrão me fez ficar na frente para ver que ela [tora de araucária] era quase da minha altura [em diâmetro].

Entrevistador: Esse caminhão, qual o modelo? O senhor se lembra?

A: Esse é o F-7000. Ford. Esse aqui eu trabalhei 18 anos com ele. Esse aqui me dá saudade...

Neura: Caminhão de reboque? Esse eu gostava!

E: Era o reboque que vocês usavam né.

A: Era engatado atrás do caminhão outro eixo.

E: E quantas toras um caminhão levava assim?

A: Depende né. Que nem aqui [parte inferior da figura 19] você tinha umas 20 toras, e ali [parte superior da figura 19] tem uma só. Essa aqui eu coloquei uma, e tem os calcinhos na beirada! Não dava pra botar mais. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

Fotografias são manifestações da subjetividade de quem fotografa, porque busca representar uma situação através do seu filtro cultural (KOSSOY, 2012, p.38). O senhor

Antônio deixa isso bem claro ao dizer que seu patrão pediu para que ele se posicionasse diante da tora, para fazer uma espécie de comparação e mostrar o excepcional tamanho da árvore abatida. De fato, o tronco está quase na altura do pescoço do senhor Antônio, que possui cerca de 1,70m de altura. O diâmetro da árvore devia ser de uns 1,50m.

A figura 19 nos mostra as diferenças nos tamanhos das toras carregadas no caminhão Ford F7000:



Figura 19: Ford F7000 carregado com toras de diferentes tamanhos em 1980. Acervo particular de Antônio Luiz Boldori.

É visível a diminuição no diâmetro das árvores abatidas. Ainda que na parte superior da figura 19 estejam presentes algumas toras de relevante espessura com os trabalhadores em volta (no trecho da entrevista acima, o senhor Antônio disse que as duas toras menores, nas beiradas, foram colocadas para fazer uns “calcinhos”, ou seja, segurar para que a tora não caia), a parte inferior nos mostra uma grande quantidade de árvores menores. Algumas delas parecem ter um diâmetro do mesmo tamanho, ou até menor, do que os vidros do caminhão. Também é

interessante ver que não há ninguém na parte inferior da figura 19, sendo o destaque todo para o caminhão. Não podemos afirmar com certeza, mas parece que a quantidade de árvores não parece causar tanto orgulho quanto a qualidade e o tamanho da produção que ocorria nas décadas anteriores<sup>56</sup>.

Ambas as figuras 18 e 19, bem como os relatos dos senhores Darcilo e Antônio aconteceram no final dos anos 1970 e início dos 1980, quando a indústria já estava decadente. Essa decadência derivou muito da quantidade de desmatamento, já que os dados apontam que apenas 1,38% da área florestal original permanecia (SANQUETTA; TETTO apud CARVALHO; NODARI, 2010, p.724). Com a diminuição dos espaços para entrada e derrubada, árvores de diâmetros menores começaram a ser usadas na indústria, dificultando ainda mais a regeneração ambiental e diminuindo a produtividade e qualidade do trabalho. Podemos entender o porquê de Arthur Smaniotto Pai, o patrão do senhor Antônio, ter registrado o carregamento na parte superior da figura 19. Uma árvore de tamanha espessura era rara de encontrar e, por mais trágico que seja olhar para esse ser vivo como um produto e uma fonte de lucro, a racionalidade do capital (MOORE, 2022, p.130) não podia deixar de enxergar esse uso da natureza-barata como prova da força e da perseverança da indústria.

O senhor Irani também nos fala um pouco sobre os caminhões, principalmente o fato de serem propriedade do dono da madeireira:

Irani: [...] Eu estava de ajudante. Mas eu metia a mão nos caminhões escondido! De vez em quando eles quase me batiam! Moleque, naquele tempo, ih, tinha uns que nem carteira não tinham. Porque os motoristas naquele tempo, bah... Tinha uma ordem, como que eu vou dizer, eles iam não sei onde, aí davam uma ordem e eles podiam dirigir. E aí eu pegava os caminhões - caminhão naquele tempo era tudo de reboque. E caminhão a gasolina, já pensou em caminhão a gasolina? Pegava aqueles caminhões e saia andando, ia levar até o carregador de reboque. Nós carregávamos e depois íamos para o mato de novo.

Entrevistador: Eram aqueles F-600 né?

I: Eu tinha os F-600, tinha os F-8, tinha o Ford Alemão...

A: Ford Alemão?

I: Ford Alemão [o senhor Irani está se referindo aos Ford Big Job]. E um Ford-48. Eram os caminhões do Alegretti. Daí tinha o Chevrolet Brasil, que foi o primeiro que veio. E o Super Ford F-600 e um Ford F600 [...] Quando chovia, eles carregavam o caminhão de madeira e iam para Porto Alegre levar madeira! Para os varejo lá de Porto Alegre. E daí que eu fui começando a gostar da coisa, tomando um pito daqui, outro pito dali, por causa dos motoristas que não queriam que a gente pegasse o caminhão. (Entrevista realizada com Irani de Barros em 03 de agosto de 2022)

---

<sup>56</sup> É possível que as toras da fotografia inferior não sejam araucárias, considerando sua aparência e tamanho. Apesar de ela ser a principal madeira trabalhada, não era a única, ainda mais a partir de 1970, quando a espécie entra em extinção e passa a ser substituída por espécies exóticas, como será analisado no capítulo seguinte.

O senhor Irani fala na primeira pessoa, dizendo que “eu tinha”. Em seguida, porém, fala dos caminhões do patrão, Eugênio Alegretti. Considerando o contexto da época e relacionando com as falas dos entrevistados neste trabalho, acreditamos que o F-600 era o caminhão da madeireira que o senhor Irani usava no trabalho, mas não era necessariamente de sua propriedade. Ele também aponta que um dos outros caminhões do Alegretti era um Ford Alemão, que se trata de um Ford Big Job. A figura 20 nos mostra esse caminhão sendo usado em uma situação um pouco incomum:



Figura 20: homens tomando banho no Lajeado dos Ivos<sup>57</sup> usando o Ford Big Job de Eugênio Alegretti, na primeira metade dos 1960. Acervo particular de Irani de Barros.

Claramente os homens na figura 20 não estão trabalhando. Com roupas de banho e num riacho, obviamente estavam em um momento de lazer. A presença do caminhão do Alegretti, porém, é o que nos faz levantar muitas questões. Eles estavam de folga? O caminhão ficava com o motorista, mesmo sendo da madeireira? Era um dia de trabalho normal e resolveram aproveitar as águas para refrescar o calor? A hipótese que levantamos é de que esses homens eram trabalhadores do mato e estavam voltando do acampamento para passar o fim de semana em casa. Primeiro, porque a fotografia é da adolescência do senhor Irani, que como vimos, acampava com o pai e o irmão. Segundo, pela quantidade de homens. Há cerca de dez homens (mais o fotógrafo), que poderiam tranquilamente ser a equipe que derrubava árvores. Como o senhor Irani nos falou, as turmas variavam de nove a doze pessoas. Terceiro, por se tratar do

---

<sup>57</sup> O Lajeado dos Ivos, ou Rio Rathiel, é um importante rio situado a cerca de 6km da sede municipal de Lagoa Vermelha. Atualmente no município de Capão Bonito do Sul, a ponte no fundo da imagem segue exatamente igual no ano corrente de 2023.

caminho entre o acampamento e a cidade, não seria difícil fazer essa rápida pausa, já que não iriam sair do percurso.

De todo modo, apesar do trabalho muitas vezes extenuante e perigoso que era feito no mato, os trabalhadores aparentemente conseguiam achar momentos de brecha para descansar e relaxar, principalmente durante essa etapa do transporte. É curioso, porém, que os entrevistados não tenham relatado outras situações assim.

Outro ponto importante na fala do senhor Irani envolve a carteira de habilitação para pilotar caminhões, como “tinha uns que nem carteira não tinham”. O senhor César Cavaletti contribui com suas lembranças para essa discussão:

Entrevistador: O senhor falou do caminhão. O caminhão era da própria serraria do seu pai? Ele que dirigia?

César: Sim.

E: Aí o senhor aprendeu a dirigir ali.

C: Sim. Com dez anos. Dez anos tive multa por ser de menor [risos]. Quando fui multado, o que eu estava fazendo? Estava levando lenha! Carregava a caminhonete, o pai tinha uma [Chevrolet] C-14 na época, aí levava lenha para distribuir na cidade. E nesse meio tempo fui multado. O guarda parou, "não pode, não pode", "mas o piá tá trabalhando! Não tá abusando e não sei o que". Realmente, estava trabalhando, mas não pode! A lei não permite, tu não podes.

A: Quem parou o senhor, a Brigada<sup>58</sup> [Militar]?

C: Sim, a Brigada. (Entrevista com César Cavalletti realizada em 02 de agosto de 2022)

A Chevrolet C-14 é muito mais parecida com uma caminhonete pick-up, do que com um caminhão propriamente dito. Todavia, cumpria sua função de transporte. No caso do senhor César, transportava lenha que a serraria de seu pai também produzia. César, porém, contava com apenas dez anos de idade ao fazer o serviço de transporte. Como vimos anteriormente, ele trabalhava desde os oito anos com o pai e aparentemente foi mudando de função conforme a demanda e conforme crescia. Ainda assim, causa-nos certo espanto imaginar uma criança dirigindo uma caminhonete, ainda mais que em 1976 (considerando que César nasceu em 1966) Paim Filho não devia ter muitos carros circulando por suas ruas. Podemos ver que há uma certa justificativa na sua memória para o fato, ao dizer que estava trabalhando, não “abusando”, mas que também aceita que a lei não permite tal conduta.

Em virtude da alta necessidade do uso dos transportes no deslocamento das toras, os madeireiros e os trabalhadores precisavam se adequar às circunstâncias. Fosse uma criança dirigindo, fosse a aquisição de uma “ordem” para manobrar, o trabalho deveria ser feito porque as toras não podiam esperar no mato. É hora de dirigir para o último ponto de análise nessa

---

<sup>58</sup> A Brigada Militar é a Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

questão, que é a forma pela qual os caminhões eram carregados no mato. Começamos pelo senhor Darcilo:

Entrevistador: E quantas pessoas precisavam para carregar um caminhão?

Darcilo: Nós carregávamos em dois!

E: Então era o senhor e um companheiro?

D: Era o ajudante do motorista. E aí a turma do mato, que estalavam lá no mato, davam uma mão para a gente quando a gente se apertava. Mas a maior parte era em dois. Que tu chegavas lá na clareira, não tinha ninguém, só as toras e nós. [risos] (Entrevista com Darcilo Fabiane realizada em 11 de abril de 2022)

O caminhão nunca era conduzido apenas por uma pessoa. Havia também a figura do ajudante – função do senhor Irani antes de assumir como motorista – que atuava no carregamento. Pela fala do senhor Darcilo, os trabalhadores do mato não tinham a obrigação de ajudar a carregar as toras. Percebemos que aqui nos anos 1970/1980, há uma divisão de tarefas mais clara entre cada trabalhador. Destacamos a data, porque o relato anterior do senhor Irani nos mostra que nos anos 1960, a dinâmica parecia ser um pouco diferente, onde “nós ajudávamos a carregar o caminhão para voltarmos para casa. E nesse intervalo eu gostava de ajudar a carregar os caminhões e fui pegando prática”. Ao que tudo indica, o carregamento era feito principalmente quando da busca dos trabalhadores do mato. Todo mundo ajudava nessa etapa.

Algumas hipóteses que levantamos estão relacionadas à qualidade das estradas. No caso do senhor Darcilo, os caminhões aguentavam viajar mesmo debaixo de chuva. Com o senhor Irani alguns anos antes, não. É bem provável que esse carregamento mais espaçado demandasse mais mão de obra em virtude da grande quantidade de toras que se acumulavam. Uma outra hipótese, seria o tamanho das árvores. Como vimos na figura 19, a partir de 1970 há uma drástica redução no tamanho das toras e, conseqüentemente, no seu peso. Sem dúvidas era mais fácil levantar uma tora de 30cm de diâmetro, do que uma de 1,50m.

Independente da frequência com que eram feitos os carregamentos, os senhores Antônio e César nos contam sobre a técnica usada:

Antônio: Em serraria naquela época de 1940 e 1950, era difícil porque era tudo maquinário, tudo braço. Quando eu comecei a trabalhar [em 1976], eles serravam com serrote e as toras eram carregadas no braço. Nós íamos em sete, oito pessoas ali. Então o cara arrumava - falava um estaleiro - arrumava um lugar meio caído para botar o caminhão. Aí você encostava o caminhão ali [um morro], fazia ele da altura do caminhão mais ou menos. Aí ficava mais fácil de rolar as primeiras toras em cima. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

Entrevistador: O senhor chegou a ver eles [os trabalhadores da serraria do pai] carregando as madeiras nesse caminhão de reboque?

César: Sim!

E: Como é que era o trabalho?

C: Tudo no braço! No braço mesmo. Onde eles conseguiam baixar, um lugar que tivesse uma baixada, eles botavam ali. E quando não tinha o que fazer mesmo, eles cavocavam no braço mesmo pra poder baixar um pouco o chão. Baixavam, faziam uma valeta. Caminhão ficava meio inclinado, daí facilitava. Bah, era muito sofrido pelo que contavam de coisa né. (Entrevista com César Cavaletti realizada em 02 de agosto de 2022)

Os três relatos são de lembranças dos anos 1970. Mesmo com a decadência da indústria madeireira e com o surgimento de tecnologias melhores, o serviço segue quase que numa continuidade. O senhor Antônio, por exemplo, nos mostra que ainda se faziam acampamentos para a derrubada das árvores, de forma bastante similar à vivenciada por Irani nos anos 1960. A forma de carregamento também parece não ter se modificado muito. Apesar de não termos encontrado na bibliografia consultada nenhuma referência sobre o assunto, é improvável que a forma de carregamento nos bois carreiros fosse muito diferente: posicionando o reboque/vagão/carroceria próximo de um morro para facilitar o rolamento da tora. Alterações no terreno também eram feitas, como nos diz o senhor César ao falar que “faziam uma valeta” se fosse necessário.

Apesar de não termos ouvido relatos de acidentes na estrada, os entrevistados se lembram de acidentes ocorridos durante o carregamento das toras. O senhor Irani nos conta um caso:

Entrevistador: Alguma vez o senhor, ou algum amigo, acidentou-se nesses trabalhos na estrada? Carregando tora ou algo do tipo?

Irani: Eu tive alguns acidentes com um colega meu. Nós estávamos aprontando a carga, apertando as catracas e escapou o pé dele, bem de manhã. Ele estava forçando com um cabo a alavanca - a gente chama de alavanca, mas é uma coisa que aperta a catraca. A catraca é um rolinho que enrola o cabo de aço. E daí aquilo lá, chega bem esticado, faz força! E daí ele chegou - ele era um homem muito forte - ele colocou o pé assim. De manhã cedo com os pés orvalhados, resvalou e aquela alavanca escapou e entrou [na região do tornozelo]. Abriu a metade da canela, ficou aparecendo o osso. Aí eu tive que terminar de fazer o serviço, peguei o caminhão e cheguei... Foi uma vez que até me, bah, cheguei a me desesperar. Aí enrolei uma blusa que eu tinha na perna dele pra não sangrar muito. Estávamos longe, nós estávamos há mais de 40 km daqui de Lagoa. Então eu trouxe ele direto para o escritório para levar para o hospital. Foi uma vez que meio que discuti com uma das patroas do Ceni - isso era lá no Ceni. Que ela queria saber o porquê. Digo: "vamos fazer o seguinte. A senhora pegue e leve ele para o hospital! Depois nós vamos conversar sobre o que aconteceu! Agora nós temos que socorrer o rapaz! Ele tá esvaindo em sangue!" E essa vez aconteceu isso comigo. Mas, arrancar casca de dedo e essas coisas, era normal.

E: Na estrada mesmo, levando tora, nunca chegou a se acidentar?

I: Graças a Deus não. Agora, depois que eu parei de trabalhar nas serrarias e fui viajar pelo mundo, daí já é outra coisa. Aí já aconteceu coisa bem grave. Até morte... (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Assim como no caso do acidente do pai, a fala do senhor Irani na entrevista deixou claro como essa memória está viva em sua lembrança. O acidente foi durante o ato de prender as toras na caçamba do caminhão para o transporte, já no final dos anos 1970. Como podemos ver,

não existia nenhum equipamento de segurança, sendo que a força para firmar os cabos era do próprio trabalhador. Mais, mesmo com o colega ferido e com uma fratura exposta, o senhor Irani terminou sozinho o serviço (indo ao encontro do que falou o senhor Darci, de que nos anos 1970 eram apenas dois homens para carregar o caminhão). Isso sem falar que aparentemente houve um conflito entre ele e a patroa<sup>59</sup> em virtude desse acidente. Acreditamos que a briga se deu porque ela queria saber o motivo pelo qual Irani levou o ferido até o escritório da firma. Parece que a segurança e os acidentes eram motivo de atritos, principalmente pela questão da indenização trabalhista (TEDESCO; SANDER, 2002, p.193).

Retomando Jason Moore (2022, p.180) e seu conceito de natureza-barata, podemos observar uma questão que se manifesta com certa intensidade nos relatos do senhor Irani. O surgimento do capitalismo e sua lógica de exploração do trabalho humano e não-humano, promove uma série de “custos não pagos”. Moore dá o exemplo das mudanças climáticas e da poluição, como um custo a nível global (MOORE, 2022, p.179-180). No caso de Lagoa Vermelha, vemos que os acidentes de trabalho e sacrifícios – como deixar de estudar para trabalhar – são alguns dos custos que os trabalhadores tiveram de arcar. É claro, além do desmatamento e da poluição, que também afeta Lagoa Vermelha.

É interessante que o senhor Irani diz que quando trabalhou para as madeireiras em Lagoa Vermelha, não presenciou nenhum acidente nas estradas, nem seu, nem de seus colegas e amigos. A partir de 1986, ele sai do Ceni, último local em que trabalhou em Lagoa Vermelha, e foi trabalhar em outros locais, inclusive no Pará. É nesse ambiente que ele relata ter visto até morte na estrada. É bastante interessante e digno de uma pesquisa própria analisar essa questão, já que nenhum dos entrevistados falou sobre acidentes na estrada, por mais ruins que elas fossem até meados de 1970.

### 3.4 ÓRGÃOS OFICIAIS E REFLORESTAMENTO

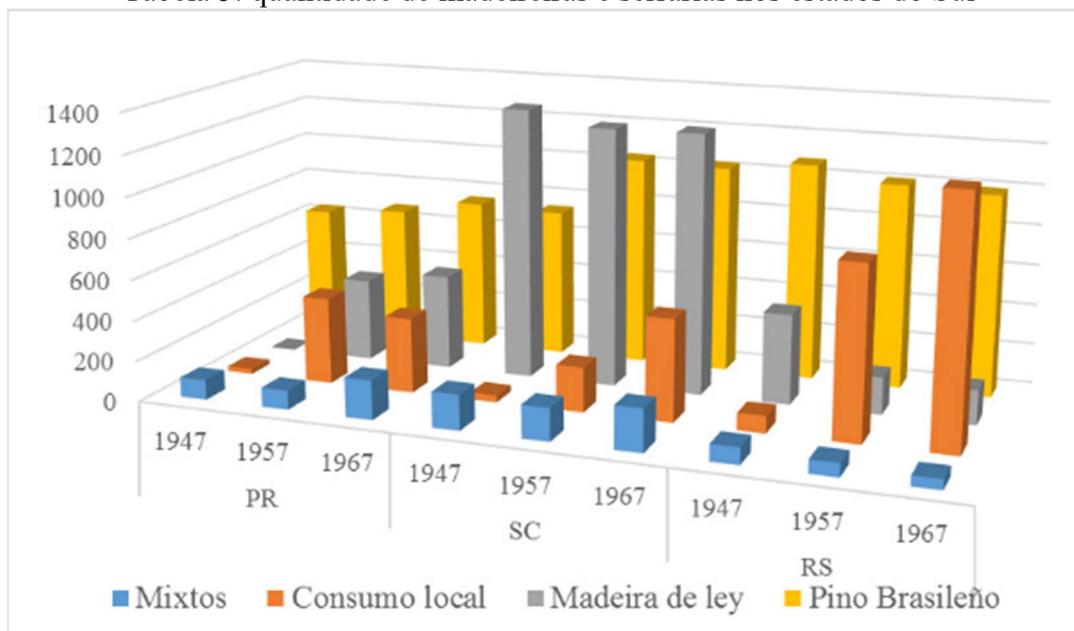
Vimos anteriormente sobre o Instituto Nacional do Pinho e sua função como um órgão regulador da extração de madeira, impondo regras, limites e normas para a produção e derrubada. Iremos analisar agora o quanto esse órgão e seus sucessores impactaram na mudança da paisagem e no desenvolvimento da indústria madeireira em Lagoa Vermelha. Criado apenas em 1941, no momento de sua atuação já se vivia a decadência da indústria madeireira no Rio

---

<sup>59</sup> A madeireira Ceni situa-se próximo ao Lajeado dos Ivos, presente na figura 20. Também foi uma importante madeireira nos anos 1960 e 1970 que posteriormente seguiu o ramo da produção de papelão.

Grande do Sul, razão pela qual os dados do INP apontam o estado como aquele com menor produção e menos área explorável (NODARI, 2016, p.80). Todavia, a tabela 5 serve como contraposição à ideia de que o Rio Grande do Sul possuía uma indústria inferior em relação a dos demais estados sulinos:

Tabela 5: quantidade de madeireiras e serrarias nos estados do Sul



Fonte: NODARI, Eunice. Historia de la devastación del bosque de araucaria en el sur del Brasil. **Areas (Revista Internacional de Ciencias Sociales)**, n.35, 2016, p.81.

Podemos perceber que no período de existência do INP nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o Rio Grande do Sul contava com a maior produção local e com significativas madeireiras trabalhando com a araucária (o *piño brasileiro* da tabela). Santa Catarina aparenta ter uma produção um pouco maior dessa espécie, ainda que no geral produza muito mais (a produção de madeira de lei é disparada a maior do Sul). Podemos concluir então que, sendo um estado com uma indústria mais antiga e decadente, as madeireiras gaúchas dependem quase que exclusivamente da araucária. Possivelmente esse seja um fator de peso para a espécie ser a mais recorrente nas entrevistas usadas neste trabalho.

Em virtude da contínua exploração em alta intensidade e da redução de espaços florestais e de árvores com o tamanho adequado (ao menos 40cm de diâmetro), o INP passou a atuar no sentido de promover o reflorestamento, visando manter a produção, mas sem que o espaço nativo fosse consumido pela serra do capital. É claro, não podemos entender essa atuação como se fosse algo movido pela lógica ecológica e de sustentabilidade. O propósito era firmemente ancorado nos princípios da produção e expansão da indústria nacional. Não se pretendia preservar as florestas para o bem da humanidade, mas para que as indústrias pudessem

sempre ter os recursos disponíveis para o trabalho. Além disso, também se pretendia controlar a exportação, evitando que madeiras demasiadas fossem para o mercado externo (WENTZ, 2004, p.124-125). Isso talvez explique o porquê de a Tabela 5 apresentar o RS como o estado com maior consumo local: muita madeira era produzida, mas sua exportação era proibida pelo INP porque iria além dos limites da saúde econômica do país.

De todo modo, promoveu-se o reflorestamento das florestas e das áreas devastadas pelas madeiras. Em 1944 é criado dentro da estrutura do Instituto, o Departamento de Economia Florestal (WENTZ, 2004, p.129-130). Dentre as suas atribuições, estavam o incentivo ao “florestamento artificial”, a criação de hortos para o estudo e adaptação de espécies exóticas que pudessem beneficiar a indústria brasileira e o incentivo a produtores para que fizessem o florestamento de espécies nativas e exóticas. Podemos perceber novamente a ausência de uma preocupação ecológica, afinal, o plantio de espécies exóticas não apenas era bem-visto, como incentivado.

Essa questão fica ainda mais evidente quando visitamos a Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA PF). Situada no atual município de Mato Castelhano, ela

[...] não iniciou com um remanescente de floresta que se pretendeu proteger e conservar. Pelo contrário, seu princípio foi a compra de terras agricultáveis para a implantação de uma estação experimental de cultivo da espécie nativa *Araucaria angustifolia*. (SÁ, 2017, p.11)

Este local acabou servindo como uma espécie de estufa para o estudo acerca do plantio de espécies exóticas e para testar formas diferentes pela qual a araucária poderia ser plantada, visando seu crescimento rápido e sadio. Por esse seu caráter mais econômico, a FLONA PF era considerada uma “floresta modelo” (SÁ, 2017, p.46), ou seja, um exemplo da lógica econômica e racional de consumo dos recursos naturais e da natureza-barata. Não iremos adentrar nas dinâmicas e no funcionamento das florestas modelo, mas é de extrema importância para este trabalho entendermos que esse espaço serviu como uma espécie de laboratório e centro de distribuição de mudas para os madeireiros plantarem nas suas propriedades.

Dentre as espécies testadas na FLONA PF, a mais significativa foi o *Pinus eliotti*, que teve seu cultivo a partir de 1957. Nativa dos Estados Unidos, em pouco tempo essa árvore tornou-se uma forte candidata a ocupar o trono que até então pertencia à araucária. Os madeireiros se interessaram principalmente pela facilidade e pelos reduzidos “procedimentos na preparação de terras em comparação àqueles exigidos para o cultivo da *Araucaria*

*angustifolia*” (SÁ, 2017, p.120-129). Em linhas gerais, o pino<sup>60</sup> era muito mais vantajoso economicamente do que o pinho. Era questão de tempo para que o capital mudasse seu olhar para uma nova fonte de exploração.

O pino é uma espécie exótica e, como tal, promove alterações no ecossistema em que é inserida. Podemos inclusive a considerar como uma *erva*, se seguirmos o conceito de Alfred Crosby (2011, p.159): “a palavra ‘erva’ refere-se a qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras na competição pelo solo alterado”. Diante da araucária, o pino mostra-se mais resiliente, mais “malandro” no que tange o consumo de recursos do ambiente em que vive. Espécies exóticas apenas conseguem enfrentar e superar espécies nativas, quando a condição ambiental é adequada, principalmente na qualidade do solo (WOHLLEBEN, 2017, p.188). Foi isso que o pino encontrou no Sul do Brasil. O solo do Planalto Meridional é extremamente benéfico e propício para o sucesso da árvore. Talvez até propício demais, pois pesquisas recentes mostram que a espécie vem provocando drenagens em muitas áreas, levando à morte por desidratação de outras espécies (BOLDRINI, 2009, p.227). É claro, um único indivíduo não é capaz de enfrentar por si a mata nativa. O problema é que o pino possui a característica base das *ervas*, que é se espalhar com rapidez. A partir dos grandes latifúndios de monocultura da espécie, muitas sementes acabam sendo espalhadas pelo vento e germinando por todo o espaço disponível, formando quase que um exército florestal invasor.

Apesar das tentativas do Instituto Nacional do Pinho de criar áreas de estudo e cultivo de árvores para o reflorestamento, foi só a partir da década de 1960 que isso tomou força. Não apenas pela redução de espaços exploráveis, mas também pela legislação ambiental outorgada em 1965. O novo código florestal determinava que fosse feito o reflorestamento das áreas devastadas, todavia, não especificava quais os tipos de árvores que poderiam ser utilizadas (MORETTO, 2010, p.137). Considerando as vantagens econômicas que o pino em especial tinha, rapidamente os madeireiros passaram a cultivar essa espécie, agora já mais aclimatada ao Brasil em virtude dos anos de experimentação feitos nas florestas modelo. Mais do que a produção, a paisagem será também alterada e severamente impactada.

Convém se fazer uma rápida menção à Warren Dean, um dos principais nomes da História Ambiental. O autor entende que *paisagem*, nada mais é do que a redução do mundo natural, quase que sua “domesticação” para que fique de acordo com o interesse e o bem-estar humano (DEAN, 2021, p.23-24). Paisagem então, para Dean, é o ambiente alterado pela

---

<sup>60</sup> A espécie *Pinus spp.*, apesar de ser oficialmente chamada de “pinus”, é tratada como “pino” na região da Grande Lagoa Vermelha. Em razão disso, optamos por utilizar o termo popular da região.

humanidade. É o contraponto ao mundo natural, formado pelas florestas e campos, ambiente que é ameaçador e problemático. Quando analisamos a historiografia sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul, percebemos que esse conceito de paisagem é o mais adequado, uma vez que sempre se destaca o esforço feito para superar as *dificuldades* apresentadas pelo ambiente forrado de matas fechadas (HERÉDIA, 2021, p.114), matas que tombaram diante do esforço e trabalho do imigrante italiano.

Passamos agora a nossos entrevistados e nossas entrevistadas, ouvir o que têm a nos dizer sobre o reflorestamento:

Entrevistador: Eu lembro que nos anos 1950 é criado o INP. Não sei se o seu avô [Boleslau Zamecki] tinha alguma relação com isso.

Arthur: Sim, o Instituto Nacional do Pinho depois virou o IBDF e depois o IBAMA.

E: Ele chegava a ter alguma relação com o INP ou não? Na parte burocrática...

A: Sim, sim. Você destinava parte do Imposto de Renda para esse tipo de instituição, que desenvolviam as sementes e as mudas pra depois você comprar deles para repor, para fazer o replantio. Algumas das únicas pessoas que eu sei que investiram bastante no reflorestamento, foram o meu vô e o meu pai. Nós temos ainda bastante reflorestamento de pinos. (Entrevista com Arthur Smaniotto, realizada em 11 de abril de 2022)

O senhor Arthur Smaniotto nos fala sobre como era a relação dos madeireiros com o INP. Uma parte do Imposto de Renda da empresa era destinado ao órgão para realizar seus trabalhos. Pelo que entendemos do relato, era voltado principalmente para os estudos e produção de mudas, prática que como vimos, era feita na Floresta Nacional de Passo Fundo. O mais interessante, porém, é que o senhor Arthur associa o plantio de pinos, a espécie exótica, com *reflorestamento*. Antes de falar sobre o conceito de reflorestamento, vamos complementar a discussão com a fala das senhoras Suzana e Maria Emília:

Entrevistador: As senhoras, na infância e final da adolescência, chegaram a ver a mudança da madeira para o pino, que é essa que usam hoje?

Maria Emília: Não. Só agora.

Suzana: Eu fui ver isso quando fiz faculdade. Eu fiz Ciências Biológicas junto com Matemática. E daí que a gente foi aprender o que que era esse pinheiro americano e o mal que faz pro solo.

ME: Por último a gente ficou sabendo. Mas agora ninguém mais planta né? Me parece...

E: Não, o pino continua! Porque é o único que pode derrubar e é o que cresce melhor para o pessoal.

S: Sim, mas e o mal que faz pro solo? (Entrevista com Suzana e Maria Emília Guimarães realizada em 4 de agosto de 2022)

Contemporâneas, mas afastadas da dinâmica das madeiras, as irmãs Suzana e Maria Emília nos mostram um pouco da percepção do senso comum de Lagoa Vermelha. Elas não sabiam o quão danoso é o pino para o solo e para o ecossistema, até que Suzana começou a sua graduação em Ciências Biológicas, onde pôde estudar e entender o impacto do pino. É

interessante perceber que Maria Emília acredita que “ninguém mais planta”, mesmo que a cidade esteja repleta de pinos nas suas imediações. Ora, como vimos pela fala do senhor Arthur, ainda existe um relevante cultivo de pinos. As figuras 21 e 22 elucidam esse fato:



Figura 21: terreno para plantio de pinos em Lagoa Vermelha. Disponível em: Google Earth.



Figura 22: estrada RS-126, que une Lagoa Vermelha com Sananduva. Disponível em: Google Earth.

A figura 21 é a fotografia de um terreno usado para o cultivo do pino. No momento da produção da imagem, a maior parte da área já havia sido derrubada, uma vez que as árvores são usadas tanto pelas serrarias, quanto pela indústria de celulose (MORETTO, 2010, p.208-209). Podemos perceber que algumas permaneceram, principalmente no topo do morro e em

pequenas ilhas. O que mais nos interessa aqui, porém, é o solo. Com uma aparência escura e seca, não resta nada depois da retirada das árvores. Vastas áreas desoladas dessa forma são comuns quando se fala do plantio do pino.

A figura 22, por sua vez, mostra um trecho de uma rodovia cercada por pinos. A comunidade lagoense e sananduense conhece bem esse local, conhecido por ser ótimo para fotografias em virtude da sensação melancólica e sombria transmitida pela escuridão das copas das árvores. Os raios de sol chegam com pouca intensidade no solo, contribuindo para tal atmosfera. Obviamente, isso é tudo artificial, já que se trata de uma espécie exótica. A figura 22 é o melhor exemplo de uma paisagem, no sentido de Warren Dean. Um local considerado bonito e agradável, porque foi totalmente alterado pela ação humana. De qualquer forma, em ambas as figuras podemos perceber a presença do pino, já naturalizada pela população, como fica implícito na fala de Maria Emília ao acreditar que “ninguém mais planta”, mesmo havendo tantos por aí.

Voltemos à ideia de *reflorestamento*. Como pudemos ver, em Lagoa Vermelha o pino foi adotado por alguns madeireiros com o auxílio do INP e ainda hoje a espécie se encontra presente no município. A ideia de reflorestar existente no senso comum é uma das razões pela qual o pino ficou naturalizado na mente das pessoas. De acordo com Samira Moretto, nos anos 1970 o pino recebeu um forte apoio do Governo, interessado na sua adoção. Para tanto, muitas propagandas sobre reflorestamento foram feitas, tendo o pino como modelo e o argumento de que reflorestar seria benéfico para a natureza. E reflorestar com *qualquer* espécie (MORETTO, 2010, p.215-220). É claro, os danos ambientais, principalmente a drenagem do solo, não eram levados em conta. Afinal, “árvore é tudo igual”.

É claro, não podemos silenciar e ignorar as tentativas que foram feitas de plantio e cultivo da própria araucária, ainda nos anos 1950. “Mas o plantio de araucária não se mostrou satisfatório para o setor madeireiro, considerando o longo período de crescimento dessa espécie” (MORETTO, 2010, p.184-185). Como vimos, as araucárias só poderiam ser derrubadas a partir dos 40cm de diâmetro, o que levaria pelo menos 40 anos de crescimento (SÁ, 2017, p.103). A demanda industrial pela natureza-barata encontrou então sua salvação no pino, mais rápido, ainda que menos produtivo. De qualquer forma, várias tentativas de cultivo de monocultura da araucária foram feitas, principalmente na FLONA PF, sendo que “durante a década de 1960, parte considerável da superfície do Parque Florestal José Segadas Viana [Floresta Nacional de Passo Fundo] encontrava-se coberta com monocultivos de araucária” (SÁ, 2017 p.99).

Alguns de nossos entrevistados lembram de tentativas particulares de plantio com a araucária:

Entrevistador: A senhora sabe de quem ele [Arnaldo Trein] comprou essas terras pra poder construir a madeireira?

Eloá Trein: Não sei. Não saberia te dizer. Ele falava, mas eu não sei. [...] Mas ele sempre teve assim, cuidados. Ele tinha lá do lado das serrarias um tanto de terra onde plantava os pinhões pra reflorestar.

E: O pinhão mesmo?!

ET: O pinhão mesmo. Plantava pinhão pra ser um reflorestamento, como é de certo até hoje, que eu não vou mais lá, então não sei. (Entrevista com Eloá Trein realizada em 3 de agosto de 2022)

A senhora Eloá recorda que seu marido, Arnaldo, plantava o pinhão da araucária para o plantio. Como vimos, o período de atuação de Arnaldo no setor foi nas décadas de 1940 e 1950. Considerando o relato do senhor Arthur Smaniotto, de que uma parte do Imposto de Renda da empresa era destinada ao INP e ao replantio, deduzimos que os pinhões plantados por Arnaldo possivelmente vinham da FLONA PF. Afinal, a Trein & Ferreira foi uma das mais importantes indústrias madeireiras do Rio Grande do Sul; seria sem dúvidas um dos principais destinos para as mudas e testes que a Floresta Nacional vinha desenvolvendo.

Chama a atenção também o fato de Eloá acreditar que talvez seja feito o reflorestamento “até hoje”. Infelizmente, não temos acesso a fotografias da época, nem sabemos o local exato onde existia a serraria Trein em Cacique Doble, mas considerando a bibliografia e imagens de satélites, não acreditamos que hoje se continue fazendo alguma espécie de reflorestamento. Salvo, é claro, o plantio de pino.

Em Paim Filho, o senhor César Cavaletti também presenciou tentativas de plantio e reflorestamento com a araucária, a qual enfrentou um grande obstáculo:

Entrevistador: Mas o pinheiro, ele [pai de César] não tentou fazer plantio?

César: Sim, ele tentou. Pinheiro ele tentou.

E: E por que ele tentou só? Não deu certo?

C: As formigas... (Entrevista com César Cavaletti realizada em 02 de agosto de 2022)

As formigas foram um grande entrave e impediram que o pai do senhor César pudesse fazer um amplo replantio de araucária. A questão das formigas também é mencionada pelo senhor Arthur Smaniotto:

Entrevistador: Ele [Boleslau Zamecki] fazia algum tipo de reflorestamento quando derrubava?

Arthur: Sim, lá no Barracão foi feito. Ele tinha lá uns 80 hectares de pinos.

E: Ah, mas ele reflorestava pinos então?

A: Reflorestou pinos. Porque na época o IBDF, que hoje é o IBAMA, obrigava você a reflorestar. Você podia reflorestar pinos ou eucaliptos. Mas a maioria das empresas reflorestava pinos. Era uma espécie vinda dos EUA.

E: Araucária ele não reflorestava?

A: Reflorestou muita araucária. Mas é bem difícil de fazer pegar. Porque com o pinhão, tem o rato, a cutia, animais silvestres que, aonde você planta, eles vêm e comem. Aí você tinha que plantar a muda, que até pegava bem, mas a formiga gosta muito... Então é um cultivo bem difícil. Existe lá na fazenda, que hoje é da minha mãe, um reflorestamento de araucária, mas foi por uma imposição da justiça. A justiça que obrigou ele a reflorestar. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

Podemos perceber uma série de dificuldades encontradas por quem buscava plantar a araucária. O pinhão, era consumido pela fauna local. A muda, era destruída pelas formigas<sup>61</sup>. Aliando essas dificuldades com o longo tempo de crescimento da espécie, podemos entender como a lógica do capital e a demanda por natureza-barata fez com que o pino fosse visto como o melhor candidato para o “reflorestamento”.

A fala do senhor Arthur também destaca a presença de uma nova figura: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF. O sucessor do INP é fundado em 1966 e dentre suas tarefas, estava a promoção e financiamento de projetos de reflorestamento (MORETTO, 2010, p.143-144). É claro, nenhum dano ambiental foi calculado, uma vez que o conceito de *reflorestar*, era simplesmente ter acesso à matéria prima para a indústria. De qualquer modo, também percebemos que o IBDF impunha a obrigatoriedade do replantio, mas é claro, sem determinar qual espécie poderia ser plantada. Todos esses elementos em conjunto nos permitem entender o porquê de o pino ter sido escolhido como a matéria-prima das madeireiras a partir de 1970.

Quanto aos projetos realizados pelo órgão, o senhor César nos conta um pouco sobre um investimento que seu pai fez, por ordens do IBDF:

Entrevistador: [...] ali por 1969 acho que é, o IBDF proíbe a derrubada do pinheiro e começa toda a questão do replantio. Como foi para o seu pai essa questão?

César: Foi muito complicado! Muito complicado. Porque eles vinham de uma mentalidade onde tudo podia. Tudo podia. E o pai era uma pessoa assim, muito ativa, muito de querer ir na frente. E aí o IBDF na época veio e começou a, como que vou dizer, não chegavam nem para orientar. Era tipo a polícia fazendo uma abordagem na rua, chegar metendo a arma na cara da pessoa sem saber quem é. Chegaram nele pesado e o pai foi enfrentar. Aí foi a pior coisa... [pausa para lembrar]

E: O que aconteceu?

C: Ah, daí eles vinham constantemente. Chegavam ali: "madeira sem nota", "não sei o que sem nota" e tal. E multa.

E: Meio que marcaram ele.

C: Sim, sim. É bem isso...

E: Isso foi durante muito tempo? Depois eles pararam de incomodar um pouco?

C: Não, direto vinham... Foi até quando o pai disse: "tá, mas vocês vão parar de me incomodar? Ou tem algum jeito de eu fazer vocês pararem de me incomodar?" "Não, se o senhor comprar uma cota de reflorestamento..." Eu me lembro do nome Cidreira,

---

<sup>61</sup> Não nos foi informado qual a espécie de formiga, mas acreditamos que se trate de alguma do gênero *Atta*, conhecidas popularmente como “saúvas”, ou “formigas cortadeiras”. Grandes e famintas, desde a época da colônia elas costumam atacar plantações e lavouras, consumindo tudo o que encontram (DEAN, 2021, p.124-127).

Projeto Cidreira. Se era lá em Cidreira ou onde era, não sei. Eu sei que o pai começou a pagar aquilo lá, daí pararam. E acho que ninguém plantou nada, só pegaram o dinheiro... Tipo político [risos].

E: Então no caso, o reflorestamento dele não era plantando aqui, era dando dinheiro para esse projeto.

C: Isso, para o projeto. Até o pai tentou reflorestar aqui, uns pinos. O pai plantou acho que uns três hectares de pinheiro. [...] As formigas pegaram e mataram tudo. Aí na época era só máquina, veneno. Tu matavas uma casa aqui, tinha no outro canto, aparecia outra do nada de noite, limpava... Se é hoje, tu colocas até algodão no pé, já ajuda a isolar. Tem um veneno próprio [para as formigas], tipo um imã, não sei como que é. (Entrevista com César Cavaletti realizada em 2 de agosto de 2022)

César tem péssimas lembranças quanto à atuação deste órgão. Ao que parece, os agentes do IBDF usavam da sua posição de poder para cometer abusos e pressionar madeireiros. É claro, não é possível afirmar que de fato era isso que ocorria, uma vez que contamos apenas com o relato de César. Mas de qualquer modo, podemos ver que havia uma certa antipatia e animosidade entre as partes, decorrentes da imposição de leis sobre pessoas que “vinham de uma mentalidade onde tudo podia”. Com essa frase, o senhor César quer nos dizer que nos povoados e cidades da Grande Lagoa Vermelha, não havia muita restrição quanto à prática econômica das madeiras. A chegada de um órgão fiscalizador deve ter sido um verdadeiro impacto na lógica colonial dos *gringos*.

Outro ponto importante no relato, é o tal “Projeto Cidreira”. Cidreira é uma cidade localizada no litoral gaúcho, próxima de Porto Alegre. Não entraremos na discussão sobre a existência ou não do tal projeto por fugir dos limites deste trabalho. O que nos importa aqui, é ver que ajudar a financiar esse projeto, foi o que fez os agentes do IBDF deixarem de pressionar o pai de César. O fato de que o entrevistado supõe que talvez “ninguém plantou nada, só pegaram o dinheiro” nos leva a crer que os madeireiros não viam e nem recebiam os resultados desses investimentos que, muitas vezes, eram coagidos a patrocinar.

Uma última questão que convém abordar nessa discussão sobre o reflorestamento de pinos e o uso desses pela indústria madeireira, pode ser encontrada na fala do senhor Irani:

Entrevistador: [...] por volta dos 1969 eles [Governo] proibem a derrubada da araucária e começam a vir os pinos e tudo o mais. O senhor chegou a presenciar esse momento?

Irani: Presenciei, eu ainda estava na ativa. Terminara, as madeiras por isso. Uns se quebraram, outros pararam porque não podiam derrubar. E daí foram para os pinos. Só que a serraria de pino, era diferente. Umas serrarias mais... a madeira não era comprida que nem antigamente. [...]

E: Mas o senhor chegou a derrubar pino também, ou só puxava?

I: Derrubei e puxei.

E: Qual é a principal diferença entre derrubar um pino e uma araucária?

I: Ah é grande. Araucária você sabe, ela é árvore nativa. Está lá no meio de todo o mato nativo, aqueles matos grandes. Aí fica mais difícil. Se você não souber derrubar uma árvore daquelas lá, você faz um estrago nas outras árvores. Isso é uma ciência que existe. Qualquer cara pega hoje uma motosserra, mas antigamente com o serrote...

E o pino não, o pino está ali para cair né. (Entrevista com Irani Barros realizada em 3 de agosto de 2022)

Como vimos no início deste trabalho, a araucária tem uma função chave na manutenção do ecossistema, servindo como fonte de alimento para a fauna e de proteção para espécies arbóreas menores. Peter Wohlleben (2017, p.10), em um estudo sobre o comportamento das árvores, observou que as raízes das espécies interagem entre si, havendo inclusive a troca de nutrientes para que toda a “comunidade” arbórea consiga estar saudável. Mais do que isso, as árvores em florestas naturais, possuem uma integração muito forte também nos troncos e galhos, onde “um par de árvores amigas de verdade cuida para que nenhum galho grosso demais se estenda em direção a outra” (WOHLLEBEN, 2017, p.12). O relato do senhor Irani aponta para uma percepção – ainda que inconsciente – dessa comunidade, dessa integração entre as árvores. Afinal, como nos diz o entrevistado, “se você não souber derrubar uma árvore daquelas lá, você faz um estrago nas outras árvores”. Mais do que derrubar junto árvores vizinhas, há também o estrago causado nas raízes e na comunicação da comunidade.

O resultado do desmatamento e a derrubada de árvores de forma exagerada e negligente, pode ser percebido no seguinte trecho:

Quando o homem resolve “ajudar” alguns espécimes livrando-os da suposta concorrência da mesma espécie, acaba deixando as árvores restantes solitárias. Elas mandam mensagens às árvores vizinhas em vão, pois restam apenas os tocos de seus troncos. Com isso, cada uma passa a cuidar apenas de si, e surgem grandes diferenças de produtividade entre os membros. Muitos indivíduos realizam tanta fotossíntese que transbordam açúcar. Assim, crescem melhor e ficam saudáveis, mas não vivem mais tempo, pois a qualidade da árvore depende da mata que a rodeia. (WOHLLEBEN, 2017, p.21)

Ou seja, não basta apenas derrubar as árvores com mais de 40cm de diâmetro – como determinado pelo INP – e deixar que as menores cresçam. As árvores pequenas não alcançarão medidas assim, porque a cadeia de interação entre as árvores foi rompida. Wohlleben (2017, p.157) chega a dizer que essas árvores, são semelhantes a “crianças de rua” justamente por terem de se virar sozinhas, sem mãe e pai.

Vejamos a continuação do relato do senhor Irani:

Irani: [...]. Qualquer cara pega hoje uma motosserra, mas antigamente com o serrote... E o pino não, o pino está ali para cair né. Você derruba e dá continuação um atrás do outro. Claro, é uma exceção na época dos debates. O desbaste, você vai ralhando. Tira um, deixa um ali e outro ali, tira aquele do meio. Depois vai e faz a mesma coisa ali pra frente. Vai indo até que eles engrossam mais, crescem mais...

E: Tinha a mesma quantidade de acidente com os pinos? Ou a araucária era mais perigosa?

I: Ah, a araucária era bem mais perigosa pelo mato nativo. Muitas vezes no mato nativo tem um galho que quebra. O pinheiro tem os galhos que às vezes, quando ele ia cair, enroscava numa árvore. Vinha até uma altura e depois quebrava o galho. O

perigo era ela voltar, trazer o galho de volta. Era uma situação onde, quando derrubava, tinha que se retirar longe! Senão você podia sofrer um acidente! Era um chicote! Isso aí acontecia, mas graças a Deus nunca tivemos acidente nesse tipo de coisa. (Entrevista com Irani Barros realizada em 3 de agosto de 2022)

O senhor Irani aponta que é mais fácil fazer a derrubada da araucária com a motosserra. O pino, desde sua implementação, sempre teve seu corte feito com essa máquina. Mais do que isso, por se tratar de uma espécie exótica e inserida pela humanidade, a própria organização do *Pinus spp* é diferente. O senhor Irani deixa entendido que a forma de derrubada é feita em linha reta, com os pinos alinhados e o lenhador derrubando as árvores na fileira. Mas nunca uma atrás da outra; sempre derrubando uma, preservando outra, justamente para que a espécie vá se reproduzindo. A figura 23 facilita que observemos essas nuances.

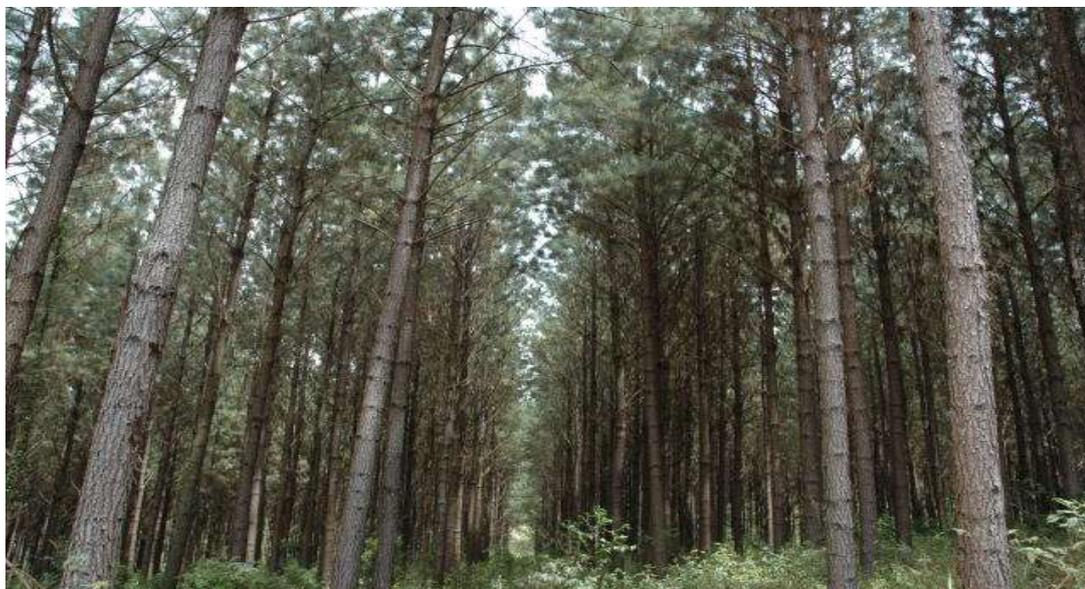


Figura 23: plantação de pinos em Telêmaco Borba/PR. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-imagens/-/midia/3356001/plantio-de-pinus>

Podemos perceber as fileiras de pinos, projetadas pelo ser humano em busca da apropriação da natureza barata. Fileiras para a derrubada rápida; árvores plantadas no mesmo período para terem a mesma quantidade de madeira e produção; um terreno destinado à monocultura, dando origem ao chamado *deserto verde*. O cenário é muito diferente de uma floresta nativa, representada pela figura 24:

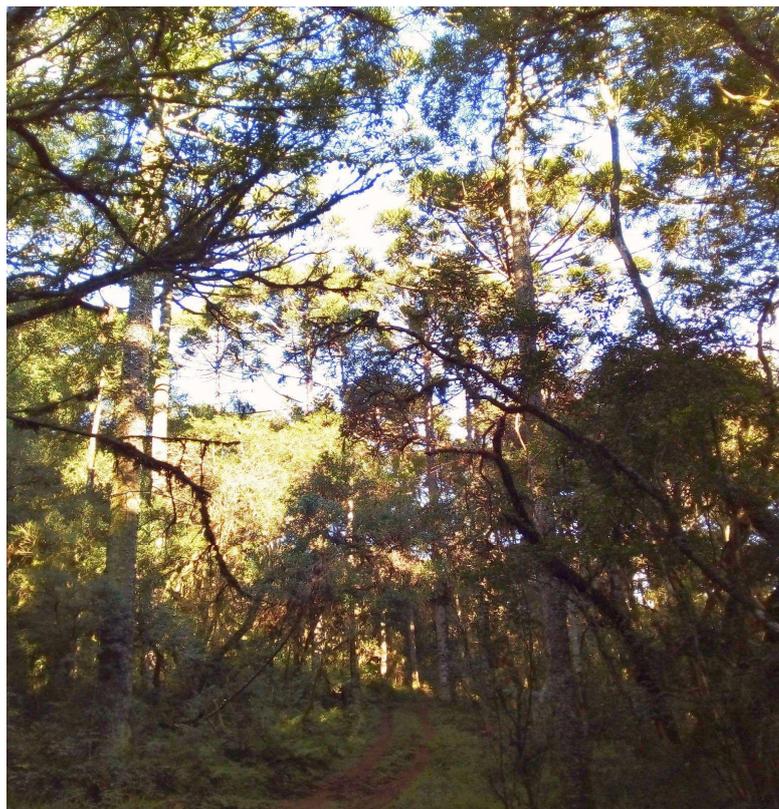


Figura 24: mato nativo em Lagoa Vermelha. Acervo do autor<sup>62</sup>.

Por mais que as araucárias estejam presentes na margem do caminho no centro da figura 24, podemos ver que o ecossistema como um todo não está ordenado pela lógica do capital, como acontece na figura 23. A figura 24 nos faz imaginar como deveriam ser as florestas, capões e bosques lagoenses durante as décadas de 1940 a 1980...

Enfim, podemos perceber por meio das reflexões aqui propostas que os órgãos oficiais, principalmente o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), tiveram um papel importante na promoção do plantio de pino e eventual substituição da madeira de araucária. A ideia de natureza-barata aplica-se perfeitamente aqui, uma vez que a propaganda dos pinos foi feita em virtude de ser uma espécie mais barata, mais simples de cultivar e que fica pronta para o abate em menos tempo. Apesar de ter menos produtividade, o que vale para a lógica da natureza-barata, é ter uma força-de-trabalho a custos mínimos (MOORE, 2022, p.160). Força de trabalho aqui, também consideramos o trabalho da própria natureza, o trabalho do pino em crescer. Através de projetos como o cultivo na Floresta Nacional de Passo Fundo, de legislações que obrigavam o plantio de qualquer espécie e com possíveis práticas persecutórias – como a relatada pelo senhor César Cavaletti – os órgãos oficiais trabalharam junto com os madeireiros

---

<sup>62</sup> Esta figura em especial precisou ser editada para ficar com mais brilho. A foto original é bem escura em virtude das sombras das gigantes araucárias.

não apenas para manter o setor, mas também para mudar a ótica de valor. Não é mais o pinheiro que tem valor; agora é o pino. A paisagem então, deve ser construída com aquilo que vale mais.

É claro, também podemos recorrer aos relatos dos senhores Irani e Darcilo para perceber que a proibição do corte de araucária e o aumento da monocultura de pinos pelos grandes madeireiros fez com que muitas serrarias menores quebrassem, resultando em mais mão de obra barata para trabalhar na cidade, que a partir de 1980 começa a se distanciar da produção de madeira e focar na produção de móveis (BARBOSA, 1981, p.248). Mas é claro, nada se compara ao ecossistema e à mata nativa que agora, sem a maior parte das grandes árvores e com a crescente presença da invasora *Pinus spp*, passa a lutar para sobreviver em meio a uma comunidade destruída.

#### 4 PRINCESA DO PINHO: A MEMÓRIA E A PAISAGEM

Façamos agora uma rápida sesteada<sup>63</sup> nesta coxilha antes de seguirmos adiante. Fizemos um longo passeio pelas madeiras, onde ouvimos as vozes de diferentes pessoas e sobre o trabalho que faziam. Agora, entraremos de vez na análise da memória e das paisagens acerca das madeiras e seu impacto na mata de araucárias, para entendermos a resistência e a destruição delas. É claro, seguiremos com nossos e nossas guias e as entrevistas, que também têm muito o que falar sobre a memória e a paisagem, principalmente sobre conflitos de narrativas que os diferentes grupos criaram no contexto de uma cidade que crescia e enriquecia através da acumulação da natureza-barata.

Convém retomar alguns conceitos que já foram trazidos anteriormente neste trabalho, em especial a *paisagem*. Em referência ao historiador Roderick Nash, Donald Worster (1991, p.200) recomendou “que encarássemos (sic) toda a paisagem ao nosso redor como um tipo de documento histórico”. Na História Ambiental, a paisagem, mais do que um elemento de referência, um conceito, é também um objeto de análise. No presente trabalho, como também pesquisamos a memória e a subjetividade das pessoas, esse ideal de paisagem é buscado dentro da percepção individual de cada um. Afinal, a paisagem para a senhora Eloá, provavelmente será diferente do que a paisagem do senhor Irani.

Da mesma forma, a conceituação da paisagem como um espaço domesticado e alterado pela humanidade (DEAN, 2021, p.23-24) também se alinha com o conceito de natureza-barata e a lógica do capital como elemento de alteração do ambiente (MOORE, 2015, p.141). Passo

---

<sup>63</sup> Sestear: descanso, normalmente depois do almoço.

Fundo é um excelente local para se analisar essa questão, uma vez que as dinâmicas econômicas do município enxergavam os recursos naturais quase que como “infinitos”, principalmente a madeira (TEDESCO; SANDER, 2002, p.194). Isso sem falar nos setores agrícolas e comerciais, responsáveis por uma vasta circulação monetária e incentivador de investimentos e expansões sobre o espaço natural, visando promover maior acumulação de capital (TEDESCO; SANDER, p.73).

Com isso em mente, pretendemos neste capítulo, voltar às memórias e buscar compreender como as pessoas enxergam a paisagem e as alterações realizadas pela indústria da madeira. E destacamos “indústria”, porque como vimos, as mudanças não foram feitas exclusivamente por indivíduos e particulares. Seguimos o raciocínio de Gil Ferri, Claiton Silva e Samira Moretto:

É certo que os colonos de origem italiana contribuíram para a maior alteração da paisagem. Porém, as mudanças causadas na natureza local foram protagonizadas por todos os sujeitos deste território. Somam-se ainda os sujeitos vinculados à políticas estatais e empreendimentos privados que, mesmo planejando à distância, desencadearam grandes intervenções na paisagem (2018, p.67).

Além dos indivíduos, vimos também que os órgãos oficiais impactaram na mudança da paisagem de Lagoa Vermelha, em especial, o Instituto Nacional do Pinho (INP), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA PF). Por fim, convém explicar a razão para o nome deste capítulo: *Princesa do Pinho*. A senhora Iolanda Mendes Garcez nos apresenta o motivo:

Iolanda: Eu morava em São José do Ouro e vinha para cá [Lagoa Vermelha]. Nos bailes daqui, lançaram-me como candidata a Princesa do Pinho. Tinha que vender uns carnês, mas como eu era muito tímida, não vendi nenhum! [...] Quando foi uns dois dias antes do evento, avisaram-me que era para vir para Lagoa porque tinha sido escolhida Princesa do Pinho. Tive que me preparar para o baile [...] Estava lotado de gente, eram umas 12 candidatas, 12 princesas, mas eu era a primeira princesa. Quando foi na hora, chamaram a primeira princesa: Iolanda Moojen Mendes. Quase derrubaram o clube de tanto bater palma! Batiam, batiam, gritavam, gritavam! [...] Venderam os carnês por mim, porque eu não vendi nada! [risos] (Entrevista com Iolanda Garcez realizada em 10 de abril de 2022)

O título de Capital do Pinho na década de 1950 (BARBOSA, 1981, p.207) não era novo, tendo sido concedido anteriormente a Carazinho na década de 1930 (WENTZ, 2004, p.81). Lagoa Vermelha, então, uniu sua fama de centro madeireiro, com a fama da beleza da mulher gaúcha e, durante os anos 1950, promoveu o concurso de beleza *Princesa do Pinho*. A senhora Iolanda foi várias vezes vencedora desse concurso e, ao que tudo indica, a memória oficial do município (inclusive na música de José Mendes, *Saudade de Lagoa Vermelha*) passou a utilizar esse evento como título municipal, talvez para se diferenciar da antiga Capital do Pinho,

Carazinho. De todo modo, podemos perceber o peso que a indústria madeireira e as araucárias tinham para a identidade municipal.

#### 4.1 MEMÓRIAS DA MADEIRA

A indústria madeireira impactou profundamente a cidade de Lagoa Vermelha, trazendo a urbanização para o município que até então era quase que totalmente rural (Tabela 2)

No ano de 1955, Lagoa Vermelha era uma cidade pacata, começando a receber serrarias que haveriam de transformar a face daquela cidade. O povo da pacata localidade, com ruas sem calçamento, pouca iluminação em postes de madeira, apenas nas ruas centrais, tirava água de poços, e aproveitava as sangas para lavar roupa e manter o hábito de tratar uma ou duas vacas de leite [...] (ANDRADE, 2020, p.76)

Esse trecho foi escrito por José Antônio de Andrade em seu livro de memórias. Podemos ver que ele aponta a chegada das serrarias na então pacata cidade de Lagoa Vermelha, o que indica que esse foi o momento de ruptura e de transição daquele modo de vida anterior. Os campeiros, a elite econômica até então, tiveram uma percepção mais acentuada e antipática desse processo. O contemporâneo Demétrio Dias de Moraes (1967, p.125) exalta a criação pecuária como sendo “uma das maiores fontes [de renda] atuais do município”. Ainda assim, não diminui a importância que as madeiras tinham, como se percebe na sua fala sobre a indústria municipal: “A indústria principal, apesar das emancipações dos distritos das matas, ainda é a da madeira” (MORAES, 1967, p.125). Essa, porém, é a única referência a esse setor em toda a sua obra.

Como vimos na Tabela 1, Lagoa Vermelha chegou a ter 91.030 habitantes em 1954. Esse número logo diminuiu justamente pela emancipação dos distritos. Em 1980, a população total do município estava na casa dos 29.105 habitantes, sendo que pela primeira vez, a maioria estava na sede: 16.559 habitantes urbanos e 11.235 habitantes rurais (BARBOSA, 1981, p.178). Em 1980 a indústria madeireira já havia terminado, restando apenas as maiores que trabalhavam com o *Pinus spp.* Barbosa (1981, p.179) também destaca a presença de um grande êxodo rural porque “as pequenas propriedades rurais vão sendo absorvidas pelos grandes empresários da agricultura mecanizada e da pecuária”. O próprio Demétrio Dias de Moraes era um defensor dessa prática, ao afirmar que “o futuro promissor de Lagoa Vermelha, consiste sem dúvida alguma na agricultura” (MORAES, 1967, p.126). Ele complementa, com a seguinte afirmação:

A reforma [agrária] tem que ser aplicada, onde ela faltar, mas não onde pode trazer a derrocada da pecuária. As fazendas não existem mais em nosso meio lagoense. Os latifundiários se foram e os minifundiários vieram em excesso. Não podemos mais

criar o nosso gado à solta nas invernadas abertas. O apêto [sic] chegou cedo e aumentará mais ainda, não podemos ter quantidade, mas podemos ter qualidade. (MORAES, 1967., p.193)

Percebemos claramente que Demétrio, campeiro, mostra-se apreensivo com uma queda ainda maior do prestígio da classe pecuarista. Há uma nítida reclamação sobre a falta de invernadas que possam ser usadas em virtude da presença de minifúndios. Ao que parece, porém, ele defende a aplicação de alguma espécie de reforma agrária. Se para ele a agricultura é o futuro, a pecuária não pode ser impactada negativamente e já há muitos minifúndios, quem então deve ser afetado pela reforma? Não vemos outra resposta além de “os madeireiros”. Afinal, os *gringos* e suas serrarias são o único grupo rural que não tem suas práticas econômicas defendidas por Demétrio.

Essa espécie de conflito entre campeiros e *gringos* não era novidade. Em Passo Fundo já havia algo semelhante. Os colonos recém chegados dedicavam-se inicialmente à agricultura, algo estranho e que não interessava à elite local, acostumada com a lida de campo e porque o trabalho agrícola era muito manual, de certa forma, sendo associado com a recém abolida escravidão (TEDESCO; SANDER, 2002, p.78). Novamente vemos aqui o conflito por questões econômicas.

Passo Fundo tem outro caso importante que se assemelha a Lagoa Vermelha. A indústria madeireira se desenvolve apesar da antipatia dos campeiros pecuaristas. Com a decadência delas, os *gringos* voltarão a praticar o que já faziam: agricultura. “Grandes madeireiros se transformaram depois em granjeiros” (TEDESCO; SANDER, 2002, p.81), ou seja, usaram suas grandes áreas rurais de madeira e seu alto capital para fazer uma produção agrícola mais intensa, principalmente contando com a presença de máquinas agrícolas a partir dos anos 1950.

Ana Carine Cerva (2014) realizou um estudo sobre a construção da etnicidade em um distrito de Caxias do Sul, justamente observando esse conflito entre a elite econômica descendente de europeus e a elite econômica tradicional gaúcha. De modo a compreender como os grupos se definiam etnicamente, a autora elencou *espaços sociais* onde poderiam construir e permear a memória coletiva do grupo (CERVA, 2014, p.46). O foco do estudo, o distrito de Vila Seca, situa-se nos Campos de Cima da Serra e foi povoado por luso-brasileiros desde antes da chegada dos imigrantes. Caxias do Sul, por sua vez, é fortemente ancorada no ideal de “italianidade” e na herança dos colonizadores (CERVA, 2014, p.37-63). Não entraremos em detalhes por fugir do nosso assunto, mas o suporte essencial do trabalho de Ana Carine Cerva está na observação da etnicidade e como essa vai sendo construída e alterada, dependendo do

sentido que o grupo étnico quer dar para si próprio e dos espaços que usam para legitimar sua condição (CERVA, 2014, p.33).

No caso dos lagoenses da época das madeireiras, temos Demétrio Dias de Moraes como representante do grupo social que se identifica pela pecuária, pelo trabalho no campo, contrapondo-se aos recém-chegados madeireiros. Na sua obra de 1953, *Torrão Amado*, não há nenhuma referência às madeireiras ou aos descendentes de europeus. Todavia, nas últimas páginas, o memorialista exalta “uma das mais auspiciosas iniciativas de Lagoa Vermelha” (MORAES, 1953, p.71). Trata-se da exposição agropecuária realizada em dezembro de 1953. Moraes acreditava que esse evento iria levar “a todos os recantos da nossa Pátria a fotografia da pujança econômica da nossa amada terra” (MORAES, 1953, p.71). Essa pujança, seria representada pela pecuária, mas isso não correspondia à realidade. As madeireiras dos *gringos* eram a verdadeira pujança econômica do município. Por que Demétrio Dias de Moraes parece não ter dado nenhuma atenção a esse setor?

Em sua outra obra, publicada em 1967, podemos ter algumas respostas. Ao rememorar a mencionada exposição agropecuária, Moraes (1967, p.192) inicia com a seguinte frase: “Somos filhos de ruralistas, nascemos nas campinas verdes do nosso caro Rio Grande e os nossos primeiros passos na vida dêste mundo de surpresas e de incertezas, demo-los nessas plagas magníficas”. Vemos que o memorialista estava construindo a etnicidade lagoense. Os filhos de Lagoa Vermelha eram especificamente do campo, da gente que vivia nas campinas. O sangue lagoense não é urbano, não é industrial, não é da floresta. O espaço social dos campeiros é o que define o “ser lagoense”. Visivelmente há uma contraposição ao grupo dos *gringos*, que sempre exaltam suas origens na Colônia e no trabalho (TEDESCO; SANDER, 2002, p.179).

Mais adiante sua fala é mais direta:

As nossas indústrias extrativas de madeira, são de caráter transitório, temos a certeza de que mais dias e menos dias elas estarão restritas pelo desgaste desmedido do machado. Necessitamos criar indústrias manufatureiras de caráter perene, fazer replantio de árvores e incentivar a agricultura; aprimorar o nosso gado, não podemos proteger um em detrimento do outro; reforma agrária que vem em detrimento da pecuária, não é reforma agrária. (MORAES, 1967, p.193)

Voltamos à questão da reforma agrária. Nesse trecho, Moraes claramente aponta que a indústria madeireira é um problema. Ela é transitória, ela vai acabar. A madeira deve ser substituída pela agricultura e são as propriedades das madeireiras que devem ser atingidas pela reforma. Seria um sacrifício para o bem comum.

Podemos ver nos escritos de Demétrio Dias de Moraes algo semelhante ao conceito de *ressentimento*, presente nos estudos sobre Memória (BRESCIANI; NAXARA, 2001). Trata-se de uma espécie de ódio ou rancor que determinado grupo tem frente a outro, uma sensação negativa que se armazena e que é compartilhada pelos pares. Não acreditamos que Moraes estivesse tão próximo assim ao “ódio”, mas seu ressentimento se situa muito mais numa espécie de orgulho étnico e econômico. Os recém chegados *gringos*, com suas indústrias, rapidamente ocuparam espaços de destaque na sociedade lagoense, que já existia como povoado há quase um século. Em face disso, podemos entender o porquê de Demétrio, que possuía um laboratório de biomedicina, decidir escrever livros de história local. Construindo narrativas, teria mais domínio e controle da memória da cidade, controlando tanto o passado, quanto o presente (SEIXAS, 2001, p.42).

Temos assim a construção da memória coletiva. Para o sociólogo Maurice Halbwachs (2006, p.30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros”. Quando falamos de história, muitas das lembranças individuais que possuímos sobre determinados eventos sofrem impacto desses “outros”, conforme o discurso que vai sendo construído para definir a memória coletiva de um local ou de um grupo. Afinal, é a legitimação do grupo que vai dar o status de veracidade à memória compartilhada (HALBWACHS, 2006, p.41).

Considerando a sociedade humana e a multiplicidade de grupos e de instâncias de poder, é bem frequente que indivíduos acabem entrando em zonas de conflito de memória, onde diferentes grupos contam com lembranças diferentes. Essa interação influencia a memória individual e a condição do indivíduo (HALBWACHS, 2006, p.52), a maneira pela qual se enxerga e se reconhece na sociedade. Essa questão mais subjetiva, do indivíduo enxergar quem é e qual a sua identidade, é de suma importância pois é um elemento basilar para dizermos quem nós somos como sociedade (LE GOFF, 1990, p.412).

Podemos ver que a memória coletiva é, assim, um instrumento de poder, capaz de organizar a sociedade conforme a narrativa construída pelos detentores desse poder. Mais do que isso, a memória coletiva também pode causar amnésias coletivas (LE GOFF, 1990, p.368) através do apagamento de determinados eventos e circunstâncias que não favorecem as forças dominantes. Isso é de extrema periculosidade pois, como vimos, a memória é a identidade do indivíduo. Esquecer alguma lembrança, é esquecer parte de si. Mas é claro, havendo situações de poder, há também situações de resistência e o espaço da memória não foge dessa regra. Existem casos de “memórias divididas” (CONTINI apud PORTELLI, 2006, p.105), onde

grupos marginalizados, menores ou oprimidos, mantém suas memórias em confronto com a dita memória oficial. Podem conviver, podem se juntar, podem se adaptar. Geralmente quando falamos de pessoas em condições socioeconômicas mais delicadas, essa divisão resulta na reinvenção da memória coletiva do grupo em virtude da violência do poder dominante (MONTENEGRO, 2007, p.123).

Voltando para Demétrio Dias de Moraes e os campeiros, o memorialista buscou construir a memória coletiva do município de Lagoa Vermelha ancorada nos elementos do campo e da pecuária. Podemos dizer que obteve sucesso. Atualmente a cidade tem o título de *Capital Nacional do Churrasco*<sup>64</sup> e a memória oficial é fortemente baseada na questão das tropas e da pecuária, já aclamadas como a origem da cidade desde a época de Moraes. Todavia, a questão dos descendentes de italianos permanece. No evento *Raízes de Lagoa Vermelha*, ocorrido em 1993, o sociólogo Olívio Manfroi apresentou uma palestra onde disse as seguintes palavras:

Até agora o Encontro Raízes deteve-se no exame da contribuição dos Lusos, dos Índios e, principalmente, dos tropeiros na formação e povoamento do território da Grande Lagoa Vermelha. Aliás, a programação do Encontro privilegiou os temas ligados ao tropeirismo, ao período missionário e aos primeiros tempos do povoamento. Para quem não conhece essa região, o Encontro Raízes de Lagoa Vermelha poderia sugerir de que se trata de uma terra tipicamente lusa, povoada pelos descendentes de tropeiros e de criadores de muars e de gado. Entretanto, isso não corresponde à realidade. (MANFROI, 1993, p.104)

Assim como Demétrio Dias de Moraes aparentava uma insatisfação com a situação da cidade, dependente da indústria madeireira e diretamente associada com os descendentes de europeus (principalmente italianos, no caso lagoense), na década de 1990 eram *gringos* como Olívio Manfroi que manifestavam seu ressentimento com a memória oficial ancorada na narrativa dos tropeiros e campeiros. O sociólogo, ao final de sua palestra, engrandece seu grupo étnico ao afirmar que “eles [imigrantes italianos] dignificaram o trabalho braçal numa sociedade escravocrata que sempre reservara o trabalho com as mãos dos escravos. Eles queriam vencer, ganhar dinheiro, por isso trabalhavam e trabalhando foram crescendo e se expandindo” (MANFROI, 1993, p.108). Mais um caso onde a memória do grupo é legitimada em um traço específico: os campeiros são do campo e ligados à pecuária; os *gringos* trabalham com a própria força e almejam enriquecer. Claramente um caso de disputa de memória e de formação da etnicidade a partir do espaço social ocupado (CERVA, 2014, p.142).

---

<sup>64</sup>BRASIL. Lei 14.256, disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14256.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14256.htm). Acesso em 05 abril 2022

Retornemos para nossas entrevistas. A senhora Eloá nos conta um pouco da vida de seu marido Arnaldo depois que ele saiu do ramo da madeira:

Entrevistador: [...] quando foi que ele [Arnaldo] parou de trabalhar com madeira?

Eloá Trein: Com madeira? Em 1949 ele arrendou um campo aqui onde é o Capão Bonito [município vizinho]. [...] Então o Arnaldo arrendou este campo para gado nessa época. E ficou alguns anos com gado, acho que uns cinco ou seis anos.

E: E aí ele ficou na pecuária, no campo, até o fim da vida?

ET: Não. Ele ficou na agricultura. Ele ficou cinco anos com gado, até que compraram tudo lá na exposição [possivelmente a já mencionada exposição de 1953], depois outro lá naquela cidade alemã perto de Porto Alegre [...] Então o Arnaldo começou, acho que em 1950, que ele plantou a primeira vez [...]

Arginor: Nós fomos para Porto Alegre em 1955, 1956. Acho que ali por 1952, 1953 por aí [que Arnaldo começou o trabalho com agricultura]. Porque assim, se em 1949 ele arrendou, teve cinco anos com gado, aí seria 1954. Por aí, seria essa data. Para poder fechar o calendário.

Rosaura: O Arnaldo [filho] tinha nascido? Então foi em 1954.

ET: Arnaldo nasceu em 1954. É, então foi quando o Arnaldo [filho] nasceu, em 1954.

E: E aí a partir disso ficou só na agricultura?

ET: Só na agricultura. Ele tinha um pouco de gado, mas não fazia parte de negócios. (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

As datas fornecidas são bastante confusas e algumas vezes desconexas. Considerando que o casal veio para Lagoa Vermelha em 1946, a empresa Trein & Ferreira teria pouco tempo de atuação se Arnaldo de fato saiu do ramo em 1949. Todavia, como ele ganhou prêmios estaduais e o filho do casal, nos anos 1960, reconheceu na Alemanha a produção da madeireira, não faz sentido que o empreendimento tenha durado apenas três anos. Acreditamos que o que aconteceu foi que Arnaldo, ao mesmo tempo em que lidava com a serraria, também adquiriu propriedades para a criação agropecuária. Isso não era algo incomum, já que em Vacaria por exemplo, existem casos semelhantes, de madeireiros que possuem propriedades agrícolas e passam a se dedicar a essas últimas quando da decadência das primeiras (ROSSI, 2015, p.152).

Boleslau Zamecki foi outro madeireiro que se envolveu no mundo agropecuário após sair da indústria:

Entrevistador: O senhor disse que ele [Boleslau Zamecki] trabalhou na madeira até os anos 1990 né. Aí ele se aposentou e fez algo depois?

Arthur: Não, ele nunca se aposentou.

E: Trabalhou até quantos anos?

A: Ele trabalhou até morrer, até os 88 anos. Mas daí, como ele tinha fazenda, ele se destinou mais à pecuária. Ele era criador de gado. Com esse dinheiro que ele conseguiu arrecadar com o corte de pinheiro, ele foi investindo em terras. Então ele virou criador. (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

O senhor Boleslau fez uma espécie de investimento, já que aplicava o lucro das madeiras na aquisição de terras. Quando declinou a indústria, estava com vastas propriedades fundiárias prontas para o trabalho e para o arrendamento. Retomando o trecho de Manfroi citado anteriormente, vemos que a questão do trabalho agrícola está presente em ambas as situações.

Mesmo o enriquecimento tendo ocorrido com a produção de madeira, o entardecer da vida se deu no campo. É curioso, porém, que nem Arnaldo Trein nem Boleslau Zamecki sejam descendentes de italianos e ambos trabalharam com gado, como os campeiros faziam, em contraste com os *gringos* italianos que plantavam (TEDESCO; SANDER, 2002, p.81).

Outros de nossos entrevistados, também *gringos*, não tiveram a mesma sorte. Pelo contrário, foram eles quem tiveram de vender as suas terras para as madeiras. O senhor Antônio Boldori nos fala sobre essa questão:

Entrevistador: Na sua infância, alguma vez seu pai falou porque ele veio parar aqui em Lagoa Vermelha? Se ele nasceu em Paraí, como que veio pra cá?

Antônio: A família comprou terra e montou uma serrariazinha aqui no Boqueirão, ele e meu avô. E daí ficaram por ali até certo tempo. Não lembro, mas quando eu sai dali eu tinha cinco anos. Eu sou de 1957, então foi mais ou menos pelos anos 1960. Então ele veio trabalhar para uma outra firma aqui, com serraria também. Ele trabalhava como motorista.

E: Na cidade daí?

A: É, na cidade.

E: Lembra para quem era [que ele trabalhou]?

A: Era para o Argenta, que tinha serraria aqui em cima. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

O pai e o avô do senhor Antônio também vieram fazer serrarias em Lagoa Vermelha, assim como Boleslau, Arnaldo e tantos outros descendentes de imigrantes que residiam nas colônias<sup>65</sup> da Serra e do Planalto Médio. Também, como tantos outros, a família iniciou o empreendimento em conjunto – pai e filho.

Sobre os motivos que levaram à venda da serraria, temos as seguintes informações:

Entrevistador: E essa serraria de vocês, o que aconteceu?

Antônio: Foi vendida.

E: Lembra-se por que venderam?

A: Na verdade, tínhamos uns tios no Paraná. Eles vieram de lá e fizeram uma baita duma propaganda que lá era melhor, e isso e aquilo. Então a minha avó resolveu fazer o vô vender a parte dele. O pai não podia comprar - porque o pai tinha uma parte, a outra parte era do vô - aí acabaram vendendo tudo. Eles foram para lá, meu vô foi para lá e nós ficamos aqui.

E: A parte que era só do seu pai não era suficiente então?

A: Não, porque aí não dava para ficar junto com o outro [pessoa que comprou a parte do avô] né. O outro mesmo não ia querer...

E: Aí vocês venderam para esse outro cara.

A: É, no caso foram vendidas as duas partes - a do vô e a do pai – para o mesmo comprador. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 10 de agosto de 2022)

O empreendimento familiar terminou porque o avô quis migrar para o Paraná. Podemos perceber que a propriedade era dividida entre os sócios, mas era insustentável que uma parte existisse sem a outra. Era uma posse praticamente simbólica, já que havia uma mútua

---

<sup>65</sup> Paraí é um município localizado à Sudoeste de Lagoa Vermelha, a cerca de 72 km de distância da sede. Foi palco de forte imigração de descendentes de italianos partindo de Alfredo Chaves e de Bento Gonçalves.

dependência entre os sócios. De todo modo, a solução foi a venda total da propriedade para um terceiro que não sabemos o nome.

O senhor Antônio se recorda um pouco melhor da condição financeira da família no momento em que passam a viver e trabalhar na cidade:

Entrevistador: E como é que era para vocês, dava um bom dinheiro? Dava para se manter?

Antônio: O pai, quando trabalhava aqui [serraria do Boqueirão] dava, porque era deles ali, dele e do vô. E quando ele trabalhava de empregado, também dava. Porque naquela época, tinha um espaço na serraria, se quisesse fazer uma lavourinha, horta, então você tinha ali para se manter né.

E: Só para entender então, ele trabalhava aqui e tinha também uma terra onde ele cultivava?

A: Não, no lugar.

E: No mesmo lugar? Ah! Dentro da própria serraria?

A: É. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

O depoimento é muito rico. O senhor Antônio destaca que, quando a madeireira era da família, dava para se manter porque afinal de contas, a propriedade era da própria família. Eles possuíam todos os meios de produção e a posse da terra, permitindo que fabricassem, vendessem e ainda pudessem cultivar os alimentos. Quando vão para a cidade, a condição de vida também era suficiente, mas porque havia um espaço para o cultivo do próprio alimento. O senhor Antônio está se referindo aqui às casas onde os trabalhadores das madeireiras viviam. Junto da residência, havia um pequeno espaço onde podiam cultivar uma pequena horta, suficiente para abastecer a família. É isso que ele quer dizer quando fala que cultivavam dentro da própria serraria.

O senhor Darcilo complementa a discussão com suas lembranças. Primeiro, ele nos fala da serraria da família no Barracão:

Entrevistador: O senhor é daqui mesmo de Lagoa?

Darcilo: Não, do Barracão. O pai e o tio tinham serraria no Barracão.

E: É? E por que fecharam, o que aconteceu?

D: Ah, naquele tempo veio a fiscalização, que não podia mais derrubar pinheiro. Daí eles pararam. Isso em 1965, 1970, por ali.

E: E não tentaram plantar depois o pino?

D: Foi plantado, mas depois venderam as terras. Daí ficou a mãe lá onde tínhamos toda a terra. Ela mora lá ainda. Nas outras terras foi vendido, ficou para os herdeiros, meus primos. Porque era em sociedade. (Entrevista com Darcilo Fabiane realizada em 11 de abril de 2022)

A família de Darcilo também tinha uma serraria em sociedade entre os membros da família. Dessa vez, vemos que a causa para o fim da atividade foi a “fiscalização”. Podemos ver que as terras foram vendidas após o fim da serraria por necessidade. Quer dizer, apenas um pequeno espaço permaneceu, a terra onde ainda vive a sua mãe. De qualquer modo, os exemplos

de Antônio e Darcilo nos mostram que apesar de chegar a ter 317 serrarias em Lagoa Vermelha conforme as *Relação das serrarias lançadas para pagamento de imposto de indústrias e profissões de Lagoa Vermelha em 1952* (IHPF, 1952), muitas dessas tiveram pouca duração ou não foram capazes de se sustentar por muito tempo, sendo vendidas. Além disso, assim como aconteceu com a família Boldori, parece que não havia como a família Fabiane se manter em pequenos lotes. Era preciso que toda a terra da serraria se mantivesse íntegra. Ao menos a divisão da posse aqui possuía um caráter indenizatório.

O senhor Darcilo veio trabalhar para a madeireira Zamecki após a venda da propriedade no Barracão. Ele nos conta um pouco sobre como eram as casas dos trabalhadores:

Entrevistador: E as casas de vocês, como que eram? De madeira também? Da própria madeireira?

Darcilo: Feita de madeira, da própria madeireira. E casa antiga que eles [Zamecki] tinham lá no Barracão, desmancharam e ergueram aqui [na sede de Lagoa Vermelha]. Para aproveitar né.

E: Tem uma serraria lá em Bom Jesus, que não lembro o nome, que a própria serraria construía as casas para o pessoal morar. Aqui o seu Zamecki fazia isso, ou vocês faziam suas próprias casas?

D: Não, ele que fazia. As casas eram dele. Quando comecei a trabalhar aqui, eu morava lá em cima, no Parque de Exposições que é agora. Tinha isso aqui de barro [indicando uma quantidade muito grande]. Chegamos a esposa e eu para lavar e limpar e guardar mudança porque a gente era recém casado. (Entrevista com Darcilo Fabiane realizada em 11 de abril de 2022)

Ao que tudo indica, os trabalhadores não precisavam pagar alguma espécie de aluguel pela moradia fornecida pela madeireira. Todavia, essas casas não eram novas. Como vemos pelo relato, as casas eram trazidas da serraria anterior de Boleslau, situada no Barracão – os relatos anteriores de Margarida e Arthur falam sobre essa serraria neste distrito. Sem dúvidas, esse estabelecimento no Barracão fechou, ou teve um corte no pessoal, fazendo as atividades se concentrarem na madeireira da sede municipal. Era mais prático e barato simplesmente transportar as casas. Podemos perceber que as casas deveriam ser bem simples, para que fossem levadas de um lugar para o outro, além de que a presença de uma grande quantidade de barro nos indica que as residências não tinham muita atenção por parte da empresa. Cada família deveria cuidar da própria casa.

Antônio e Neura já estavam casados quando ele começou a trabalhar por conta. O casal nos conta um pouco sobre a casa em que viviam na madeireira de Arthur Smaniotto Pai e como era a questão da horta e da subsistência:

Antônio: Mas sempre foi assim, desde quando a gente começou a trabalhar: "te pago tanto e vocês se viram com a comida". E ele [patrão], no caso, dava casa para morar. Nós morávamos num pátio da serraria. Então nós tínhamos casa né.

Entrevistador: Bem lembrado, a casa. Como era a casa, a estrutura dela? O senhor se lembra?

A: Era casa comum. Casa de colônia véia [risos].

Neura: Casa de madeira!

E: Quantas pessoas moravam confortavelmente numa casa dessas?

A: Ah, mas a nossa lá [risos]... Tinha dois, três quartinhos. Aí a cozinha, uma salinha.

N: Não era muito grande, mas dava para o gasto.

A: É. Vamos dizer, para nós estava bom, não tinha, não tinha muita...

N: Era umas casas de madeira tudo feita meio igual. Ali no Smaniotto era assim.

A: É, tinha umas vinte casas.

N: E aí a gente morava. Quanto maior a família, tinha que se adaptar naquela casa.

A: É, mas não era ruim né?

N: Não, não, não. Eu gostava.

E: Essas casas nos primeiros meses, tinha algum custo extra no salário?

A: Não, não. Ele já montou a serraria e já fez tantas casas, foi botando empregado e tinha uns que nem moravam na serraria. Ele [Smaniotto] pagava o aluguel para eles! Ele pagava o aluguel.

N: Mas depois no final não né! No início não era cobrado, mas quando ficou a parte dos filhos, foi cobrado! Mas quando era o Smaniotto não, o véio.

A: Não, mas daí mais quase nada né.

N: Nós já não pagávamos nada.

A: Eu trabalhei 42 anos para eles. (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022)

“Vocês se viram com a comida”. No caso, as madeireiras no geral pagavam apenas o salário dos funcionários. Mas ao que os relatos indicam, existiam espaços para o cultivo de hortas. É claro, grãos e carnes deveriam ser comprados, mas ainda assim, a fome não parece ter sido uma preocupação dos trabalhadores. Da mesma forma, as casas eram bem humildes e simples, seguindo um tamanho padrão. Como muito bem nos mostra a senhora Neura, quanto maior a família, mais dificuldade em se adequar à casa. Mas não parece haver reclamações por parte do casal ou do senhor Darcilo sobre essa questão.

O relato acima também corrobora para nossa afirmação de que as casas eram entregues sem custo às famílias. Isso porque já eram montadas junto com a serraria, sendo um ambiente dessa. Até mesmo aqueles que moravam fora do ambiente de trabalho, tinham os custos de aluguel ressarcidos pelo patrão! É claro, isso durou apenas até a morte de Arthur Smaniotto, “o véio”, pois a partir dos filhos<sup>66</sup> começou uma cobrança com a moradia.

Essa questão das casas é de extrema importância para entendermos a relação entre patrões e funcionários, bem como para pensarmos a evolução urbana de Lagoa Vermelha. Em Vacaria, no mesmo período, as serrarias seguiam a mesma estrutura de trabalho, onde

As madeireiras deveriam disponibilizar casas para os trabalhadores e suas famílias nas proximidades. Estas casas formam os primeiros núcleos de expansão urbana da cidade, muitos bairros e distritos surgem destas vilas de trabalhadores. (ROSSI, 2015, p.128)

---

<sup>66</sup> O filho Arthur Smaniotto, nosso entrevistado, não se encaixa aqui porque como nos foi relatado, ele sempre trabalhou com o avô, Boleslau Zamecki. O empreendimento de seu pai é separado do empreendimento de seu avô.

Podemos ver isso no relato. Afinal, das 317 serrarias presentes em Lagoa Vermelha em 1952 (IHPF, 1952, s/p), sem dúvidas havia algumas dezenas que construíam as casas para as pessoas. Ney Garcez de Almeida (2008) reforça essa posição com seu estudo sobre a emancipação dos distritos lagoenses. Sananduva foi o segundo distrito – depois de Alfredo Chaves – a se emancipar em 1954 (ALMEIDA, 2008, p.67). Analisando as *Relações das Serrarias Existentes no Distrito de Sananduva* (IHPF, s/d), documento sem data mas que deduzimos ser da década de 1940<sup>67</sup>, identificamos 43 serrarias; sendo apenas duas registradas com sobrenome brasileiro. O restante pertence a *gringos* (IHPF, s/d). Para comparação, é mais do que o dobro de serrarias presentes no Barracão nesse mesmo período, que contava com apenas 20 registros (IHPF, s/d). Como a lógica de trabalho das serrarias maiores envolvia buscar mão de obra das colônias e fazendas (ROSSI, 2015, p.127), sem dúvida muitas pessoas foram morar no distrito de Sananduva, ao ponto de tornar-se um local tão dinâmico e populoso que não fazia mais sentido ser um simples distrito.

Na cidade, vemos também essas mudanças. Das 4.250 pessoas residentes na área urbana de Lagoa Vermelha em 1954 (Tabela 2), teremos 16.559 pessoas em 1980 (BARBOSA, 1981, p.178). Muito desse aumento está relacionado à vinda de pessoas como os senhores Darcilo e Antônio, que saem do meio rural para trabalharem em madeireiras situadas na sede. Passo Fundo também testemunhou esse evento, através do surgimento dos atuais bairros São José e Rodrigues, frutos das vilas de operários das serrarias (TEDESCO; SANDER, 2002, p.223).

Podemos ter uma noção desse desenvolvimento urbano pela fala de nossos entrevistados. O senhor Irani por exemplo, lembra quais eram as vilas<sup>68</sup> de Lagoa Vermelha:

Entrevistador: [...] quando vocês vêm para Lagoa, aonde que vocês moram?

I: Nós viemos morar nessa vila aqui [atual Vila Oliveira].

E: Que era na época...

I: Oliveira. Continua Oliveira. Mas só existiam quatro vilas na época.

E: Era a Oliveira, acho que a Rodrigues já tinha...

I: A Rodrigues, a Nunes, Oliveira e Gaúcha. Essas quatro aí.

E: E a casa de vocês? Vocês alugaram? Compraram? Construíram?

I: Não, a casa era da própria firma. O Alegretti tinha casa para os empregados.

(Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Novamente, o patrão concedia as casas. Temos aqui agora a informação sobre as vilas: Rodrigues, Nunes, Oliveira e Gaúcha. Nos anos 1960, eram as “únicas” que existiam. Conforme

---

<sup>67</sup> Conforme a nota de rodapé nº 31 neste trabalho.

<sup>68</sup> Ainda hoje é comum em Lagoa Vermelha usar a palavra *vila* para se referir aos bairros. Provavelmente um resquício da época das madeireiras, que construíam vilas para os funcionários.

a população urbana cresceu, surgiram também novas vilas e bairros, como nos mostram Suzana e Maria Emília Guimarães:

Entrevistador: [...] como as senhoras veem a mudança na cidade de Lagoa Vermelha nesse passar desses anos todos? [...]

Maria Emília: Ah, evoluiu bastante.

Suzana: Quando nós morávamos lá naquela casa que hoje... atrás lá era tudo mato [referindo-se aos bairros Colina da Lagoa e à Vila Oliveira]. Tudo mato. Hoje se tu vais para aqueles lados, só tem casa, prédio, desmataram tudo.

ME: Mas evoluiu bem né? Bastante. Acho que bem positivamente na questão do embelezamento da cidade, as casas...

S: Embelezamento, mas foi muito desmatado. (Entrevista com Suzana e Maria Emília Guimarães realizada em 04 de agosto de 2022)

O crescimento, para as irmãs, está associado ao desmatamento. O que era tudo mato, deu lugar a prédios e casas. Curiosamente, porém, as áreas mais recentes de urbanização são chamadas de *bairros*, como a Colina da Lagoa e o Pedregal. Ambos são locais de pessoas com boa condição financeira. Em contraste, Oliveira, Gaúcha e Rodrigues, apesar de serem “as primeiras”, são locais que ainda são chamados de vilas e possuem altos índices de pobreza e até de criminalidade<sup>69</sup>. Entendemos que as vilas construídas para os trabalhadores seguiram povoadas pelos trabalhadores mesmo após o fim das madeireiras, mas essas pessoas, mais pobres e humildes, não receberam a devida atenção do poder público. Não é novidade, pois em Passo Fundo, muitos dos antigos trabalhadores tiveram que habitar espaços marginalizados da cidade por estarem desempregados e sem posses para a subsistência (TEDESCO; SANDER, 2002, p.216).

Apesar desse aparente descaso e exclusão social, os relatos nos mostram que as relações entre os patrões e os funcionários, na sua maioria, parecia ser amistosas e positivas, ainda que a exploração da natureza-barata tornasse essa relação assimétrica (MOORE, 2015, p.149). Vejamos o que tem a dizer o senhor Darcilo sobre seu patrão, Boleslau Zamecki:

Entrevistador: E o senhor acha que foi um trabalho legal, isso que o seu Zamecki fez na cidade? Porque foi quando Lagoa mais cresceu né. O senhor acha que ele foi um homem bom no geral?

Darcilo: Para mim foi, não tenho queixa. Trabalhei só em duas firmas. [...] Com o seu Zamecki, se chegasse cinco minutos atrasado, podia voltar para casa. E se passasse cinco minutos do horário, que nem eu que puxava caminhão, pegava combustível em Passo Fundo, se eu chegasse aqui 7, 8 horas da noite, ele me dava as horas extras. Tudo ia para a ficha. (Entrevista com Darcilo Fabiane realizada em 11 de abril de 2022)

---

<sup>69</sup> Em 2022 houve a chegada de facções criminosas da Serra Gaúcha em Lagoa Vermelha. Tanto a Oliveira quanto a Rodrigues foram palco de homicídios ocorridos em via pública, por conta de disputas entre as organizações criminosas. Cf. <https://lagoafm.com.br/policial/policia-civil-e-brigada-militar-realizam-diligencias-relacionadas-ao-duplo-homicidio/>. Acesso em 06 julho 2023.

Darcilo acredita que Zamecki foi um bom patrão. Tanto é que ele teve apenas dois patrões na sua vida, tendo ficado com Zamecki até a sua morte nos anos 1990. Podemos observar que o polonês tinha um tratamento rígido com horários, chegando a mandar embora quem chegasse cinco minutos atrasado, mas ao mesmo tempo, pagando hora extra para quem trabalhasse nem que fosse cinco minutos mais do que o devido.

O senhor Irani também tem uma boa visão sobre seu patrão, Eugênio Alegretti. Em 1965 Lagoa Vermelha foi vítima de uma forte nevasca que causou graves prejuízos ao município (MORAES, 1967, p.146). Na época trabalhando com o pai no mato, Irani recorda como foi a reação de Alegretti diante da situação:

Irani: [...] Em 1964 [segundo relatos e documentos, a nevasca ocorreu em 1965] eu peguei a nevasca. O meu pai disse: "meus filhos, vamos para casa que vai nevar". E ele conhecia. E aí nós viemos de a pé. Os caminhões não iam lá, nós só íamos de caminhão quando o tempo estava bom. E para retornar, se não tinha os caminhões, tínhamos que vir a pé. Nós viemos de a pé e no outro dia, lembro bem que era muito frio e eu acordei umas horas da noite com um estralo que deu. [...] No que eu levantei, abri a janela do quarto e estava branco o mundo. [...] Bom, aquela neve eu lembro como se fosse hoje ainda. Acho que para você caminhar, tinha um meio metro de neve acima do solo, no chão assim. Eu só lembro que o Alegretti - que era nosso patrão - disse: "levem lenha, vão lá na serraria e tragam lenha. Procurem lenha que tem lenha lá. E fiquem em casa, ninguém vai para..." E então todos, até as serrarias pararam, ninguém mais trabalhou. Uma semana! Uma semana!

Entrevistador: Ele liberou a lenha? Interessante. Deixou vocês pegarem a lenha.

I: Sim, sim! O Alegretti era um baita dum patrão. [...] (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Já analisamos uma parte desse relato quando falamos dos transportes, pelo fato de a nevasca ser tanta que a família teve de voltar a pé do mato. Observemos agora que o senhor Alegretti, ao invés de continuar com os trabalhos, suspendeu tudo durante uma semana e ainda por cima cedeu lenha sem custo para seus trabalhadores, que ficaram em casa até as coisas se acalmarem. Percebemos que havia uma certa preocupação por parte do patrão com os funcionários, pois pelo que Irani nos conta, não houve uma cobrança posterior pela lenha ou um desconto pela semana sem trabalho. Não é à toa que percebemos que na sua memória, o senhor Alegretti está marcado como “um baita patrão”.

Fornecimento de casas, pagamento de horas extras, descanso em períodos de intempéries. Todas essas lembranças de nossos entrevistados apontam para o entendimento de que a memória coletiva dos caboclos e trabalhadores, é de gratidão com o patrão. Isso é muito interessante porque, como nos diz Tedesco e Sander,

Colonizadoras, colonos e madeireiros estruturaram uma comunidade de interesses em torno da madeira. Desse modo, os recursos naturais foram totalmente devastados e os pobres da terra, em grande parte, tornaram-se trabalhadores das serrarias, derrubando a madeira que estava sobre *sua* própria terra [...] (2002, p.194-195. Grifo dos autores)

Em Passo Fundo, muitos dos trabalhadores das madeireiras eram pessoas que venderam suas terras. Como vimos em um relato anterior do senhor Arthur Smaniotto, seu avô Boleslau

[...] ele comprava os pinheiros das pessoas que ganhavam esses lotes de terra e depois as pessoas não tinham mais o que fazer em cima de uma área pequena. Acabavam vendendo essas terras e indo embora para Caxias, Farroupilha, Porto Alegre. Então meu avô comprava essas terras com o dinheiro do corte desses pinheiros (Entrevista com Arthur Smaniotto realizada em 11 de abril de 2022)

A prática descrita por Tedesco e Sander também está presente em Lagoa Vermelha. Nos anos de 1940 até 1980, a falta de tecnologias impedia que os caboclos trabalhassem nas áreas florestadas de suas pequenas propriedades. O espaço era arrendado às madeireiras, de modo a dar um sustento para a família. Mesmo caboclos com tecnologias melhores participavam desse negócio, como nos conta o senhor Irani ao tratar da sua infância na Sede Piva:

Entrevistador: [...] os pinheiros davam muito trabalho para a abertura da lavoura? Como era feita essa abertura de novas lavouras, já que tinha muita floresta?

Irani: Quando tinha nova - porque eu não cheguei a ver, mas eu ainda conheci meu pai derrubando, fazendo a chamada "roça de mato", que era o que eles [faziam] de machado e foice. Ia derrubando tudo, ia derrubando e depois faziam a queimada. Aí sobravam uns troncos gordos. Com o tempo ia apodrecendo. E ali eles faziam as roças. E usavam o campo, o campo era usado pra criar gado! As matas eram todas derrubadas para fazer lavoura para plantar.

E: Essa madeira derrubada que o senhor falou, não era vendida então?

I: Não. Algumas serrarias compravam, mas eram muito poucas naquela época. Algumas compravam. E a maioria virava lenha e apodrecia lá no mato, troncos muito grossos. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Na abertura de lavouras, sempre que possível se vendiam as árvores derrubadas. Mesmo assim, esse dinheiro não era suficiente e as propriedades rurais eram pequenas demais para o sustento da família. Como vimos com os senhores Antônio e Darcilo, lotes pequenos não adiantavam. Era mais fácil buscar oportunidades na pujante *Capital do Pinho*.

Podemos entender que o sentimento de gratidão que se manifestou na memória de vários trabalhadores entrevistados está ancorado nessa questão. A família, despossuída ou com propriedades insustentáveis, encontravam uma nova oportunidade no trabalho madeireiro. Mesmo que com espaços menores para subsistência (como nos foi dito por Antônio), ao menos os salários eram pagos e podiam suprir aquilo que faltava.

Como vimos, acidentes eram bem frequentes. O próprio senhor Irani nos fala que “arrancar casca de dedo e essas coisas, era normal”. Apesar de não ser comum o pagamento de indenizações, tanto para pessoas recém-contratadas (irmã de Margarida) quanto para pessoas já antigas (pai de Irani), tal postura é aceita pelos trabalhadores. É normal, não seria função do patrão pagar os machucados dos funcionários. Talvez pudessem ajudar, como nos mostrou duas

vezes Irani, mas percebemos nas entrevistas que essa relação de trabalho não ia além disso. No máximo, o governo pagaria o pecúlio.

A senhora Eloá Trein nos conta uma prática que Arnaldo tinha e que servia como uma espécie de elemento de integração e de harmonia entre os funcionários e o patrão:

Eloá Trein: [...] Todos os anos nós fazíamos uma festa de fim de ano em cada serraria para as pessoas. Fazia-se sempre. Porque ele [Arnaldo] trabalhava muito e [gostava] muito de festa também [risos]. Não tinha preguiça para ir para o baile.

Rosaura: Churrasco e churrasco...

ET: É, churrasco e diversão. Ele gostava muito...

Entrevistador: E que pessoas iam nessas festas?

ET: Essas festas eram para os funcionários. E algum amigo. Em cada núcleo era feita uma festa [...] (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

Arnaldo Trein tinha o hábito de fazer confraternizações de fim de ano com os funcionários. No plural, porque era em “cada núcleo”. Ao que tudo indica, a festa era patrocinada por ele mesmo, ou seja, os funcionários recebiam esse presente do patrão. Considerando as condições de vida nos anos 1950, acrescentar essas celebrações junto das moradias e dos salários deve ter sido algo muito positivo. Pode ser que Arnaldo fizesse outras celebrações no decorrer do ano, pois como nos conta a senhora Eloá, ele “gostava muito de festa”.

Outra situação de interação entre patrão e funcionário nos é contada pelo senhor Irani de Barros:

Irani: [...] O Alegretti era um cara que tinha muita visibilidade. Eu não quero exagerar, mas a distância da serraria era como que daqui até aquela árvore redonda [distância de uns 75 metros]. O escritório e a serraria [...] Ele vinha cedo e fazia o chimarrão dele. Chegava, levantava, eu lembro até hoje! Ele ia lá na frente - tinha uma área no escritório. Aí ele pegava a cuia e segurava aqui [na frente do queixo] e metia uma mão por dentro dos bolsos. E ficava... Olhando de lá. Ele estava enxergando todos os passos dos funcionários. E a visibilidade dele era fora de série! Se ele largasse a cuia e descesse lá, ele não ia direto no cara, no rapaz, no funcionário que ele tivesse enxergado um defeito. Ele ia lá e fazia assim [sinal] para o capataz. E nessa época todas as firmas tinham um capataz. Quem comandava todas as firmas, serrarias, madeireiras, essas coisas. Aí o capataz chamava o cara. Eles tinham que discutir entre eles três lá. E ele era desse jeito, ele tinha uma visibilidade muito ampla naquela época. Como patrão, de vez em quando ele dava uma mijada<sup>70</sup>. Daqueles patrões que, quando ele não acha bonito, ele te... Mas ele dava aquele pito, daqui a pouco ia prosear com você e fazia de conta que não tinha acontecido nada! Ele não levava rancor da pessoa. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Eugênio Alegretti aparentava estar presente a todo instante no funcionamento da madeireira, inclusive indo pessoalmente dar “mijadas” nos funcionários. O senhor Irani não nos explica muito bem quais as situações em que a presença do patrão era necessária para correção

---

<sup>70</sup> Mijada: esporro, xingão.

e ajuste de algo. De todo modo, vemos na fala do entrevistado um elogio ao patrão. Apesar dessa aparente rigidez, Irani entende que isso era só no profissional, pois o patrão “não levava rancor da pessoa”.

É claro, esses elogios e a boa visão do patrão não eram unânimes. A senhora Margarida tem uma visão um tanto mais negativa de seu primeiro patrão. Ao contar sobre o local em que trabalhava que, como vimos, era cheio de mulheres, a entrevistada fala o seguinte:

Entrevistador: E como que era esse ambiente feminino? O que vocês conversavam, o que vocês faziam entre si enquanto trabalhavam?

Margarida: Mas muito pouco, pois o Madalozzo era um, ruim que Deus o livre! [risos]

Neura: Não dava para conversar lá!

M: Não, não dava. Mas a gente se cuidava. Mas o serviço era puxado e era pesado.

N: É, tu trabalhavas que nem homem! Não tinha moleza!

M: E era no barro!

E: No barro, chão assim?

M: No chão, nos trilhos de gradear a lâmina. Gradear e recolher, recolhesse só com tempo bom, que aí secava. Nossa, ali a gente [pausa para rememorar uma experiência negativa] ... (Entrevista com Margarida Scheidt realizada em 01 de agosto de 2022)

Trabalhar igual homem<sup>71</sup>, não ter equipamentos de segurança, colocar novatas para trabalhar com serras, não poder conversar e ainda por cima em chão de barro, em plenos anos 1970. Mais do que isso, o patrão, Madalozzo, também fugia da regra no que tange à moradia de seus funcionários:

Entrevistador: Quando vocês chegaram no Madalozzo, ele tinha casa para vocês morarem? Onde vocês moravam?

Margarida: Não. Nós tínhamos que pagar aluguel.

E: Pagavam aluguel para ele mesmo?

M: Não, nós vínhamos de mudança, fiquei nessa casa [indicando a rua]. Era uma casa de madeira. Uns 3 meses. Depois alugamos outra ali na esquina, outra casinha pequena de madeira. Aí pudemos comprar este terreno com uma casinha bem pequena. Depois que viemos morar aqui, nunca mais paguei aluguel.

E: Compraram a própria casa. Com o dinheiro do trabalho da serraria?

M: Com o dinheiro do trabalho lá do sítio. Porque nós tínhamos trigo plantado, nós tínhamos uma junta de terneiro para lavar... Vendemos lá. Porque com o dinheiro de emprego, ninguém compra nada! [risos] Agora eu não sei, mas dinheiro não comprava casa!

E: Então vocês terem aquela própria terra de vocês ajudou muito!

M: Mas daquela, a mãe vendeu depois que o pai faleceu e tudo o mais. (Entrevista com Margarida Scheidt realizada em 01 de agosto de 2022)

Acrescentando ao que foi dito antes, a serraria Madalozzo não tinha nenhuma influência na moradia dos funcionários. Não construía casas e nem pagava o aluguel, caso fosse necessário – como ocorria com Arthur Smaniotto Pai, de acordo com o relato de Antônio Boldori. Todos esses fatores são suficientes para entender o porquê de Margarida não ver com bons olhos seu

---

<sup>71</sup> Entendemos que Margarida se refere ao fato de fazerem trabalho braçal de alta intensidade.

antigo patrão. Mas é importante acrescentar a isso o fato de ela e a família ainda terem a posse fundiária<sup>72</sup>, onde plantavam trigo. Ter a posse da terra foi o que permitiu que tivessem a casa própria e pudessem ter uma vida mais digna e tranquila, já que só o salário aparentemente não bastava para nada. A sua carteira de trabalho conta com o registro de quanto ganhava no Madalozzo. No primeiro registro, de 02 de janeiro de 1974, o salário de Margarida era de 1,20 Cruzeiros por hora. Conforme o salário mínimo foi aumentado, o último registro no Madalozzo, de 01 de maio de 1976, aponta que ela recebia 2,97 Cruzeiros por hora. Numa rotina de 44 horas semanais, seu salário deveria ficar na casa dos 522,72 Cruzeiros. Após sair da empresa em 13 de outubro de 1976, começou a trabalhar para a Smaniotto & Cia. Ltda. em 14 de março de 1977, com um salário mensal fixo de 712,80 Cruzeiros. Um aumento considerável.

É interessante que de todas as pessoas entrevistadas neste trabalho, Margarida é a única mulher trabalhadora, que teve alguma posse fundiária e que não demonstra um sentimento de “gratidão”, ao menos não como o demonstrado pelos senhores Darcilo e Irani.

Com base nesses relatos, não há como dissociarmos a questão da necessidade de sustento como fator para a construção de uma memória nos trabalhadores de gratidão aos seus padrões *gringos*. Possivelmente, o fato de Madalozzo destoar como um patrão mais apático e que dava pouco ou nenhum apoio aos trabalhadores, também pese nessa questão. Voltando à discussão da memória, podemos ver como a memória individual de Margarida destoa da de outros trabalhadores. A lembrança é construída por uma série de pensamentos coletivos emaranhados, dependendo dos grupos onde a pessoa se encontra (HALBWACHS, 2006, p.70). Ainda que ela não conflite com a memória oficial, é uma espécie de resistência que a entrevistada tem e que usa para sua identidade, para entender seu lugar no mundo como uma mulher trabalhadora e que é grata a seu esforço e às condições de sua família. Havia a necessidade de trabalhar, mas nem por isso ela é grata porque Madalozzo lhe concedeu essa oportunidade, afinal, isso em si não seria suficiente para nada, como ela mesma nos diz.

#### 4.2 DESENVOLVIMENTO OU DESMATAMENTO?

A longa tropeada<sup>73</sup> pelos rincões da Grande Lagoa Vermelha finalmente se aproxima do seu final. A região passou por profundas mudanças na sua paisagem, mudanças que ficaram marcadas na mente e no coração das suas pessoas. No último trecho deste trabalho, visitaremos

---

<sup>72</sup> É a mesma terra que a entrevistada cresceu. Continuou com a família até o falecimento do pai.

<sup>73</sup> Tropeada: viagem de uma tropa. Essa expressão é usada hoje em dia para se referir a viagens longas e cansativas.

uma última vez os relatos e as lembranças das pessoas, para vermos como elas se recordam do antigo tempo em que Lagoa Vermelha era a Princesa do Pinho.

Nossa entrevistada mais antiga, a senhora Iolanda Mendes Garcez, lembra um pouco da sua infância no Pontão dos Mendes, distrito de Lagoa Vermelha na virada da década de 1930 para 1940:

Entrevistador: [...] Na sua infância tinha muita araucária naquela região? Como que era?

Iolanda: Araucária acho que não. Tinha árvore assim. Araucária que você diz, é aquelas grande, fina?

E: Araucária a árvore, tipo essas [apontando para a rua]. Os pinheiros.

I: Ah, árvore tinha bastante. Até lá em casa, do lado da casa, tinha pinheiro, tinha árvore. Do lado da casa [...] tinha um matinho assim e uma parte que era aberta. Por dentro passava a estrada, rodeada de árvores por tudo. Perto de casa tinha muita árvore, pinheiro. A mãe lavava roupa lá num açude. Me lembro que fui lá com a mãe lavar roupa e caí dentro dum açude [longa história de uma lembrança com a mãe] [...]

E: E como vocês se visitavam? Como era a estrada na época?

I: Lá, era estrada assim de terra. Era até estrada boa, terra vermelha. [...] Íamos a pé. Meu pai comprou depois uma charrete. Nós íamos para a Estância<sup>74</sup> de charrete.

E: Puxada a cavalo?

I: É, puxada à cavalo. Lembro que parávamos num rio porque demorava para ir à Estância. Saia de manhã. A mãe fazia uma galinha mexida para a gente comer. Comprava sardinha, comprava pão. [...] passávamos por dentro do rio. Aí nós comíamos lá perto do lajeado. Parava lá lavar as mãos, lavar o rosto, tomar água. Era uma água bem bonita, bem clarinha. [...] (Entrevista com Iolanda Mendes Garcez realizada em 10 de abril de 2022)

A senhora Iolanda, uma grande contadora de histórias, logo puxou muitas lembranças e causos ao ser indagada sobre a presença de araucárias na sua infância. Mais do que a mera figura da árvore, ela se lembra de momentos e situações que passou com a família, em especial com a mãe. Conforme ela foi se lembrando da presença das araucárias, logo foi se lembrando de um açude, e de sua mãe, e de uma experiência engraçada ao cair dentro deste açude, e de uma charrete... Podemos perceber que a árvore, ainda que não tenha conscientemente recebido tanta atenção da senhora Iolanda, serve como uma espécie de símbolo para que vá aos poucos se lembrando de experiências e momentos bons.

A análise que podemos fazer sobre o símbolo da araucária para a senhora Iolanda, segue o proposto por Alessandro Portelli (1997, p.31), onde o relato oral pode nos apresentar muito mais o significado do que a veracidade de determinado evento histórico. A araucária, a charrete, o açude, são símbolos orais que indicam o significado afetivo e até mesmo nostálgico que Iolanda sente da sua infância e da sua família. A natureza e as araucárias são parte desse ambiente.

---

<sup>74</sup> Distrito de Clemente Argolo, em Lagoa Vermelha.

O senhor Irani também teve sua infância próximo dos capões e das florestas de araucárias. Na Sede Piva, no Norte da Grande Lagoa Vermelha, sua infância na década de 1950 foi mais ou menos da seguinte forma:

Entrevistador: E como era sua infância lá?

Irani: Brincar, só nos fins de semana quando os velhos davam oportunidade. [...] Mas os nossos brinquedos tinham que ser feitos. Pegava um facãozinho, fazia um carrinho e brincava. Era esse nosso entretenimento no fim de semana. Fora isso, durante a semana, era trabalho na roça. Capinar e capinar e capinar.

E: Desde quantos anos o senhor começou na roça? O senhor se lembra?

I: Bom, eu comecei quando me conheci por gente. Eu já estava ajudando o meu pai na roça.

E: E a sua mãe trabalhava na roça também?

I: Também, também. Fazia tudo. [...] O pai fazia só a parte externa. Ele trabalhava não só na nossa terra, porque tinha a liberdade de fazer empreitadas para outros como um terceirizado na época. Para outros que tinham outras terras. [...]

E: Nesse tempo, como o senhor lembra do ambiente? Da natureza propriamente dita? Dos matos, dos campos, como era?

I: Baaaah... Era muito lindo! Muito grande! Naquele tempo não existia lavoura quase né. [...] E os bichos, tinha... como é que eu vou dizer... Tinha de todos. Hoje tem muitos animais que foram extintos. Eu lembro, nosso macaco bugio, lembro do cachorro do mato [...]. Nós chamávamos de mão-pelada também, porque ele tem uma mão bem pelada que nem a gente. E tinha tudo que é espécie de pássaro. Vamos dizer... Monge Negro, Jacú, pomba, tico-tico, sabiá... E o lindo que era que eles cantavam num arvoredo do lado de casa. Eu não vou dizer que não fui meio atirador de pedra com bodoque [risos]. Atirava. Era mais um entretenimento que nós tínhamos também quando piá. Mas se nós matássemos um passarinho, nós comíamos. Não matava por matar, consumia. (Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Apesar de uma infância com trabalho no campo, Irani se lembra de brincadeiras e outras coisas de crianças que fazia no sítio onde vivia com a família. Apesar de não terem a posse da terra, toda a família trabalhava na lavoura para buscar o sustento, sendo que o pai chegava a fazer tarefas para outras pessoas, visando mais renda. O ambiente da mata, porém, se manifesta na relação com os animais. Durante a entrevista, foi perceptível a mudança na entonação e no ânimo do senhor Irani quando começou a falar dessa natureza. Nostálgico e animado, lembrou-se das diferentes aves nativas das florestas de araucárias, com as quais viveu durante sua infância. Na sua fala, as árvores não são citadas nenhuma vez, mas considerando as dinâmicas ambientais apresentadas recorridas vezes neste trabalho, as aves estão relacionadas com a presença das araucárias, pilares do ecossistema. De todo modo, o ambiente natural é também lembrado de maneira nostálgica por Irani, principalmente por sua fala de que “Era muito lindo! Muito grande! Naquele tempo não existia lavoura quase”. Podemos entender que a inexistência da lavoura, responsável pelo desmatamento, dava o ar de beleza tão característico das matas de araucárias.

Quanto à beleza das matas, a senhora Eloá pode nos falar um pouco melhor sobre como era a paisagem do Rio Grande do Sul na virada da década de 1940:

Entrevistador: A senhora falou que foi com ele [o marido Arnaldo] para Cambará do Sul. Como era viajar nessa época?

ET: Ótimo, atolava e ficava dormindo no barro [risos]. Levava um dia inteiro pra chegar em Cambará. Chegava lá de noite e tinha que dormir dentro do caminhão como foi dessa vez. E daí no outro dia, nem havia clareado, levantava-se e ia tomar café numa casa. Isso aconteceu uma vez comigo. Fomos tomar café na casa de um dos operários que nos convidaram [...] Eu me lembro de um despenhadeiro que eu vi lá, primeira vez na minha vida que eu vi uma coisa assim. Uma montanha de pinheiros! E aqueles pinheiros começavam a descer, iam até a barranca. Era muito lindo de ver. Então eu caminhei assim para cima para poder ver. Muito lindo. Era um dia em que eles estavam trabalhando, mas eu caminhava por lá para ver a beleza. Até hoje lá é muito lindo. (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

A lembrança de uma difícil viagem com o marido Arnaldo é relatada de forma divertida e, mais uma vez, nostálgica pela senhora Eloá. Apesar da dificuldade de “dormir no barro” no caminho, a viagem demonstrou ser gratificante inclusive por ser a primeira vez, segundo a entrevistada, que ela contemplou a beleza da mata de araucárias, situadas em uma montanha. Cambará do Sul é um município nos Campos de Cima da Serra, localizado cerca de 120 km a leste de Vacaria e a uns 200 km de Lagoa Vermelha. Conhecida pelos cânions que fazem a divisa com Santa Catarina, não é de se espantar que a senhora Eloá tenha ficado maravilhada com o conjunto artístico que a natureza criou no Sul do Mundo.

Mas o verdadeiro significado das matas e da paisagem para a senhora Eloá, fica mais visível em uma fala posterior:

Entrevistador: Ali quando a senhora falou que foi pra Cambará, viu uma paisagem muito bonita e tal. Como era a relação de vocês com a paisagem? Com o ambiente?

Eloá Trein: Ah, maravilhosa! Meu marido tinha a pretensão de dizer que falava com as árvores! E tu sabes que eu testemunhei. Ele sempre dizia assim: "ah, eu [...] vou entrar porque aqui eu tenho o reduto que eu chego e eu falo com as árvores!" E tu sabe que uma vez eu me atrevi a dizer: "eu quero ver esse mistério aí". Quando nós chegamos perto de um mato - que não era pinheiro, eram árvores de folhas e coisa assim - quando ele foi chegando, eu fiquei para trás para não atrapalhar. Porque como eu não sou da mesma religião, de repente [risos]. Eu fiquei para trás, fiquei vendo e ele começou: "ô minha linda, como tu estás linda! Verde desse jeito! Que linda, que linda!" Começou a fazer assim, fazer com a mão [tocar nas folhas] e o galho enorme, cheio de folhas, fez assim! Se mexeu! Não só fez como continuou fazendo. Eu saí chorando dali, sabe? (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

Ao contar uma lembrança sobre o marido Arnaldo em meio às árvores, a senhora Eloá se emocionou. Mais do que um momento bonito, a natureza lhe recorda do seu falecido marido, que passou a vida atuando com o mundo natural, inicialmente como madeireiro, posteriormente como pecuarista.

Temos então três relatos da natureza e das árvores servindo como elementos para um significado nostálgico, de recordação de um tempo antigo que marcou a vida dessas pessoas. Ainda que inconsciente e indiretamente, as araucárias estão presentes como uma figura central nesse contexto, seja porque o Pontão dos Mendes, onde vivia a família de Iolanda, era recheado de araucárias, seja porque Arnaldo passou boa parte de sua vida trabalhando com as árvores.

Passemos agora a um olhar mais contemporâneo. Vamos ver o que as entrevistas nos mostram sobre a percepção da atual Lagoa Vermelha, supostamente desenvolvida e moderna. Ao falar sobre as mudanças que percebeu no passar dos anos, a senhora Eloá e sua sobrinha Rosaura nos apontam uma percepção que têm sobre a família:

Eloá Trein: Tu vê a diferença das gerações. Quando eu tinha, vamos dizer, 10 anos quando vim para cá, eu conhecia Passo Fundo porque quando meu pai foi Intendente, nosso reduto ali, nossa vila pertencia a Passo Fundo [...] conhecia Erechim - porque já tinha os que moravam em Erechim - e a minha redondeza. Não conhecia mais nada, com 10 anos. Hoje as crianças com 1 ano já conhecem a Europa né. Os meus netos, todos já conhecem! Eles conversam ali, "lá em tal, em tal lugar, não sei o que", e eu fico olhando.

Rosaura: Um com 5 anos: "Kika [apelido de Rosaura], eu fui esquiar!" "Aonde você foi esquiar?" "Eu acho que aquilo era Suíça ou Alemanha?"

ET: É, porque já foi na Suíça e na Alemanha. Então tu vê as diferenças de condição. (Entrevista com Eloá Trein realizada em 03 de agosto de 2022)

A mudança é vista por Eloá e Rosaura como positiva, pois impactou numa melhora da condição da vida da família. Se Eloá conhecia apenas Passo Fundo na sua infância, seus netos já conhecem países europeus! Essa riqueza material que a família conseguiu com o passar dos anos foi fruto do trabalho de Arnaldo como madeireiro, o que obviamente faz com que a família Trein veja o resultado das suas ações como algo extremamente positivo, não apenas para a família, mas para todo o contexto lagoense.

O senhor José Nicolodi também contribui para a discussão com sua percepção sobre a transformação urbana de Lagoa Vermelha:

Entrevistador: Como o senhor percebeu a mudança em Lagoa Vermelha nesses últimos anos, principalmente as mudanças na paisagem do município?

José: Ah, mudou muito, nossa! Quando eu fiz a minha casinha aqui, enxergava a Igreja [Igreja São Paulo], enxergava tudo lá [distância de até 2 km]. E agora não se enxerga [risos], é cheio de edifício. [...]

E: E quanto às árvores, o senhor vê muita diferença em como eram antigamente os matos, os pinheiros, em relação a hoje?

J: Muita! Muita diferença! Porque tudo que é pinheiro derrubam. Árvore que a gente chama de lei, aquelas grossas, coisa boa, também já cortaram quase tudo. Lagoa foi Capital do Pinho de tanto pinheiro que tinha. E aí foram derrubando. (Entrevista com José Fernandes Nicolodi realizada em 01 de agosto de 2022)

O senhor José não deixa claro se acredita que foi algo bom ou ruim, mas sem dúvida é notável a urbanização da cidade, como podemos perceber pela sua fala de que hoje há muitos

prédios na cidade. Ele também percebe a mudança na paisagem natural, uma vez que entende que os pinheiros de maior porte e idade foram derrubados. Ainda que não fique claro na sua fala, podemos enxergar uma relação entre esse desmatamento e a urbanização.

Um olhar mais crítico sobre a mudança ocorrida, é apresentado pelo senhor Antônio Boldori:

Entrevistador: O senhor falou que vê como a araucária foi derrubada. Como o senhor vê a mudança na paisagem da região?

Antônio: Olha, a gente olha e fica triste na verdade. Porque não seria necessário acabar com elas assim. Para que né? Temos tanta terra para plantar! E você vê tantos lugares aí que o cara... Porque uma das coisas bonitas que nós temos no nosso estado é o pinheiro, é bonito né! E se não tivessem dado uma segurada... Até agora o pessoal corta né! Mas na questão da derrubada, eu acho que demoraram muito para dar uma controlada.

E: O senhor acha que talvez poderia se fazer alguma coisa para talvez trazer de volta um pouco dessas araucárias aí?

A: Tem que obrigar o cara a plantar! Quem cortou, fazer plantar né! [...] Tem lugares aí que os caras cortaram, numas cidades aí, e enterram!

Neura: Mas nós não fazemos isso! Nós temos o sítio lá e eu vivo reflorestando! Só que só um faz e os outros derrubam! Não adianta!

A: É, ali ao redor de onde temos o sítio, os [pinheiros] que tinham... Matam, se puder derrubar, derrubam!

N: Eles [lavoureiros] têm uma prática que eu vi: cortam um pouco e fazem fogo no pinheiro. Aí o pinheiro seca.

A: Eu acho que para parar com essas derrubadas, só que mudem a lei. Você derrubou um hectare, esse teu hectare aí, o município ou o estado tinha que desapropriar do cara. Se você plantar outro tanto, te devolvem. Se não, não adianta.

N: Tem quem lute a favor [da preservação] e quem lute contra.

A: Mas eles [lavoureiros] derrubam ou secam as fontes d'água aí para plantar 1kg de soja. Mas para quê? O que isso vai dar? Eu trabalhei a vida inteira derrubando árvore, mas nós cortávamos, não era exterminado! Ficava. [...] Aqui no Boqueirão mesmo, em quanto lugar a gente trabalhou e vá agora ver se tem pinheiro. Ficou pinheirotezinho assim de 20, 30cm de grossura. Veja se tem ainda. Tem alguns lugares que não tem mais nada... (Entrevista com Antônio Luiz Boldori realizada em 01 de agosto de 2022).

Antônio e Neura possuem um olhar mais ecológico e de insatisfação com a atual situação ambiental do município. Diferente dos outros relatos vistos nesta seção, Antônio trabalhou sua vida toda no mundo da madeira, diretamente com o mato e as árvores. Sua visão atual está relacionada principalmente ao impacto que o meio onde passou grande parte da sua vida lhe causou. Também percebemos que o casal vê que o avanço do agronegócio tem provocado um aumento no desmatamento na região. Como visto, em Passo Fundo os madeireiros passaram para a agricultura após a queda no comércio da madeira (TEDESCO; SANDER, 2002, p.81), situação que também ocorreu em Lagoa Vermelha, como nos foi relatado pela senhora Eloá.

O senhor Antônio e a senhora Neura percebem a manutenção dessa estrutura de desmatamento, apontando que as árvores foram derrubadas de maneira exagerada no período

da madeira e que atualmente os danos da soja são sem sentido, considerando a falta de retorno material. Ainda que ambas essas estruturas se firmem em narrativas sobre “desenvolvimento”, Antônio e Neura não guardam críticas sobre o uso da natureza-barata de forma irresponsável. Sem dúvidas, essa posição está diretamente relacionada com a experiência de vida de ambos, como pessoas que viveram próximas ao ambiente natural. Essa interação diária com a natureza, em especial com as araucárias, deu forma a essa percepção mais afetiva das árvores, pois como pontua José Augusto Pádua (2010, p.93), a construção da visão de mundo das pessoas não se dá em sentido primário, provocado pelas pessoas. Está inserida em uma trama de relações onde elementos externos e naturais (como as árvores) possuem um peso fundamental para orientar o olhar que a pessoa desenvolve sobre o mundo que a rodeia (PÁDUA, 2010, p.95). Como que escapando na narrativa oficial, o casal mostra que sua percepção de mundo acerca do desenvolvimento ou do desmatamento, está associado com sua experiência particular de vida.

As percepções de Antônio vão ao encontro de uma das propostas de Jason Moore para o planeta: “trabalhar com outras espécies para coproduzir um planeta não apenas mais habitável, mas também mais justo” (MOORE, 2022, p.131). A mata nativa é a única maneira pela qual uma região devastada pode recuperar, ainda que parte, da sua estrutura ecológica. Os seres humanos não são deuses e não tem poder para organizar essa recuperação. Mas podemos sim cooperar com outras espécies, como nos mostra o relato: o simples fato de plantar árvores, como faz dona Neura, já é uma cooperação. Estudos de etnobotânica recentes (TAGLIARI; *et al*, 2021a, p.137-139) observam essa questão e afirmam: conservação deve ser feita em colaboração. Colaboração entre pessoas, órgãos públicos e a própria mata<sup>75</sup>

Por fim, o senhor Irani de Barros nos leva a um labirinto na memória, fazendo-nos refletir sobre a ideia de desenvolvimento e de desmatamento na Grande Lagoa Vermelha:

Entrevistador: Como o senhor vê a mudança na paisagem da nossa região durante todos esses anos? As mudanças na natureza, na própria cidade também...

Irani: Esta mudança foi radical. Muito radical... Eu conheci mato e hoje só tem lavoura. Muitas áreas de mato que eu conheci, arrancaram tudo e fizeram lavoura. [...]

E: E o que o senhor pensa sobre essa mudança?

I: Bah, eu acho bastante radical. Essa mudança aí... eu concordo que hoje, saindo o nosso sustento está saindo das lavouras. E agora com essa pandemia que deu aí, e a crise antes da pandemia, se não fossem as lavouras, acho que teria sido pior. A única coisa que não parou foi a lavoura. E os caminhoneiros também nê. Já pensou se nessa

---

<sup>75</sup> Os mencionados autores trabalham com a ideia de *bottom-up strategy*, ou seja, a preservação deve ser feita junto com as comunidades tradicionais, que se envolvem com a mata e são capazes de se ver como parte desse ambiente. Esse sentimento é o que promove a colaboração. TAGLIARI, Mario M; LEVIS, Carolina; FLORES, Bernardo M; BLANCO, Graziela D; FREITAS, Carolina T; BOGONI, Juliano A; VIEILLEDENT, Ghislain; PERONI, Nivaldo. Collaborative management as a way to enhance Araucaria Forest resilience. **Perspectives in Ecology and Conservation**. V.19, n.2, 2021a, p.131-142.

pandemia param os caminhões? Da onde que nós iríamos tirar comida no mercado?  
(Entrevista com Irani de Barros realizada em 03 de agosto de 2022)

Assim como o senhor Antônio, Irani também passou grande parte da sua vida no mato, trabalhando ora como torador, ora como motorista. Ele também percebe o grande impacto que a paisagem sofreu, principalmente em virtude do agronegócio. Os pinheiros, que na sua infância davam forma a um lugar “muito lindo”, não existem mais. Todavia, percebemos que sua fala se encontra em um misto de emoções. Ao mesmo tempo que demonstra sua tristeza em ver os matos derrubados, também diz entender que isso se dá por necessidade do “nosso sustento”. Inclusive, o trecho encerra com uma fala sobre sua categoria, os caminhoneiros. De qualquer forma, a percepção do senhor Irani sobre as mudanças na paisagem de Lagoa Vermelha mostra uma mistura entre a sua experiência e o discurso oficial, reinventando assim a sua memória e sua percepção sobre o mundo em que vive (MONTENEGRO, 2007, p.105).

Com esses diferentes relatos, de diferentes momentos da vida das pessoas, podemos perceber que a questão sobre as mudanças na paisagem natural de Lagoa Vermelha tem significados que variam conforme as experiências particulares de cada indivíduo. Em todos os casos, porém, as araucárias e os matos aparecem como elementos chave para essa percepção, ora atuando como símbolos que levam a outras memórias (como no caso de Iolanda, que lembra de histórias com sua mãe), ora como símbolos de resistência à memória oficial (como no caso do senhor Antônio, que critica a maneira pela qual a população de Lagoa Vermelha trata o meio-ambiente).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente chegamos no final da estrada, com a cambona<sup>76</sup> chiando e o pinhão sendo sapecado<sup>77</sup> no galpão. Enquanto esperamos a hora do mate, podemos contemplar o sol se pondo sobre os capões de araucárias e refletir sobre o que vimos neste trabalho que foi feito de coração.

A região de Lagoa Vermelha foi intensamente povoada nas décadas de 1940 a 1950 por *gringos* e seus descendentes, vindos dos antigos núcleos coloniais da Serra Gaúcha e do centro madeireiro do Planalto Médio. Esses *gringos* investiram na construção de madeireiras, utilizando a mão de obra dos caboclos moradores da Lagoa Vermelha. No decorrer da Terceira Fase da exploração (1940 - 1970), as madeireiras lagoenses chegaram ao surpreendente número

---

<sup>76</sup> Cambona: chaleira de ferro usada no fogão à lenha.

<sup>77</sup> Sapecar pinhão: ato de assar o pinhão para o consumo através tanto de uma fogueira feita com as grimpas, quanto de uma chapa no fogão à lenha.

de 317 estabelecimentos em 1952 (IHPF, 1952, p.5), a imensa maioria sob a propriedade de famílias ou associados. Poucas eram as pessoas com dinheiro suficiente para iniciar um empreendimento desses sozinhas, menos ainda quem tinha condições de ter tecnologias modernas. Como vimos, a serra-fita, empregada desde 1910 na madeireira Lumber, só chegou em Lagoa Vermelha nos anos 1960. A motosserra então, apenas em 1972.

Mesmo com dificuldades logísticas pela falta de ferrovias, rios e péssimas estradas, a demanda por madeira e a pressão dos madeireiros fez com que a cidade de Lagoa Vermelha se integrasse definitivamente à economia nacional através da construção da rodovia BR-285 no início dos anos 1950. Com essa integração e o aumento da demanda por mão de obra, temos deslocamentos de pequenas famílias das áreas rurais para a cidade, indo trabalhar nas madeireiras. A bibliografia consultada mostrou-se pouco interessada em estudar mais a fundo as dinâmicas do trabalho dentro do mato, na derrubada e preparo da tora. Acidentes de trabalho, acampamentos, alimentação, todas essas questões são levantadas nas entrevistas consultadas e nos abrem um caminho para futuros estudos, principalmente no que envolve a história do trabalho e a apropriação da natureza-barata.

Outro caminho que se mostra para estudos posteriores, envolve a disputa de memória e de poder entre os *gringos*, proprietários das madeireiras, e os campeiros, o poder econômico anterior e baseado na pecuária. Falas e posições como a de Demétrio Dias de Moraes em 1967 nos mostram que havia alguma animosidade entre as partes. Estudos mais específicos, com mais fontes, podem nos mostrar o quanto essa disputa impactou na memória oficial da cidade e quem sabe, até na relação entre os grupos no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, a memória dos trabalhadores sobre o período pode ser mais estudada com mais entrevistas e um estudo voltado apenas para essa questão. A presença de uma ideia de “gratidão ao patrão” é frequente nas entrevistas. O quanto isso era comum nos trabalhadores das madeireiras de Lagoa Vermelha? E será que isso era exclusivo deste setor? Mais, por que a senhora Margarida, como mulher, foi a única que não tem o mesmo sentimento? O quanto as questões de gênero eram presentes e importantes nas dinâmicas de trabalho dentro da serraria? Questões como essas são levantadas e ficam em aberto como sugestão para futuras pesquisas.

Por fim, a questão ambiental se mostra polêmica. Entre visões que veem o período como responsável por um desenvolvimento da cidade e visões que enxergam um desmatamento exagerado e sem propósito, fato é que as pessoas percebem a diminuição da mata nativa na paisagem. O quanto isso está se materializando na memória coletiva, ao ponto de se tornar um conformismo e deixarmos que o desmatamento para o agronegócio aconteça sem problemas,

em prol de um “desenvolvimento”? Mais do que estudos, talvez essa questão em específico necessite de medidas diretas.

Já anoitece no capão e a boieira<sup>78</sup>, junto da lua cheia, ilumina as copas das araucárias. Enquanto as curucacas e os grilos se juntam em um fandango<sup>79</sup> na floresta, encerramos este trabalho. Esperamos que essa pesquisa possa contribuir de alguma forma para a história regional dos Campos de Cima da Serra e do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, onde se situa Lagoa Vermelha. Mais do que isso, esperamos que a história da indústria madeireira na cidade possa servir como um impulso para que pensemos sobre o desmatamento e sobre as relações de trabalho que deram forma à atual Capital Nacional do Churrasco e à antiga Princesa do Pinho.

---

<sup>78</sup> Boieira: a estrela boieira é a estrela D’Alva, ou seja, o planeta Vênus. É usada no campo como uma referência para o início e o final das atividades, uma vez que quando ela surge durante a noite no céu, indica que o dia de lida acabou.

<sup>79</sup> Fandango: festa animada com música, geralmente vanera e chamarra.

## REFERÊNCIAS

### **Bibliografia Geral:**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.VII – XXV.

BOLDRINI, Ilsi lob (org). **Biodiversidade dos campos do planalto de araucárias**. Brasília: MMA, 2009.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.41-78.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição Oral e História Oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.149-165.

DE SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de Memórias em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p.37-58.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 12ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GASPER, André Luís; et al. **Inventário florístico florestal de Santa Catarina Volume VII**: espécies arbóreas raras de Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LAVERDI, Robson; et al. (Orgs). **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da USFC, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MEIHY, José Carlos S.B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2020.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos. In: LAVERDI, Robson; et al. (Orgs). **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da USFC, 2011, p.55-68.

MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, n.24, V.68, 2010, p.81-101.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n.14, fev. 1997, p.25-39.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.103-130.

ROLIM, Rosângela Gonçalves; *et al.* **Flora da Bacia do Rio Pelotas**: uso e conservação de espécies (RS - Brasil). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson; et al. (Orgs). **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da USFC, 2011, p.83-96.

TAGLIARI, Mario M; LEVIS, Carolina; FLORES, Bernardo M; BLANCO, Graziela D; FREITAS, Carolina T; BOGONI, Juliano A; VIEILLEDENT, Ghislain; PERONI, Nivaldo. Collaborative management as a way to enhance Araucaria Forest resilience. **Perspectives in Ecology and Conservation**. V.19, n.2, 2021a, p.131-142.

TAGLIARI, Mario M., VIEILLEDENT, G., ALVES, J., et al. Relict populations of *Araucaria angustifolia* will be isolated, poorly protected, and unconnected under climate and land-use change in Brazil. **Biodivers Conserv**, 2021b. Disponível em: <https://rdcu.be/cxPZ4>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. p.198-215. 1991

WREGGE, Marcos S; FRITZSONS, Elenice; SOARES, Márcia T.S.; BOGNOLA, Itamar A.B; SOUSA, Valderês A.de; SOUSA, Leticia P.de; GOMES, João Bosco V.; AGUIAR, Ananda V.de; GOMES, Gustavo C.; MATOS, Maria de F.S.M; SCARANTE, Andressa G; FERRER, Rogério S. Distribuição natural e habitat da araucária frente às mudanças climáticas globais. **Pesquisa Florestal Brasileira**. V.31, n.91, 2017, p.331-346-

### **Bibliografia específica:**

ALMEIDA, Ney Garcez de. **Evolução Territorial de Lagoa Vermelha**. Passo Fundo: Méritos, 2008.

ANDRADE, José Antônio. **O Tesouro da Lagoa**. Porto Alegre: Alternativa, 2020.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Nova história de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: EST, 1981.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice. Araucária, o símbolo de uma Era: a atuação da Southern Brazil, Lumber and Colonization Company na história da devastação das Florestas de Araucária. In: KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de (Org.). **História Ambiental no Sul do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012, p.123-148

CARVALHO, Miguel M.X; NODARI, Eunice. As fases da exploração madeireira na floresta com araucária e os progressivos avanços da indústria madeireira sobre as florestas primárias (1870-1970). **Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. Florianópolis, 13-15 de setembro de 2010. P.707-726.

CERVA, Ana Carine. **Construção, reconstrução e disputa pela memória coletiva e identidade étnica nos campos de cima da serra do Rio Grande do Sul**: distrito caxiense de Vila Seca. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, 158p.

CRUZ, Aline Pereira, et al. Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. **Plos One**, v. 15, n.7, 2020, pp.1-18.

DOMINGUES, Moacyr. O Caminho das Missões. In: BARROSO, Vera (org.) **Raízes de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: EST, 1993, p.48-62.

FARINA, Geraldo. História de Veranópolis e Nova Prata - alguns aspectos. In: BARROSO, Vera (org.) **Raízes de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: EST, 1993, p.117-120.

FERRI, Gil Karlos; SILVA, Claiton Márcio da; MORETTO, Samira Perucchi. História Ambiental entre os rios Canoas e Pelotas: alterações na paisagem do município de Celso Ramos, SC. **Anais do 5º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. Florianópolis, 08-10 de outubro de 2018. P.56-76.

HERÉDIA, Vania B.M. A colonização italiana no Sul do Brasil no século XIX. **Visioni Latino Americane**, Trieste, v.24, 2021, p.107-118.

HOEHN, Frederico. **Araucarilândia**. 1ª reimpressão. Curitiba: J. A. S. Carneiro, 2020.

JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense**: o caso do caboclo do Planalto Médio. Dissertação (Mestre em História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, 176p.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2017.

MANFROI, Olívio. Presença italiana no território da Grande Lagoa Vermelha. In: BARROSO, Vera (org.) **Raízes de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: EST, 1993, p.104-108. MENDES, José. **Saudade de Lagoa Vermelha**. Rio de Janeiro: Copacabana Discos, 1967, 2:46.

MORAES, Demétrio Dias de. **Torrão Amado: Lagoa Vermelha e a sua história.** Lagoa Vermelha: Gráfica Lagoense, 1953.

MORAES, Demétrio Dias de. **Vivendo e aprendendo:** Lagoa Vermelha, de tudo um pouco. Lagoa Vermelha: Gráfica Lagoense Ltda, 1967.

MORETTO, Samira Perucchi. **Remontando a floresta:** A Implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960 – 1990). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, 281p.

NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. **História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio:** contexto, história geral, municípios próximos. Porto Alegre: EST, 2003.

NODARI, Eunice. Historia de la devastación del bosque de araucaria en el sur del Brasil. **Areas (Revista Internacional de Ciencias Sociales)**, n.35, 2016, p.75-85.

NODARI, Eunice. “Mata branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice; KLUG, João (orgs.). **História Ambiental e Migrações.** São Leopoldo: Oikos, 2012, p.35-53.

NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços, histórias em contextos globais**, v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

ROSSI, Esther M.Z. **“Subindo a serra”:** migrações, indústria madeireira e as transformações da paisagem nos campos de altitude no Rio Grande do Sul (1890-1970). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, 173p.

RUSCHEL, Ademir Roberto; NODARI, Eunice Sueli; GUERRA, Miguel Pedro; NODARI, Rubens Onofre. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do Alto-Uruguaí, SC. **Ciência Florestal**, Santa Maria, V.13, n.1, 2003, p.153-166.

SÁ, Débora Nunes de. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo:** 1946 – 2011. Dissertação (Mestre em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2017, 211p.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, Comerciantes e Granjeiros:** lógicas e contradições no processo de desenvolvimento de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **“O Pessoal da Lumber!”** Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 - 1929. Dissertação (Mestre em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, 207p.

WENTZ, Liliane, Irma Mattje. **Os caminhos da madeira:** região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

## Fontes Documentais:

**Carteira de trabalho de Margarida dos Santos Scheidt.** Acervo particular de Margarida dos Santos Scheidt.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1941 - 1942.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1944. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194142rs>. Acesso em 27 setembro 2022.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1946 - 1948.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1949. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194648rs/page/n3/mode/2up>. Acesso em 27 setembro 2022.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1949.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1951. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1949rs>. Acesso em 27 setembro 2022.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1951.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1952. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1951rs/page/n1/mode/2up>. Acesso em 27 setembro 2022.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1952.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1952/page/n1/mode/2up>. Acesso em 27 setembro 2022.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1953.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1956. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1953rs>. Acesso em 27 setembro 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Lagoa Vermelha.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lagoa-vermelha/panorama>. Acesso em 10 março 2023.

INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA. **Brazil, Rio Grande do Sul – Physical.** 1966, 104x99cm, escala de 1: 750000. Disponível em: <https://davidrumsey.oldmapsonline.org/maps/41d053c9-e533-5803-8584-ef12b1863a87/>. Acesso em 05 julho 2023.

**Relação das indústrias do 8º distrito de Lagoa Vermelha, 1944.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

**Relação das serrarias de André da Rocha.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, sem data.

**Relação das serrarias de Cacique Doble.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, sem data.

**Relação das serrarias de Paim Filho.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, sem data.

**Relação das serrarias de Sananduva.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, sem data.

**Relação das serrarias de São José do Ouro.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, sem data.

**Relação das serrarias do Barracão.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, sem data.

**Relação das serrarias lançadas para pagamento de imposto de indústrias e profissões de Lagoa Vermelha.** Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Livros Tombo, Lagoa Vermelha, 1952, 5 páginas.

#### **Entrevistas:**

BOLDORI, Antônio Luiz. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 01 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

CAVALETTI, César Heleno. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 02 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

DA SILVA, Maria Emília Guimarães. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 04 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

DE BARROS, Irani Paulino. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 03 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

FABIANE, Darcilo. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 11 de abril de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

GARCEZ, Iolanda Mendes. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 10 de abril de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

GUIMARÃES, Suzana Beatriz. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 04 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

NICOLODI, José Fernandes. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 01 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

SCHEIDT, Margarida dos Santos. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 01 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

SMANIOTTO, Arthur Ricardo. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 11 de abril de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

TREIN, Maria Eloá S. **Entrevista concedida a Acácio Garcez Carneiro** em 03 de agosto de 2022. Disponível no acervo da Casa da Cultura Athos Branco, em Lagoa Vermelha/RS.

### **Fotografias:**

Acervo particular de Antônio Luiz Boldori.

Acervo particular de Arthur Ricardo Smaniotto.

Acervo particular de Irani Paulino de Barros.

Acervo particular de Margarida dos Santos Scheidt.

Araucária de aproximadamente 600 anos. In: **Revista História Catarina**, Lages, v.1, n.1, outubro 2006, p.25.